

GABRIELA LOPES DE AQUINO

**ENREDAMENTOS COMUNITÁRIOS:
A VIDA NA REDE DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2024

GABRIELA LOPES DE AQUINO

**ENREDAMENTOS COMUNITÁRIOS:
A VIDA NA REDE DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da Professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes e coorientação da Professora Dra. Liliana Parra-Valencia.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2024

A657e Aquino, Gabriela Lopes de
Enredamentos comunitários: a vida na rede das políticas
sociais/ Gabriela Lopes de Aquino sob orientação da
Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes e Profa. Dra.
Liliana Parra-Valencia.-- Campo Grande, MS : 2024.
167 p.: il.

Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica
Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2024
Bibliografia: p. 149-159

1. Branquitude. 2. Racismo. 3. Colonialidade. 4. Comunidade.
5. Política socialI.Bernardes, Anita Guazzelli. II.Parra-Valencia,
Liliana. III. Título.

CDD: 301.1



A tese apresentada por GABRIELA LOPES DE AQUINO, intitulada “ENREDAMENTOS COMUNITÁRIOS: A VIDA NA REDE DAS POLÍTICAS SOCIAIS”, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi aprovada.

A presente defesa foi realizada no formato remoto. Eu Anita Guazzelli Bernardes, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença destes.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

gov.br ANITA-GUAZZELLI BERNARDES
Data: 04/07/2024 09:31:56-0300
Verifique em <https://validar.ufg.gov.br>

Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes

Profa. Dra. Liliana Parra-Valencia

Profa. Dra. Camilla Fernandes Marques

Profa. Dra. Simone Maria Hüning

Profa. Dra. Lisandra Espíndula Moreira

Campo Grande - MS, 02 de julho de 2024.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que formam redes para insistirem e
resistirem coletivamente na vida.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos que me trouxeram até aqui foram percorridos de forma coletiva. Este espaço é para agradecer uma pequena parte daqueles e daquelas que caminharam comigo e que permitiram a realização desta tese:

À minha mãe e ao meu pai, Zaira Lopes e Jorge Aquino. Sem vocês nada aqui seria possível. Obrigada por todo suporte, afeto, partilhas e ensinamentos que me permitem trilhar pelos caminhos que sonho e que, pelo amor, cuidado e apoio de vocês, eu consigo a base para conquistá-los. Amo vocês.

Ao Tiago Andreotti. Querido, obrigada por estar ao meu lado, segurar minha mão e ser amparo em todos os momentos. Amo você.

À professora Anita Guazzelli Bernardes, minha orientadora, que com gentiliza, acolhimento, cuidado e afeto, faz pontes e abre caminhos. Serei eternamente grata por todas as oportunidades que me possibilitaram experiências incríveis. Agradeço por me acompanhar ao longo desses caminhos, com ensinamentos, conversas, orientações e ideias. Você é inspiração.

À professora Liliana Parra-Valencia, minha coorientadora, agradeço por todas as nossas conversas, pelas interrogações, pelas leituras cuidadosas e ao mesmo tempo sensíveis. Obrigada por me ajudar a olhar com mais afeto para os territórios.

Às professoras Simone Hüning, Lisandra Moreira e Camilla Marques, que participaram da banca de qualificação e defesa e trouxeram contribuições valiosas que possibilitaram transformações no modo de pensar, não apenas a pesquisa, mas a mim mesma.

À Gloria Baigorrotegui. Obrigada por me acolher em sua casa e em seu país. Serei eternamente grata e guardo com carinho todas as experiências que você e o Chile me proporcionaram. Obrigada pelo teto, pelo afeto e por me mostrar os enredamentos que contribuíram muito para o desenvolvimento da tese.

À professora Neuza Guareschi e ao professor Josemar Maciel, por serem minha rede brasileira no Chile. Obrigada pelas partilhas do dia a dia! foram meses incríveis ao lado de vocês.

À vó Neuza (*in memoriam*), por me ensinar a falar de flores e passarinhos, e à vó Edna (*in memoriam*). Os ensinamentos de minhas avós ecoaram em meus pensamentos e são parte de cada linha escrita nesse trabalho.

Ao Rodrigo, meu querido irmão, à Isadora e à Zielma, obrigada pelo apoio, conversas, risadas, vocês são parte da minha rede que deixa a vida mais leve.

À Elaine, obrigada pela leitura do trabalho, pelos livros emprestados, pelos ensinamentos partilhados. Ao Renato, à Eurize, à Vivi, ao Rodrigo e à Jack também agradeço por todo apoio.

Às amigas Alberti, Gio, Kakau, Morgana, Suellen e Thaili, obrigada por estarem conigo, mesmo que em alguns momentos a distância, mas sempre presentes.

A todos e todas do Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e Subjetividade, pelas discussões e pelas trocas importantes para o desenvolvimento da tese.

À UCDB, pelo subsídio nos primeiros anos do Doutorado. Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Às secretárias, principalmente à Amanda, pelo auxílio e agilidade em dar conta de documentos urgentes e todas as questões burocráticas. Aos e às discentes do PPG, meus sinceros agradecimentos.

Ao Instituto de *Estudios Avanzados da Universidad de Santiago de Chile* pelo aceite e pelo acolhimento para a realização do Doutorado Sanduiche.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento deste doutoramento, em especial pelo período do Doutorado Sanduiche no Chile. O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES.

RESUMO

As políticas sociais são direitos conquistados e compõem estratégias para mitigar as situações de vulnerabilidade e precarização da vida. Este estudo aborda as políticas da Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as Medidas Socioeducativas (MSE) de privação de liberdade do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A atuação nessas políticas deve ser pensada em Redes articuladas para garantia de direitos e de condições dignas de vida. Nos territórios onde essas políticas estão situadas, observamos duas redes: a Rede institucional, no âmbito da política pública, e a rede comunitária formada pela articulação das pessoas para que haja vida no território. Há uma tensão entre essas redes: a Rede institucional opera a partir de uma lógica da branquitude e da colonialidade, que produz violências e perpetua o racismo; enquanto a rede comunitária opera a partir de uma lógica contra-hegemônica, que busca, a partir da coletividade, estratégias políticas de insistência na vida. Este estudo busca responder: como a Rede das políticas de assistência social e de medidas socioeducativas compõe as redes das pessoas que sofrem com os efeitos da branquitude e do racismo e resistem aos processos de precarização da vida? O objetivo foi investigar as lógicas da branquitude e do racismo que compõem a Rede que se estabelece nos campos da Proteção Social Básica e das Medidas Socioeducativas de privação de liberdade e as estratégias de resistências para a proteção da vida a partir das redes comunitárias que se formam no território, como temática da psicologia, tanto no âmbito da produção de conhecimento quanto de atuação profissional. O método cartográfico permitiu acompanhar a processualidade das redes e das práticas cotidianas dessas políticas, bem como articulá-las a partir de ferramentas conceituais e metodológicas propostas por autoras e autores que partem de epistemologias afrodiáspóricas e decoloniais. O percurso investigativo possibilitou entender a branquitude como agenciamento que opera no cotidiano das políticas de proteção social, assim como colocar nossos agenciamentos em análise, enfrentando constantemente nossas

branquitudes, racismos e colonialidade. Esse movimento possibilitou certos deslocamentos, para enxergar as resistências da rede comunitária, a partir de um enredamento comunitário, com relações de apoio constituídas na comunidade que se fazem na direção da união, da criatividade para garantia da vida e na contramão dos padrões segregadores. Apostamos em uma política enredada, que se faz a partir de conexões e nas fronteiras entre a Rede institucional e a rede comunitária como forma de práticas éticas que invertem a ordem hegemônica, o que só é possível a partir do constante esforço em nos deslocarmos do lugar da branquitude.

Palavras-chave: branquitude, racismo, colonialidade, comunidade, política social

ABSTRACT

Social policies are conquered rights and comprise strategies to mitigate situations of vulnerability and precariousness of life. This study addresses the Basic Social Protection (PSB) policies of the Unified Social Assistance System (SUAS) and the Socio-Educational Measures (MSE) of deprivation of liberty of the National Socio-Educational Service System (SINASE). The implementation of these policies should be thought of as articulated Networks that guarantee rights and decent living conditions. In the territories where these policies are located, we observe two networks: the institutional Network, within the scope of public policy, and the community network formed by the articulation of people so that there can be life in the territory. There is a tension between these networks: the institutional Network operates from a logic of whiteness and coloniality, which produces violence and perpetuates racism, while the community network operates within a counter-hegemonic logic, which seeks, from the collectivity, political strategies of insistence on life. This study seeks to answer: how does the Network of social assistance policies and socio-educational measures make up the networks of people who suffer from the effects of whiteness and racism and resist the processes of making life precarious? The objective was to investigate the logics of whiteness and racism that make up the Network that is established in the field of public social protection policies and the resistance strategies for the protection of life based on the community networks that are formed in the territory, as a theme of psychology studies both in the context of knowledge production and professional performance. The cartographic method allowed us to follow the process of networks and daily practices of these policies, as well as to articulate them based on conceptual and methodological tools proposed by authors who depart from Afro-diasporic and decolonial epistemologies. The investigative path made it possible to understand whiteness as an agency that operates in the daily life of social protection policies, as well as to place our agencies under analysis, constantly facing our whiteness, racism and coloniality. This movement allowed certain shifts that made

possible to see the resistances of the community network, based on a community entanglement, with support relationships established in the community that move towards unity, creativity to guarantee life, and against segregating patterns. We bet on an entangled policy, which is based on connections and on the borders between the institutional network and the community network as a form of ethical practices that invert the hegemonic order, which is only possible through the constant effort to move away from the place of whiteness.

Keywords: whiteness, racism, coloniality, community, social policy

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
Cigcoe	Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MSE	Medida Socioeducativa
MS	Mato Grosso do Sul
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PAIF	Proteção e Atendimento Integral À Família
PBF	Programa Bolsa Família
PIA	Plano de Atendimento Individual
PJL	Paz, Justiça e Liberdade
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPC	Paridade do Poder de Compra

PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RF	Responsáveis Familiares
RMA	Sistema de Registro Mensal de Atendimentos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEJUSP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública
SGD	Sistema de Garantias de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNEI	Unidade Educacional de Internação
UTR	Usina de Triagem de Materiais Recicláveis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rua do território	16
Figura 2 – Rua do território e moradia construída com lona.....	16
Figura 3 – Vias de acesso para as moradias do território	26
Figura 4 – Habitações no território.....	54
Figura 5 – Lixo depositado nas ruas, próximo às casas	55
Figura 6 – Jovens em alojamentos UNEI Internação Provisória.....	62
Figura 7 – Notícia sobre agressões em jovens da UNEI	64
Figura 8 – Comentários relacionados à notícia sobre agressões em jovens da UNEI.....	65
Figura 9 – Interior de alojamento UNEI Internação.....	75
Figura 10 – Crianças caminham por terreno em que há descarte de lixo	80
Figura 11 – Movimentos da vida: mulheres e crianças circulam pelo território	105
Figura 12 – Cotidiano nas redes comunitárias.....	108
Figura 13 – Casa no território.....	123
Figura 14 – Fronteira	126
Figura 15 – Profissionais da política colhem frutos no território	129
Figura 16 – Oficina de narrativa fantástica e textos produzidos por jovens inseridos em Unidade Educacio-nal de Internação	133

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	16
2.	PLANO I: A REDE INSTITUCIONAL.....	26
2.1.	Aproximações entre a SUAS e SINASE	28
2.2.	Visibilidades e invisibilidades dos corpos que estão no SUAS e SINASE a partir da relação com a interseccionalidade	40
2.3.	Interseccionalidade e os domínios de poder nas Redes do CRAS e UNEI.....	52
2.3.1.	<i>Domínio estrutural do poder</i>	57
2.3.2.	<i>Domínio cultural do poder</i>	60
2.3.3.	<i>Domínio disciplinar do poder.....</i>	67
2.3.4.	<i>Domínio interpessoal do poder</i>	72
3.	PLANO DE DESLOCAMENTO: DA REDE INSTITUCIONAL À rede COMUNITÁRIA	80
3.1.	Escrevivência como ferramenta metodológica: inspiração para outras produções textuais.....	81
3.2.	Encontros que silenciam: carta a jovem em unidade de privação de liberdade do sistema socioeducativo.....	85
4.	PLANO II: rede COMUNITÁRIA	105
4.1.	Enredamento comunitário: as resistências da rede.....	107
5.	PLANO III: FRONTEIRA rede-REDE	123
5.1.	Fronteira rede-Rede como lugar para deixar emergir o enredamento comunitário	126
5.2.	Recomendações à Rede para uma política enredada	136
5.3.	Fronteira rede-Rede como tensionamento do retorno à branquitude.....	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
	REFERÊNCIAS	148
	ANEXO.....	160

Figura 1

Rua do território



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

Figura 2

Rua do território e moradia construída com lona



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

1. APRESENTAÇÃO

Os territórios periféricos os quais percorri, para o desenvolvimento deste estudo, estão localizados na região Centro-Oeste do Brasil, em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul (MS). Ao chegar nesses espaços, é possível ver as ruas – em sua maioria de chão de terra vermelha – ocupadas por pessoas de todas as idades, animais, bicicletas, carros, motos e carroças. No comércio local – a barbearia, o mercadinho, o bar, a loja de roupa – sempre tem pessoas que estão conversando. Em frente às casas há pessoas sentadas em uma roda de *tereré* – uma bebida típica e muito comum na região, que utiliza erva-mate e água gelada, acrescida, às vezes, de limão ou de ervas com alguma propriedade medicinal, resultante dos hábitos que traduz a miscigenação cultural do espaço de fronteiras do Estado com o Paraguai. São por esses movimentos, que as pessoas produzem ao ocuparem estes locais, que é possível ver a vida acontecer.

Esses territórios possuem diversidades de corpos, histórias, diálogos, cheiros, sons, vozes, cores e texturas. São tantos elementos – humanos e não humanos – que compõem e que se encontram nestes espaços que os tornam dinâmicos, vivos.

Eu entrei nesses territórios ao atuar como profissional da psicologia na política social, inicialmente pela Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atuando nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, alguns anos depois, eu percorri territórios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) com jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) de privação e restrição de liberdade em unidades socioeducativas de internação e internação provisória, as quais, no estado de MS, são denominados de Unidades Educacionais de Internação (UNEI).

Atuei na PSB entre os anos de 2014 e 2017 e de 2019 a 2021, e estive nas MSE de 2021 a 2022. Parte desse relatório de tese foi desenvolvido enquanto ainda estava nesses territórios. Porém, por mais que eu não esteja mais vinculada fisicamente a essas políticas, como profissional da psicologia, ainda carrego comigo as vivências e experiências cunhadas

no encontro com pessoas e lugares, as quais são bases para a realização das reflexões e análises que compõem esse relatório.

Mais adiante delinearei esses territórios, mas, inicialmente, cabe anunciar que estes se localizam em pontos distintos da Rede – a execução do CRAS está vinculada às secretarias municipais relacionadas à assistência social, enquanto cabe ao Estado a execução da MSE de privação e restrição de liberdade e de semiliberdade, sendo que estas, em MS, atualmente estão vinculada à Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Porém, apesar de estarem organizados em diferentes pontos da Rede de políticas sociais, os corpos de jovens que são inseridos(as) no SINASE em uma MSE de privação de liberdade também são públicos-alvo da PSB no CRAS. E, entendemos que, de alguma forma, não houve a proteção para que esses(as) jovens não fossem capturados pelo SINASE.

Os pontos de intersecção entre os corpos que estão nos CRAS e aqueles que são capturados e privados de liberdade na UNEI estão articulados pelas vulnerabilidades. Tais corpos estão marcados por sistemas de opressão que excluem, invisibilizam, produzem desigualdades sociais e, sob estes, recaem as lógicas do processo de colonização que subalternizam os corpos que fogem ao modelo hegemônico, ou seja, que são lidos como divergentes dos corpos que são brancos, masculinos, cisgêneros, heterossexuais, letrados, pertencentes a uma classe social com poder econômico.

Os modos de circulação, nos territórios das MSE, são ainda mais controlados que os de PSB. As grades de ferro, os muros altos, as concertinas e cercas elétricas que compõem a arquitetura das unidades de internação e internação provisória das MSE demarcam a segregação dos corpos que estão privados de liberdade.

Compreendemos as políticas sociais como direito conquistado e necessário dentro de uma lógica neoliberal que produz desigualdades sociais, uma vez que envolve relações de produção fundadas no capital e em sua acumulação por determinados segmentos da

sociedade. Assim, entendemos-las como estratégia para a garantia de direitos e para mitigar as situações de vulnerabilidade e precarização da vida.

Atuar em tais políticas me fez compreender como estas se articulam em Rede¹ com as demais políticas públicas para atender as demandas que a população apresenta para a equipe que desenvolve os serviços da PSB e das MSE. No entanto, estar nesses espaços produziu inquietudes sobre os processos de colonização que a própria política pode produzir tanto sobre as pessoas que as acessam como também sobre quem nelas atuam.

Tais inquietudes se dão ao pensar eticamente sobre as relações que ocorrem nos espaços cotidianos e nas organizações estruturais dessas políticas, a partir dos encontros que acontecem entre as pessoas que são atendidas nas políticas e quem atende, colocando em análise os corpos que estão nessa relação.

Observar que as pessoas que são atendidas no CRAS e na UNEI são, principalmente, racializadas como negras ou pardas – ao passo que quem as racializa não se percebe racializado, com baixa escolaridade/evasão escolar, algumas vezes vítimas de violência – institucional, doméstica, gênero, policial e/ou outras –, entre distintas condições que as colocam em situação de vulnerabilidade social e econômica, mobiliza-nos a refletir sobre quais são os processos que incidem sobre esses corpos que os colocam em condições de precariedade, bem como sobre as práticas que acontecem na própria política, considerando que estas podem produzir violências ao invés de possibilitar outras lógicas que garantam condições para que haja a possibilidade para proverem o básico necessário para se viver e construir redes de apoio e comunitárias.

Assim, quando colocamos em análise os corpos que estão nesses territórios e que são inseridos nas políticas, passamos a compreender que sob estes recaem distintas violências e precarizações na medida em que lhes são negadas condições dignas de trabalho, habitação,

¹ Neste estudo, empregamos a grafia Rede, em letra maiúscula, e rede, em letra minúscula, como será explicado adiante.

alimentação, saúde, segurança e educação. E, muitas vezes, o Estado, representado pelas políticas públicas, não se articula no sentido de responder a estas demandas da população.

Entendemos essa não articulação do Estado como efeito das lógicas coloniais que produz o racismo e a branquitude. Ou seja, estes são efeitos pelos quais as políticas sociais operam.

A população que sofre com tais violências precisa se articular em uma outra rede que passe a operar não mais por uma lógica colonial, mas sim em uma lógica que busca, a partir da coletividade, estratégias políticas de insistência na vida.

Entendemos que a articulação dos membros que habitam esses territórios acontece como um processo; dessa forma, utilizamos neste estudo a expressão “enredamento comunitário”, no sentido de demarcar a dinamicidade da rede que acontece de forma coletiva para garantia da vida.

O enredamento comunitário nos aponta que as políticas de proteção social e de garantia de direitos compõem meios que possibilitam a vida, principalmente para corpos que estão sujeitos aos processos coloniais de aniquilação. Assim, apostamos em uma política enredada, que se faz a partir de conexões e nas fronteiras dos encontros entre a Rede institucional e a rede da comunidade como forma de práticas éticas que invertem a ordem hegemônica, considerando o SUAS e o SINASE como territórios que permitem tais ações.

Neste estudo, empregamos tanto a grafia Rede, em letra maiúscula, como rede, em letra minúscula. Utilizamos a escrita de ‘Rede’ para mencionar as articulações entre os serviços, programas e projetos de políticas públicas que estão descritos nos documentos e diretrizes da política de assistência social. Bem como utilizamos a grafia de ‘rede’, em letra minúscula, para referenciar as articulações que são realizadas pelas pessoas que vivem no território para responder às demandas comunitárias.

A apostila por esse modo de escrita se apoia na prática da escritora bell hooks, que utilizava a grafia de seu nome em letras minúsculas como uma estratégia política e uma crítica à colonização do pensamento, para que se enfatizasse os seus trabalhos e não a sua pessoa. Assim, utilizamos o termo redes, grafado com letra minúscula, como uma apostila em fazer emergir as forças e potências que acontecem nos territórios.

A partir desses apontamentos, a questão de pesquisa que nos interpela é: como a Rede das políticas de assistência social e de medidas socioeducativas compõe as redes das pessoas que sofrem com os efeitos da branquitude e do racismo e resistem aos processos de precarização da vida?

A partir do encontro com autores e autoras que buscam romper com a lógica colonial dos saberes e das práticas, passo a entender a posição de privilégio do meu corpo racializado como branco, cisgênero, com pós-graduação e pertencente à classe média, e começo a questionar o meu corpo na relação com as pessoas que habitam os territórios marginalizados que eu percorri durante a minha atuação nas políticas de assistência social e de medidas socioeducativas.

Esse movimento de pensar os efeitos que meu corpo produz ao circular os espaços se dá a partir de diversos encontros, tanto com as pessoas que habitam os territórios como também com as produções de autores e autoras decoloniais, nos espaços de diálogos e estudos, com as orientações das professoras Dras. Anita Guazzelli Bernardes e Liliana Parra-Valencia, com as pessoas que integram o Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e Subjetividade, coordenado pela professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes, e diversos estudos que compõem esta pesquisa.

Assim, destaco que o texto deste relatório de pesquisa está escrito na primeira pessoa do plural, uma vez que em meu pensamento povoam os ensinamentos e ideias de pessoas com as quais eu me encontro durante o processo de desenvolvimento deste estudo, mas também na

primeira pessoa do singular quando são apresentadas algumas experiências por mim vivenciadas no cotidiano da prática nas políticas de assistência social e de medidas socioeducativas

Este estudo se articula com o projeto “Corpos invisíveis e colonialidades: análise de políticas sociais e os processos de inclusão e exclusão sociais”, coordenado pela professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes, o qual se localiza no campo das políticas públicas e das formas de acesso a possibilidades de vida, em termos de processos de inclusão/exclusão sociais, considerando não apenas o modo como os corpos são performados para acessar as políticas, mas também como a política produz corpos invisíveis como forma de não acesso e, portanto, de precarização e desproteção da vida.

A pesquisa também está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, com ênfase em saúde, na linha de pesquisa: Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais. E, por entendermos a saúde a partir do seu conceito ampliado, o estudo se articula com esta área, uma vez que discute sobre os processos que produzem precarização e desproteção da vida em corpos que habitam os territórios vulnerabilizados.

O objetivo deste estudo, então, é investigar as lógicas da branquitude e do racismo que compõem a Rede que se estabelece nos campos da Proteção Social Básica e das Medidas Socioeducativas de privação de liberdade e as estratégias de resistências para a proteção da vida a partir das redes comunitárias que se formam no território.

Para tanto, apostamos na cartografia para acompanhamos a processualidade das redes que se tecem no cotidiano do campo da assistência social e das medidas socioeducativas, e como ferramenta metodológica para narrar histórias vividas e experienciadas nos encontros com as pessoas que acessavam os serviços da PSB e com aquelas que foram inseridas nas unidades de privação de liberdade.

O relatório está disposto em “platôs” (Deleuze & Guattari, 1995), os quais se comunicam, porém, sem uma forma única de caminho para a leitura. Assim, por mais que estes se interseccionem, podem ser lidos livremente, sem, necessariamente, seguir a ordem aqui colocada.

Pensamos os platôs a partir de quatro planos da rede: o plano da Rede institucional que opera a partir de interseccionalidades que sustentam as desigualdades sociais; um plano de deslocamento para que pudéssemos nos mover da Rede institucional e fazer emergir a rede comunitária; o plano da rede comunitária, no qual aqueles(as) que pertencem à rede comunitária se articulam para resistir aos processos do racismo, da branquitude, das lógicas coloniais, entre outras; e, o plano da rede como um espaço fronteiriço, que acontece a partir da relação e articulação dos membros que habitam o território, ou seja, tanto os(as) que operam as unidades da política, como também os (as) que vivem no território, e, a partir dessa relação, encontra-se meios para existir e resistir aos processos de colonização.

No Plano I, a Rede institucional, apresentamos as lógicas interseccionais que incidem sobre o SUAS e o SINASE e que perpetuam as desigualdades sociais. Apontamos os instrumentos jurídicos que instituem as políticas de assistência social e de medidas socioeducativas para discutir como a Rede aparece como forma de organização e de implementação destas.

A partir dessas apresentações, discutimos com autores e autoras, que fazem crítica à lógica colonial, sobre como estas organizam e operacionalizam as práticas destas políticas públicas, e como as interseccionalidades e os domínios de poder – estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal (Collins & Bilge, 2021) – produzem maior ou menor exposição dos sujeitos às situações de risco social.

No Plano de deslocamento, ainda seguimos pela Rede institucional, de modo a pensar sobre os processos de violências, apagamentos e silenciamentos que esta produz sob os corpos

daqueles(as) que acessam a política. É por esse platô que colocamos nossos agenciamentos em análise e questionamos nossas branquitudes, racismos e colonialidades, de modo que nos movemos para conseguir enxergar as resistências da rede comunitária.

Nesse Plano de deslocamento, inspiramo-nos no conceito de escrevivência, da escritora Conceição Evaristo (2020), considerando este como uma ferramenta de luta de escritoras negras. A potência que o conceito carrega nos move no sentido de inspiração a partir da qual escrevo uma carta para um jovem que se encontra em uma unidade de privação de liberdade das MSE.

Nessa carta, apresento como esse jovem me convoca a repensar as práticas no SUAS e no SINASE. A carta aponta para as violências da Rede e a utilizamos como metodologia para seguir a processualidade das redes comunitárias e da Rede institucional, entendendo-as como processo de conexões e desconexões heterogêneas estabelecidas no e com o território em que se localizam os equipamentos públicos de políticas com as quais estamos trabalhando.

O Plano de deslocamento nos convoca a pensar tanto em como a branquitude insiste em permanecer, como também, sobre quais são os limites de quem fala a partir da Rede. Ou seja, esse platô evidencia que estamos falando desde uma branquitude que nos agencia, e, para que nos desloquemos dessa posição, é necessário um enfrentamento dessa branquitude constantemente.

A partir desse processo, de colocar em análise os agenciamentos da branquitude nas políticas de assistência social e de MSE, seguimos para o Plano II, no qual discutimos os enredamentos da rede comunitária, de modo a percorrer as pistas de como esta acontece e se organiza para resistir e romper com as lógicas da branquitude e da colonialidade que tem como efeito o racismo sobre os corpos daqueles(as) que compõem esta rede.

No Plano III, discutimos sobre as fronteiras que se formam nas experiências de encontros que são constituídos na relação entre o corpo de quem atua nas políticas com o

corpo que é inserido nestas. Propomos, então, pensar as políticas de assistência social e de medidas socioeducativas em um espaço fronteiriço de um entre lugar (Anzaldúa, 2019) que possibilita coabitar os distintos conhecimentos, e assim traçar novas práticas que rompam com os processos colonizadores e de silenciamentos de saberes.

No início de cada platô, há imagens dos territórios que percorremos e que nos inspiram a pensar sobre os enredamentos comunitários e as estratégias de vida e resistência. Tais imagens são um convite para que você, leitor(a), caminhe conosco por esses espaços. Boa leitura.

Figura 3

Vias de acesso para as moradias do território



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

2. PLANO I: A REDE INSTITUCIONAL

Com este platô, nos itinerários, serão realizadas reflexões sobre os processos de colonização que nos auxiliam a percorrer as formas como o racismo e a branquitude incidem sobre o SUA e o SINASE.

Apresentaremos as organizações que instituem as políticas de assistência social e de segurança pública – delimitadas na PSB e nas MSE de privação de liberdade dirigidas para jovens aos quais se atribui a autoria de atos infracionais – no sentido de entender certas dimensões localizadas nas articulações sobre a questão de pesquisa. Ou seja, o lugar desde o qual pensamos e com o qual caminhamos com a nossa investigação.

Buscamos pensar essas políticas públicas para garantia de direitos como campo que possibilita o enfrentamento e a resistência às iniquidades, considerando as tensões entre necessidades sociais, os arranjos situados e as respostas do Estado. Tais respostas podem se configurar em uma Rede de serviços que busca atuar em consonância e intersetorialmente para a resolução das demandas trazidas pela população configuradas nos diferentes grupos.

A articulação em Rede dos serviços das políticas públicas sociais está mencionada em documentos e normas decorrentes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (*Lei nº 8.742, 1993*) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (*Lei nº 8.069, 1990*). Esses documentos estruturam e organizam as ações a serem desenvolvidas.

Tomamos, então, o campo da PSB da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o campo das MSE de privação e restrição de liberdade para iniciar as discussões, uma vez que tais equipamentos políticos compõem o Sistema de Garantias de Direitos (SGD) que estão articulados em Rede entre si e com demais políticas públicas e são as políticas/equipamentos com os quais e nos quais nos encontramos com a questão de pesquisa.

2.1. Aproximações entre a SUAS e SINASE

As políticas sociais, no Brasil, emergem em um contexto neoliberal que tensiona as lógicas coloniais e econômicas. As psicólogas Lilian Rodrigues da Cruz e Neuza Maria de Fátima Guareschi (2014) destacam que as lutas da classe trabalhadora por alimentação, habitação, assistência, saúde e educação, ou seja, pelo atendimento das necessidades humanas básicas, resultou no nascimento dos direitos sociais no século XX. Essas autoras também chamam a atenção para o fato de que “[...] até o final do século XIX e início do século XX, prevaleciam as ideias liberais de um Estado mínimo que somente assegurasse a ordem e a propriedade, e do mercado como regulador ‘natural’ das relações sociais” (Cruz & Guareschi, 2014, p. 14). Assim, a Assistência Social como política social está sempre em tensionamento com a razão de mercado.

A assistente social Berenice Roja Couto (2015, p. 666) aponta que na constituição da Assistência Social como política pública há “[...] características centrais envolvidas na disputa da sua constituição como política não contributiva da seguridade social”, de modo que nessa política há um conjunto heterogêneo de práticas assistencialistas, caritativas e filantrópicas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) acrescenta mudanças significativas para o âmbito da assistência social, uma vez que,

Esta passa a constituir, juntamente com a saúde e a previdência social, a base da seguridade social, notadamente inspirada na noção de Estado de Bem-Estar Social. Este é um marco histórico que institui o início da transformação de caridade, benesse e ajuda para noção de direito e cidadania da assistência social apontando seu caráter de política pública de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida (Cruz & Guareschi, 2014, p. 27).

As pesquisadoras Suzanir Fernanda Maia, Anita Guazzelli Bernardes e Júlia Arruda da Fonseca Palmiere (2018, p. 9) apontam as políticas sociais como efeito dos direitos sociais, quando “[...] as liberdades individuais são sobrepostas às necessidades coletivas, havendo necessidade de intervenção direta do Estado, por exemplo, por meio da implantação de Políticas Sociais”. Para essas autoras, os direitos sociais – definidos no artigo 6º da CF/88 como “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988) – são colocados nas políticas sociais brasileiras de acordo com o desenvolvimento social, político e econômico do país (Maia *et al.*, 2018).

Assim, entendemos que há processos de agenciamento que configuram o modo de formulação e implementação das políticas sociais, bem como a forma como elas acontecem, considerando que há uma disputa em termos de espaço, de visibilidade e de como e quem a acessa para a relevância de uma política.

Aqui a noção de agenciamento, a qual entendemos a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) é um operador do nosso pensamento que nos possibilita entender a produção das políticas públicas não como algo dado *a priori*, mas sim entendendo-as como um acontecimento multidimensional, como campo relacional de forças que constitui as políticas públicas e o acesso a estas a partir de correlações com os múltiplos elementos que se atualizam continuamente. Para estes autores,

[...] há linhas de articulação ou segmentariedade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura.

Tudo isto, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um *agenciamento* (Deleuze & Guattari, 1995, p. 19).

Assim, entendemos que “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 16), o que está em jogo são atualizações que atravessam a constituição das políticas públicas e que incidem nas relações estabelecidas cotidianamente dos sujeitos com o acesso aos dispositivos do SUA e do SINASE.

Nesse sentido, apresentaremos o SUAS e o SINASE a partir dos marcos legais que os estruturam e organizam, buscando também as articulações entre esses, uma vez que tais políticas estão interligadas uma à outra e se conectam no sentido de um agenciamento de corpos.

Os movimentos sociais, políticos e econômicos engendraram novos arranjos que possibilitaram a consolidação e a atualização das políticas sociais. Com a promulgação da CF/88, que insere a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, outros marcos normativos e regulatórios passam a constituir as políticas sociais.

Os processos que possibilitam as legislações e normativas que orientam o SUAS são: a CF/88, que incorpora a assistência social à seguridade social; e a promulgação da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta a Assistência Social como política pública, enfatizando-a como “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas” (*Lei n.º 8.742, 1993, Art. 1º*).

Em de dezembro de 2003, dez anos após a publicação da LOAS, o Conselho Nacional de Assistência Social organizou a IV Conferência Nacional de Assistência Social, a qual teve

como principal deliberação a construção do Plano Nacional de Assistência Social. Em 2004, estabeleceu-se a PNAS, visando à implementação do SUAS. Este foi operacionalizado em 2005 pela Resolução n.º 130, de 15 de julho de 2005, que trata da Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS) e “consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2005, p. 79). A NOB-RH/SUAS é publicada em 2006 (Ferreira, 2011).

Em 2009, a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, possibilita a padronização dos serviços de PSB e Proteção Social Especial (PSE) em todo território nacional (MDS, 2014). Em 2011, com a Lei n.º 12.435, de 06 de julho de 2011, alteram-se os dispositivos da LOAS, constituindo a concretização do SUAS.

O SUAS tem como público as pessoas e grupos que estão em situações de vulnerabilidade e riscos sociais. Para atender tal população, esta política é organizada em uma perspectiva socioterritorial, o que possibilita que suas ações e intervenções sejam realizadas a partir da dinâmica cotidiana do território (MDS, 2005). O SUAS se organiza em duas modalidades de atendimento socioassistencial, que se caracterizam pelo risco social: a PSB e a PSE.

Os Serviços da PSB são executados nos CRAS e têm como objetivo prevenir situações de risco, desenvolver potencialidades e aquisições e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, uma vez que os corpos que acessam este equipamento estão em situação de vulnerabilidade. O CRAS é considerado a porta de entrada para o SUAS, pois possibilita o acesso a outros serviços e equipamentos da assistência social e/ou demais políticas do território de abrangência (MDS, 2005).

Em situações em que há ameaça ou violação de direitos, as famílias e indivíduos são acompanhados pelos serviços, programas e projetos de caráter especializado da PSE, que visa à reconstrução de vínculos familiares e comunitários, ou seja, a PSE se volta para o atendimento socioassistencial de famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social e que tiveram seus direitos violados e/ou ameaçados.

Os serviços da PSE se organizam em: Média Complexidade, para famílias e indivíduos que não tiveram os vínculos familiares e comunitário rompidos; e em Alta Complexidade, direcionados à proteção integral de famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário (MDS, 2005).

No âmbito do SINASE, observamos que a promulgação da CF/88 consagra proteção integral às crianças e aos adolescentes. Em 1990, o Brasil passa a ser signatário da Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, que reafirma a necessidade dessa proteção e estabelece a criança como sujeito de direito. Em 1990, cria-se também o ECA, com a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

Com a PNAS, as MSE são inseridas no SUAS no âmbito da PSE de Média e Alta Complexidade. Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por meio da Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006, cria-se o SINASE, o qual “constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” (Resolução n.º 119, 2006, Art. 2º).

A padronização dos serviços da política de assistência social, por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução n.º 109, 2009), aprova, no âmbito da PSE de Média Complexidade, o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em

Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

O SINASE é instituído como Lei Federal em janeiro de 2012 (*Lei n.º 12.594, 2012*) e se configura como um subsistema do SGD, “[...] o qual se comunica e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao Sistema de Garantia de Direitos (tais como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública)” (*Lei n.º 12.594, 2012*, p. 22).

Enquanto política pública, o SINASE regulamenta a execução das MSE destinadas a jovens que praticaram ato infracional, que é a conduta descrita pelo ECA como crime ou contravenção penal (*Lei nº 8.069, 1990*; *Lei n.º 12.594, 2012*).

As MSE estão estabelecidas pelo ECA e podem ser aplicadas considerando a capacidade do jovem de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade do ato infracional. A autoridade competente pode aplicar seis medidas socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional (*Lei nº 8.069, 1990*).

O cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade será executado pelos serviços de PSE de Média Complexidade da política de assistência social, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (MDS, 2014). Vale ressaltar também que durante a minha atuação no CRAS, eu acompanhei e me encontrei com alguns jovens que estavam cumprindo a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade nas unidades do CRAS. Assim, aqui há, mais uma vez, a articulação das MSE com a PSB da política de assistência social.

Os casos de medidas de internação com privação de liberdade de semiliberdade, internação provisória e sentenciada se localizam na PSE de Alta Complexidade e devem ser aplicados como último recurso, em entidade exclusiva para adolescentes, e não podem

exceder três anos de internação. Nos casos de internação provisória, que consiste no momento de privação de liberdade anterior à sentença judicial, está limitada a 45 (quarenta e cinco) dias (*Lei n.º 8.069, 1990*).

Não queremos aqui esgotar as atualizações dessas políticas e a forma em que elas vêm se desenhando no país, mas sim demonstrar, a partir desses marcos legais e regulatórios, como a assistência social e a MSE se encontram e se conectam em termos de políticas sociais que regulam determinados corpos.

Por mais que a PSB e as MSE de privação e restrição de liberdade estejam localizadas em diferentes pontos da Rede das políticas públicas de proteção social, uma vez que a MSE de restritiva e privativa de liberdade se localiza na Rede no âmbito da PSE de Alta Complexidade e se conecta com o Sistema de Justiça, a população que está nesses espaços também precisa estar assistida pela PSB.

Evidencia-se, assim, a articulação entre o Sistema de Justiça, a PSB e a PSE. É por esse motivo que os documentos, resoluções e normativas que regem as políticas de proteção social orientam que os trabalhos, em tais políticas, precisam ser pensados em Redes articuladas com as diversas políticas. As autoras Ana Cristina Carlson e Lucilene de Souza Pinheiro (2013), ao pensarem sobre as práticas intersetoriais e os desafios para profissionais da psicologia na política de assistência social, apontam que

[...] a Política Nacional de Assistência Social coloca como fundamental a formação de redes para garantir a proteção social, bem como para constituir caminhos para superar a fragmentação que historicamente marcou as práticas da assistência social no país. O trabalho pautado em ações intersetoriais é indicado nos marcos legais vigentes, de modo que, hoje, a assistência social ocupa um lugar fundamental na promoção da articulação e integração da rede de serviços que acolhe e atende a população (Carlson & Pinheiro, 2013, p. 105).

A Rede, então, aparece na política de assistência social como forma de organização e de implementação desta, tornando-se incontornável pensar a operacionalização das políticas sociais de outro modo que não seja em Rede. Porém, cabe a nós pensarmos em como a Rede acontece, de que modo se organiza, como ela é montada e para quem ela se destina. Ou seja, devemos pensá-la em termos do que ela produz, uma vez que entendemos que há redes potentes no sentido de produção de afetos e potencialidades, mas também existem outras Redes que produzem políticas de morte e de aniquilação do outro.

Para refletirmos sobre quais montagens a articulação em Rede tem produzido em termos de modalidades de subjetivação, devemos considerar as desigualdades do país e a necessidade de diminuir as iniquidades. O SUAS, então, já é uma resposta a essas desigualdades sociais e emerge como uma estratégia para mitigar os efeitos coloniais, sociais e econômicos neoliberais. No entanto, controversamente, não altera a lógica de mercado que produz miséria e os modos de produção de corpos que passam a necessitar dos seus programas e ações. Sobre tal discussão, Letícia Lorenzoni Lasta (2015), em sua tese, afirma que

Assim, criam-se as condições para que o Estado, pelas políticas de inclusão e proteção social, passe a atingir o maior resultado possível junto à população que se quer governar ou junto à população que está sob o risco da exclusão e da desproteção social, a partir de um esforço muito pequeno de poder – o biopoder. Portanto, as políticas de inclusão e proteção social apontam a presença do Estado na vida de todos e de cada um, mas especialmente na vida daqueles que nomeamos como sendo os *excluídos*, os *desprotegidos* (Lasta, 2015, p. 59, grifos da autora).

Assim, o SUAS, como uma política de proteção social, mas também de redistribuição de renda e regulação social, se destina àqueles(as) que recorrem do Estado para ter as mínimas condições de sobrevivência. Ou seja, tal como Anita Guazzelli Bernardes (2006)

aponta em sua tese, uma população que o neoliberalismo considera como dependente dos serviços estatais. “A racionalidade da dependência do Estado engendra-se na produção de um refúgio social que não encontra na figura do Estado uma dependência em termos de contrato social, de fazer sociedade, e sim de tutela social” (Bernardes, 2006, p. 24). Tal movimento é possível uma vez que o neoliberalismo não se trata apenas de economia, mas sim como aponta Jacqueline Moraes Teixeira (2022):

[...] trata-se, antes de tudo, de uma racionalidade política que converte os princípios gerais da lógica do capitalismo mais contemporâneo, em senso prático e regimes de condutas, algo que se constitui a partir da formação de um processo de subjetivação capitalista, pautadas num aparato justificativo que estimula a formação de um sujeito reflexivo (Teixeira, 2022, p. 745).

Assim, consideramos que o SUAS e o SINASE se articulam em Rede entre seus serviços e com as demais políticas públicas. Os documentos que regulam a execução dos serviços, programas e ações orientam que estes devem ser operacionalizados em Rede de forma integrada para a garantia de direitos da população.

Para tanto, buscamos investigar as lógicas que compõem estas Redes que se estabelecem no campo da PSB do SUAS e das MSE de restrição de liberdade do SINASE a partir do fluxo dos usuários(as) em tais Redes. Partimos destes campos para acompanhar os processos e acontecimentos que constituem redes que operam no território e que engendram encontros e desencontros que produzem modalidades de subjetividade a partir das relações e práticas que forjam corpos visíveis ou invisíveis.

Ao percorrer esses campos destacam-se duas redes que se sobrepõem: a Rede institucional que aparece no âmbito da política pública; e a rede que acontece a partir da articulação das pessoas para que haja vida no território de forma contínua.

Vale destacar que o conceito de rede nessa discussão será considerado não como um *a priori* natural e sim como um *a priori* histórico (Foucault, 2008). Isso significa seguir rastros de como o conceito acontece, de modo a se tornar um elemento a partir do qual certos processos podem ser compreendidos.

A Rede que aparece nos documentos orienta a política de assistência social e as medidas socioeducativas em termos de noção organizativa e de implementação da política, a qual é descrita com diferentes denominações: Rede socioassistencial, Rede de serviços, Rede hierarquizada, Rede referência, Rede de proteção social, Rede continuada, Rede de reciprocidade social, Rede SUAS, entre outros.

Assim, existe uma orientação de trabalho em Rede que é mencionada nos documentos que compõem as políticas apresentadas. Apesar de denominada nos documentos, dispositivos jurídicos e planos nacionais do SUAS, a Rede se materializa no território a partir das conexões e desconexões de elementos que têm um modo de produção de investimento de subjetividade.

A política de assistência social compõe as Redes a partir dos serviços e programas que são ofertados para a população que vivencia situações de vulnerabilidade e/ou violação de direitos. Aqui elegemos a PSB e as MSE de restrição e privação de liberdade para seguir as pistas das Redes, que por mais que operem em uma instância denominada de proteção social e garantia de direito, quando analisadas em seu cotidiano, parecem produzir desproteção e violações.

Ao analisar as práticas dos serviços, identifica-se que estas se voltam para a adequação dos sujeitos a um modelo hegemônico de família e de se viver (Andrade & Romagnoli, 2010; Pereira & Guareschi, 2017; Romagnoli, 2016). Esse modelo hegemônico colonial parte do entendimento que a condição social e econômica dos sujeitos está relacionada a uma escolha pessoal/individual por um modo de viver que vulnerabiliza o próprio sujeito, de modo a

responsabilizar os sujeitos pela sua condição precária. Tais práticas desconsideram os contextos sociais, bem como os múltiplos arranjos familiares.

Ao seguir as pistas dos acontecimentos e buscar aquilo que emerge de um determinado conjunto de forças que se encontram, os programas e ações da assistência social e das medidas socioeducativas produzem uma Rede que se constitui pela branquitude com os corpos subalternizados.

Porém, antes de percorremos a Rede, buscando como a branquitude é operada nela e por ela, é importante mencionarmos como estamos entendendo estes conceitos nas relações que se estabelecem na Rede.

Aqui, entendemos a branquitude enquanto um agenciamento (Deleuze & Parnet, 1998) que opera no cotidiano da política, assim como entendemos a própria política social. No sentido em que a compreendemos como uma relação de força na composição de elementos heterogêneos, que estão no contexto do SUAS e do SINASE, que faz um exercício para juntar elementos distintos que produzem um significado e agenciam os processos na relação da conduta do outro e na conduta de si mesmo.

Agenciamento para Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998) se associa ao conceito de máquina, o qual é um conjunto de vizinhança entre termos heterogêneos independentes “[...]é a linha abstrata que os atravessa e os faz funcionar juntos. Está sempre sobreposta a várias estruturas” (p. 122).

Assim, não estamos operando com o conceito de representação, de modo que não estamos discutindo o que é a branquitude, mas sim o que ela produz, no sentido de pensar o que vai se constituindo como branquitude e nesse caso na relação que estabelecerá com a política pública de modo a produzir subjetividades.

O agenciamento é um conceito deleuziano, mas podemos aproximá-lo, da perspectiva de um regime de verdade. Portanto, agenciamento é algo que vai produzindo formas de

visibilidade e invisibilidade, de modo que não se trata de algo que é bom ou ruim, mas algo que está produzindo um modo de ver, de falar, de validar coisas, um conjunto de referentes a partir dos quais a gente pensa o mundo. E por isso, agencia relações nos modos como estamos em lugares, pensamos coisas, e até mesmo partimos de certas perspectivas para olhar o mundo. Então, a branquitude nos agencia.

É por nos constituirmos pela branquitude que ela passa a agenciar, não apenas por nossos corpos serem brancos, mas sim porque esse corpo branco é um agenciamento. Esse corpo é tornado branco pelo agenciamento da branquitude, do mesmo modo que o corpo negro é tornado negro pelo agenciamento da branquitude.

O agenciamento é uma máquina que constitui processos de racialização. É um agenciamento porque é uma máquina de produção de verdades, de referentes, e que não está ligada à representação do corpo branco ou do corpo negro, mas se conecta aquilo que vai racializando corpos como brancos e negros, pela branquitude.

A branquitude então, passa a ser uma agência de condução dos sujeitos na e pela política pública. O cotidiano das Redes das instituições, vai perpetuar esse fenômeno chamado branquitude, em diversas dimensões da política, e constituir subjetividades que passam a ser lidas como subalternas e que necessitam de ajuda – no sentido de ações caritativas e assistencialistas – ao mesmo tempo são construídas também como perigosas e delinquentes pelo olhar da branquitude.

A branquitude se constituiu no bojo do processo de colonização, nos aponta Cida Bento (2022), destacando que a expansão colonial, que leva ao povoamento de pessoas europeias, coloca o tom da pele como elemento que distingue status e valor, e a percepção eurocêntrica cria a concepção de um não europeu como o Outro que é diferente e muitas vezes ameaçador. Assim, o processo de colonização coloca o homem europeu como universal em comparação com os não europeus, e para a construção dessa identidade universal,

utilizam-se africanos(as) negros(as) como principais contrastes. “À medida que a Europa foi se expandindo pelo mundo e os europeus foram acessando e se apropriando dos recursos materiais e simbólicos dos ‘outros’, a narrativa da branquitude foi sendo construída” (Bento, 2022, p. 30).

A branquitude, então, é a posição que constrói a brancura como superioridade racial e que coloca sujeitos brancos em posições de privilégio materiais e simbólicos. Dessa forma, produz e legitima violências e violações contra pessoas negras, pardas, de origem e etnias que se diferenciam da europeia.

Assim, é a branquitude – que opera no cotidiano do trabalho do CRAS e SINASE– que coloca mulheres negras como a maioria das pessoas que recorrem e acessam a PSB, enquanto os jovens que são privados de liberdade nas MSE são principalmente meninos negros. Tal fato, nos leva a pensar essas políticas de forma racializada, bem como a discutir as consequências da branquitude que opera essas políticas na constituição da subjetividade dos sujeitos e os insere em uma posição de vulnerabilidade.

Para pensarmos como isso acontece no cotidiano da PBS e da MSE, analisaremos esses territórios a partir da interseccionalidade, entendendo-a como ferramenta analítica que nos permite ver a branquitude operando sobre os corpos que são inseridos na Rede, de modo que esses se tornam visíveis ou invisíveis a partir das conexões que se estabelecem. Tal como veremos no tópico seguinte.

2.2. Visibilidades e invisibilidades dos corpos que estão no SUAS e SINASE a partir da relação com a interseccionalidade

Percorrer a Rede institucional é justamente entender as políticas públicas não como algo natural, mas como um conjunto heterogêneo de acontecimentos que se dão nos equipamentos das políticas. Estes, constituem o cotidiano na política com a população que a

acessa, que, especificamente no contexto do SUAS e do SINASE, são pessoas que estão em situação de risco e de precarização da vida.

Para pensarmos as políticas públicas no Brasil e entendermos a necessidade destas para mitigar as desigualdades sociais, é preciso considerar a proporção de pessoas que vivem em pobreza e extrema pobreza no País.

Uma síntese dos indicadores sociais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), destaca que no ano de 2021, 62,5 milhões de pessoas – 29,4% da população brasileira – estavam vivendo na pobreza, ou seja, com renda per capita equivalente a US\$ 5,50 por dia, em Paridade do Poder de Compra (PPC). Entre estas, 17,9 milhões – 8,4% da população – estavam na extrema pobreza, vivendo com renda per capita inferior a US\$ 1,90 por dia, em PPC.

Quando consideramos a raça como marcador para compreender quem vivem em tal condição, encontra-se que pretos e pardos (37,7%) são quase o dobro quando comparados com pessoas brancas (18,6%). O gênero e a idade também são importantes marcadores, uma vez que as pesquisas destacam que 33,2% de jovens de 15 a 29 anos estão abaixo da linha da pobreza, enquanto 10,4% são idosos, e “cerca de 62,8% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022).

Esses dados materializam os jogos políticos que acontecem a partir da interseccionalidade, de modo que as categorias raciais, étnicas, etárias, de gênero e sexualidade colocam ou não os sujeitos na relação com a pobreza, e evidenciam o que Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 20) afirmam quando apontam que “[...] as relações interseccionais de poder sustentam as desigualdades sociais de raça, gênero, classe, idade, capacidade, sexualidade e nação”.

Dessa forma, quando os dados estatísticos indicam que há mais pessoas jovens, pretas e pardas e mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos vivendo abaixo da linha da pobreza, entendemos que há um agenciamento desses corpos que os coloca abaixo da linha da pobreza, ou seja, é por serem estes corpos que existe uma maior exposição a tal condição econômica. Condição esta que deixa esses corpos vulneráveis a diversas formas de preconceito, violência e desproteção que serão experienciados de diferentes modos pelos sujeitos.

A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismão de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber (Collins & Bilge, 2021, p. 29).

Tal afirmação de Collins e Bilge (2021) nos faz questionar sobre as relações vivenciadas nas políticas sociais, uma vez que as relações interseccionais de gênero, raça, etnia, classe, nacionalidade, faixa etária, sexualidade, entre outros marcadores sociais evidenciavam as precariedades das vivências dos corpos que acessavam a PSB e a MSE de privação de liberdade.

É por tal motivo que propomos considerar esses campos para pensarmos sobre a interseccionalidade que expõe os corpos a situações de precariedade e vulnerabilidade e que os leva a serem inseridos em políticas sociais. Para tanto, acreditamos ser necessário caracterizar esses espaços os quais estamos colocando em análise, bem como quais são os corpos que estão inseridos nessas políticas. Para isso, consideraremos alguns dados do Cadastro

Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)² e dados fornecidos pela Superintendência de Assistência Socioeducativa de MS (ANEXO)³.

Vale ressaltar que tomaremos como referência a cidade de Campo Grande (MS), por ser o município no qual tive maior inserção no campo da Políticas de Assistência Social e de MSE.

A capital do Estado de MS tem uma população de 898.100 habitantes e a incidência de pobreza de 29,25%, de acordo com o censo 2022 (MDS, 2024). Quando analisamos a quantidade de pessoas que vivem em Campo Grande (MS) e que estão inscritas no CadÚnico, no ano de 2023, 59% se autodeclararam pretas/pardas; 39% brancas e 1% realizou a autodeclaração como pessoas indígenas e amarelas, cada.

Estas pessoas compõem famílias que podem ou não ser beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Os dados apontam que 31% dessas famílias inscritas no CadÚnico em Campo Grande (MS) são beneficiárias do PBF, entre essas 60, 10% são do sexo feminino, sendo 83,50% das Responsáveis Familiares (RF) do sexo feminino (Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único, 2023)⁴. Vale ressaltar que RF é o(a) membro da família que presta as informações que serão inseridas no cadastro e que deve ser preferencialmente mulher.

Olhar para esses dados nos dá a dimensão de que as pessoas que estão inseridas no SUAS são, predominantemente, as mulheres, pretas e pardas. Porém, tal como aponta Waldez Cavalcante Bezerra (2023, p. 74) em sua tese, os documentos da PNAS “não dão ênfase ou

²Utilizamos os dados Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) por ser um instrumento que possibilita a identificação e caracterização das pessoas que estão em situação econômica de baixa renda, uma vez que é uma base de dados do Governo Federal na qual são inseridas famílias e indivíduos com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos e que podem participar de programas sociais implementados pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal. O cadastro é realizado principalmente nos CRAS (Ministério da Cidadania, 2022).

³Pedido de Acesso à Informação FALABR protocolo [03537.2023.000104-59](#).

⁴Levantamento realizado a partir da referência 04/2023, por ser a referência mais atualizada no momento do acesso ao registro de: Pessoas inscritas no Cadastro Único - por raça/cor; Pessoas do sexo Feminino e Responsáveis Familiares do Sexo Feminino – PBF; Famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família inscritas no Cadastro Único - por número de integrantes na família.

são muito genéricos quanto às questões de gênero e raça nas discussões sobre o trabalho no SUAS, contribuindo para reprodução dessas desigualdades na organização e implementação dos benefícios, programas e serviços socioassistenciais”.

Essa generalização em relação ao gênero e raça das pessoas que são atendidas e acompanhadas pelo SUAS já é um efeito do agenciamento pela branquitude na política, de modo a produzir uma captura/apagamento daquilo mesmo que ela produz como desigualdade ao homogeneizar certos dados sociais e naturalizá-los.

Evidenciava-se, no cotidiano nas unidades dos CRAS nos quais atuei, que são principalmente as mulheres negras/pardas quem mais eram atendidas e acompanhadas pela equipe de referência do CRAS. Aqui, vale destacar que, mesmo 39% das pessoas inseridas no CadÚnico sendo brancas, os atendimentos e acompanhamentos realizados pela equipe de referência do CRAS, eram majoritariamente desempenhados com as mulheres negras/pardas, principalmente as ações voltadas para concessão de benefícios eventuais, orientações e encaminhamentos para outras políticas públicas, demandas relacionadas ao Sistema de Justiça e Conselho Tutelar, descumprimento das condicionalidades dos programas de transferência de renda.

No entanto, quando olhamos para os documentos que visam registrar esses atendimentos, verifica-se que há um apagamento desses atendimentos, bem como desses corpos de mulheres negras/pardas. Observemos isso no âmbito do CRAS:

Em Campo Grande (MS), atualmente, existem 21 unidades de CRAS, que estão vinculados à Superintendência de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social. Estes estão localizados em espaços de risco e de vulnerabilidades sociais. (Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2021).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014), o CRAS desenvolve diversos serviços. O primeiro dele é a Proteção e Atendimento Integral À

Família (PAIF), direcionado à população que reside no território de abrangência. Esse serviço visa atender pessoas que estão em “situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social” (p. 13).

Outro serviço desenvolvido no CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no qual são formados grupos de acordo com as idades do ciclo de vida. O SCFV tem como objetivo complementar o trabalho desenvolvido com as famílias em situação de vulnerabilidade. Esse serviço é entendido como “forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território” (p. 16).

Há também o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Com Deficiência e Idosas, o qual tem como finalidade a prevenção de situações de risco, exclusão, isolamento e a prevenção de situações que possam levar ao rompimento dos vínculos familiares e comunitários de pessoas com deficiência e idosas.

É importante apontarmos alguns dados da população que é atendida nos CRAS de Campo Grande (MS). De acordo com o Relatório de Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2024), considerando o Censo IBGE 2010, existem 14.933 pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Desse total, 3.114 têm entre zero e nove anos, 2.508 estão na faixa etária de 10 a 17 anos, 2.891 entre 35 e 49 anos, e 1.362 com 60 anos ou mais.

Considerando os dados sobre o CadÚnico, de fevereiro de 2024, o documento mencionado aponta que há um total de 422.492 pessoas cadastradas. Destas, 140.882 encontram-se em situação de pobreza, 122.305 apresentam com baixa renda, e 159.305 com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo (MDS, 2024).

Com relação ao PBF, o relatório destaca que na capital de MS, 161.468 pessoas são beneficiárias, recebendo uma média mensal de R\$ 686,28. Além disso, ressalta-se que a taxa de acompanhamento que são realizados com pessoas que estão em descumprimento de condicionalidades atinge 92,67% na área da educação e 74,35% quando relacionado à saúde (MDS, 2024).

No entanto, ao realizarmos as buscas na base de dados do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA)⁵ observamos mais alguns elementos que podem denunciar a branquitude da política, uma vez que nos chama a atenção a inconsistência dos dados e o apagamento dessas situações de vulnerabilidades nos documentos de registro dos CRAS de Campo Grande (MS).

O RMA é um instrumento utilizado e alimentado pela equipe das unidades de CRAS que tem o objetivo de registrar mensalmente: o volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF; o perfil das famílias inseridas em acompanhamento neste serviço; e, o volume de atendimentos particularizados e coletivos realizados na unidade. Estes são dados importantes que trazem – ou deveriam trazer – informações sobre as pessoas que são atendidas por esse equipamento.

Nos alerta o fato de que os campos destinados a registrar a quantidade de atendimentos realizados com as famílias do PAIF e dos SCFV estão, em sua maioria, zerados. Isso sugere que, em quase todos os CRAS de Campo Grande (MS), não houve a inserção de nova famílias em acompanhamento no PAIF. Consequentemente, não trazem informações sobre famílias em situação de extrema pobreza, beneficiárias do PBF, em descumprimento de condicionalidade, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou que tenham crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ou estão em serviço de acolhimento.

⁵Buscamos a base divulgada pela Vigilância Socioassistencial do Ministério da Cidadania que estivesse mais atualizada e completa no momento da coleta da informação; identificamos o ano de 2022 como o último que estava composto pelos atendimentos realizados entre os meses de janeiro a dezembro daquele ano. Realizamos a filtragem da base tratada para localizarmos apenas os atendimentos de CRAS de Campo Grande (MS).

Além disso, não apresentam dados sobre a quantidade de famílias que participam regularmente de grupos no âmbito do PAIF, nem de crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas no SCFV.

Entendemos que o PAIF e o SCVF são um dos principais serviços para possibilitar o trabalho das equipes com a população, de modo que são por essas ações que operadores(as) da política se aproximam e se vinculam às pessoas do território.

No entanto, nos indagamos diante dessa falta de registros se, de fato, não há famílias a serem inseridas e acompanhadas pelo PAIF e nos SCFV ou, se não é realizado o registro de modo consistente desses dados. Tal apagamento/inconsistência de dados entre a população em situação de vulnerabilidade e os registros de atendimentos do CRAS aponta que a população não está sendo visibilizada pela Rede institucional.

Aqui, acreditamos que há inconsistência nos dados registrados, e que essa irregularidade é efeito da branquitude que apaga e invisibiliza as situações de precarização das vidas que estão na Rede institucional. Tal entendimento se dá pelo fato de que, na prática, essas vidas precarizadas acessam diariamente as unidades de CRAS.

Acreditamos ser válido trazer um exemplo de um atendimento realizado pela equipe de referência técnica em um CRAS. E trazemos esse exemplo como meio de ser visto como a branquitude opera na política.

Na situação, uma mulher negra compareceu ao CRAS para verificar o bloqueio de seu benefício do Bolsa Família. Seu núcleo familiar era composto por ela, seus quatro filhos, sua mãe e sua tia. Foi identificado que o bloqueio ocorreu pelo descumprimento da condicionalidade, pois, seu filho teve a frequência escolar mensal, inferior a 75%. Na justificativa para o descumprimento da condicionalidade a usuária relatou que havia começado a trabalhar em uma empresa, com carteira assinada, e que há muitos anos não conseguia um emprego formal, de modo que não podia deixar o emprego pois, este gerava

uma renda que possibilitava arcar com algumas despesas básicas de sua casa, mesmo que sua remuneração fosse de um salário-mínimo.

Essa usuária relatou que sempre acompanhou seus filhos no trajeto até a escola. Porém, como ela tinha que trabalhar no período matutino e vespertino, teve que pedir ao filho mais velho que fosse para escola junto com seus irmãos. No entanto, este não entrava na instituição e passou a ficar “soltando pipa” em uma praça próximo à escola. Diante dessa situação foi realizada a justificativa do descumprimento, a qual desbloqueou o benefício do PBF e a usuária pediu para que sua vizinha passasse a acompanhar seus filhos até a escola.

Nessa situação, podemos observar como que a branquitude opera na política no âmbito da PSB. Há alguns elementos na cena que nos chama a atenção para a responsabilização e culpabilização dessa mulher por sua condição de vulnerabilidade e pelo descumprimento da condicionalidade. E tais elementos se relacionam com a branquitude, uma vez que não operam da mesma maneira para pessoas lidas como brancas.

Podemos destacar, como um desses elementos, o número de pessoas na família. Não é raro escutarmos no âmbito da assistência social que famílias numerosas e com maior quantidade de filhos(as) são condições de produção de pobreza. Também é frequente que pessoas que são contrárias às políticas de transferência de renda, argumentem pejorativamente que as pessoas em situação de pobreza têm muitos filhos para receber maior valor do benefício do PBF. Tais comentários, desconsideram que no PBF há critérios para o repasse do valor do benefício⁶. E descontextualizam que a branquitude dificulta o acesso a trabalho e moradia.

⁶De acordo com a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, são elegíveis ao Programa Bolsa Família as famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita igual ou inferior a R\$218,00 e os benefícios são calculados Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; Benefício Complementar, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R\$ 600,00 (seiscientos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma; Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos;

No caso dessa usuária atendida, sua mãe e sua tia também compartilhavam a mesma residência. Dizemos que tal situação se dá por um agenciamento da branquitude quando comentários relacionados às famílias numerosas não são feitos para famílias brancas, de classe média/alta, ou, em casos de origem familiar com nacionalidade e origem europeia, por exemplo. Nessas situações, a condição de famílias numerosas é compreendida como produções culturais europeias, ou como vínculos familiares fortalecidos e estáveis.

Outro elemento da cena que se relaciona com a branquitude é a posição que a mulher negra ocupa no mercado de trabalho. Esta, geralmente enfrenta maiores dificuldades de conseguir emprego e, quando conseguem, os índices apontam que ocupam posições mais desfavoráveis, com menores remunerações e muitas vezes sem registro na carteira de trabalho (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2024).

Assim, no caso apresentado, mesmo que essa mulher estivesse trabalhando com registro na carteira de trabalho, ela é convocada pela PSB a justificar sua “insuficiência” em acompanhar a educação de seus filhos, trazendo assim, um terceiro elemento do efeito da branquitude que opera na política e que responsabiliza a mulher pelo cuidado (Batthyány, 2021).

Bezerra (2023) traz uma discussão relevante sobre a centralidade da mulher no programa de transferência de renda PBF, na qual aponta que esta centralidade se dá pela constatação de que a maioria das mulheres utiliza o recurso para melhorar a condição de vida da família. No entanto, por mais que tal estratégia valorize o protagonismo feminino, há uma contradição no sentido de que também reitera a responsabilização da mulher pelo acompanhamento de saúde e educação de crianças e adolescentes, uma vez que estas são

Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição: a) gestantes; b) nutrizes; c) crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos; ou d) adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos; Benefício Extraordinário de Transição, destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

condicionalidades exigidas para o recebimento do PBF, fato que reduz a responsabilidades dos homens nesse processo. O pesquisador ressalta ainda que:

Além disso, essa responsabilização feminina pela proteção social não é acompanhada de igual preocupação com a criação de incentivos para a inserção da mulher no trabalho remunerado, pelo contrário, tende a reforçar alguns dos principais desafios encontrados para a inserção das mulheres em situação de pobreza no mercado de trabalho formal, dentre os quais destacamos a responsabilidade quase exclusiva pelos filhos, que se associa a ausência de serviços de educação infantil (Bezerra, 2023, p. 75).

Durante a minha atuação como psicóloga na PSB e nas MSE, também foi possível perceber essa contradição do SUAS, na qual se responsabiliza a mulher pelo âmbito privado, com o cuidado do lar, dos(as) filhos(as), pelo acompanhamento educacional e de saúde, ao mesmo tempo em que se cobra que esta mulher também gerencie o valor do benefício do PBF e supere a condição de vulnerabilidade econômica.

Essa responsabilização das mulheres em relação ao cuidado dos(as) filhos(as) se evidenciava também nas relações no âmbito das MSEs. Era frequente, durante as conversas e entrevistas com as famílias e com os jovens que estavam nas UNEIs, um discurso que culpabilizava a mulher pelo ato infracional atribuído ao filho.⁷

No SINASE, a intersecção entre gênero, raça e classe também estão fortemente marcadas nas relações sociais e nos corpos daqueles(as) que são inseridos nas MSEs. Os dados sobre os(as) jovens que estavam com privação ou restrição de liberdade pelo SINASE em novembro do ano de 2023, apontam que havia, em Campo Grande (MS), dez jovens do sexo masculino em Programa de Semiliberdade; desses, nove jovens tinham idade entre 16 e 18 anos, e um com idade entre 13 e 15 anos, todos eles se declararam pretos/pardos e pertenciam a famílias que recebiam até um salário-mínimo. (ANEXO)

⁷Utilizo a linguagem com o gênero masculino, uma vez que a minha inserção no SINASE se deu a partir das unidades de internação masculina.

Já nos Programas de Internação masculina, na mesma data e município, havia 56 jovens, sendo 49 pretos/pardos e sete brancos/amarelos; a idade predominantemente estava entre 16 e 18 anos (43 jovens), seguido de 13 jovens com idade entre 13 e 15 anos; e a renda familiar desses jovens era principalmente de até dois salários mínimos (oito jovens pertenciam a famílias que recebiam até um salário mínimo e 37 jovens de família com até dois salários mínimos) e 11 adolescente eram de família que recebiam até três salários mínimos (ANEXO).

No Programa de Internação Provisória masculina, no qual os(as) jovens ficam por até 45 dias aguardando a decisão do judiciário, havia 11 meninos; destes, nove se declararam pretos/pardos; nove jovens tinham idade entre 16 e 18 anos e dois entre 13 e 15 anos. Em relação à renda familiar, cinco pertenciam a famílias que recebiam até um salário-mínimo, três com até dois salários-mínimos e três jovens de famílias com até três salários-mínimos (ANEXO).

Já entre as jovens do sexo feminino, havia quatro que estavam no Programa de Internação em Campo Grande, todas pretas/pardas, três com idade de 13 a 15 anos e uma com idade entre 16 e 18 anos; três delas eram de família que recebia até um salário-mínimo e uma com até dois salários-mínimos (ANEXO).

Trouxemos esses dados como parte da caracterização da população que está inserida nas políticas públicas de assistência social e de medidas socioeducativas em Campo Grande (MS), mas também como elemento que nos permite ver a branquitude operando a partir da interseccionalidade nessas políticas públicas, ou seja, enxergar como as relações de poder, a partir da análise de raça, gênero, classe, idade, colocam determinados grupos da população em condições que os levam a necessitar das políticas de assistência social e/ou a ser privado/restringido de sua liberdade, como no caso dos(as) jovens que estão nas MSE.

Utilizar a lente interseccional como ferramenta para analisar o SUAS e o SINASE nos dá a dimensão de como a branquitude vai operacionalizando esses sistemas, uma vez que Collins e Bilge (2021, p. 18) nos aponta que “nossa foco deve ser o que a interseccionalidade faz, e não o que a interseccionalidade é”.

Assim, é a partir desse entendimento de como as categorias de gênero, raça, classe, faixa etária vão se interseccionando, buscamos questionar as relações que se estabelecem no âmbito desses sistemas para pensar em como podemos nos transformar eticamente para poder transformar nossas práticas, bem como entender como a colonização e a branquitude está implicada na própria política social.

Para tanto, cabe apontarmos, como a interseccionalidade estrutura e organiza esses sistemas que estamos colocando em análise, a partir dos domínios de poder que operam no cotidiano dessa política. O qual será discutido na próxima seção.

2.3. Interseccionalidade e os domínios de poder nas Redes do CRAS e UNEI

Collins e Bilge (2021), ao proporem o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, apontam como as relações de poder de raça, classe, nação e sexualidade organizam as instituições e apontam que há quatro domínios de poder: “o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal” (p. 20, grifos das autoras). Estes, apesar de serem distintos, estão interconectados e envolvem relações de poder que apontam para as condições sociais, bem como definem as práticas organizacionais.

Assim, ao considerar essa proposta de Collins e Bilge (2021), queremos neste estudo, a partir do cotidiano do CRAS e da UNEI, seguir as estruturas interseccionais nessas políticas, a partir desses domínios de poder, buscando o que está em jogo e o que está sendo negociado nesses espaços, de modo que possamos enxergar as desigualdades de raça, gênero, classe, idade, entre outros.

A interseccionalidade, aqui, vai operar como uma ferramenta que nos permite enxergar a branquitude operando nas políticas. Ou seja, analisar interseccionalmente as relações nesses espaços evidencia como estas políticas silenciam e invisibilizam as vulnerabilidades e riscos sociais que se arranjam pela desigualdade racial e protegem os privilégios e interesses brancos, patriarcais e de classes dominantes.

O primeiro ponto que queremos destacar com a interseccionalidade é que “a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas negras, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documentos e grupos indígenas” (Collins & Bilge, 2021, p. 33), tal afirmação evidencia o que foi apontado na sessão anterior com os dados quantitativos das pessoas que estão inseridas no CadÚnico e na UNEI, nos quais se destaca que são principalmente mulheres, sendo a maioria dessas pretas e pardas, que acessam o SUAS, e quando olhamos para jovens que estão nas MSE, são em sua maioria do sexo masculino, pretos e pardos e de família com renda de até dois salários míнимos.

Para trazer a cotidianidade e apresentar como essa desigualdade opera interseccionalmente, observemos a Figura 4, na qual são apresentadas algumas habitações situadas nos territórios de abrangência dos CRASSs em que atuei na cidade de Campo Grande (MS).

Figura 4

Habitações no território



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

Trouxemos, nessas imagens, algumas casas que exemplificam como era a grande parte das habitações nesses territórios em que atuei, as quais geralmente eram de alvenaria, com tijolos aparentes; outras construídas com materiais reciclados como madeiras, lonas e placas de metais. Por dentro das casas, algumas ainda estavam no contrapiso, outras tinham o chão de terra batida. Havia poucos cômodos, algumas não possuíam banheiros nem água encanada e, muitas vezes, a energia elétrica era ligada de forma clandestina.

As ruas, em sua maioria, eram de terra e com muitos buracos, onde se formavam poças de água. Andando por essas vias, não era difícil encontrar amontoados de entulhos nas esquinas e próximo às casas. Tal situação é representada na Figura 5, na qual é possível ver uma imagem de uma placa como a informação de “proibido jogar lixo nesta área”, indicando inclusive a sujeição à multa e o canal para denúncia. Porém, mesmo com a proibição é possível encontrar, a poucos metros de distância, depósitos de lixos próximo às casas.

Figura 5

Lixo depositado nas ruas, próximo às casas



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

Essas figuras mostram as condições de moradias de muitas pessoas que buscam e utilizam os serviços oferecidos pelo SUAS, bem como de jovens que estão no SINASE. Aqui, a interseccionalidade da classe e da raça coloca tal população em situação de risco e insalubridade.

Podemos pensar essas questões do território a partir do que Carlysson Gomes, Leonardo da Silva e Simone Hüning (2021) consideram ao apontarem que os processos de colonização e o racismo são elementos que estruturam e organizam os territórios urbanos, de modo a pensar sobre “a produção e a composição dos territórios e dos sujeitos considerados excedentes e restos na urbe, os quais serão qualificados como entulhos insalubres e indesejáveis, custosos e inconvenientes para as cidades” (p. 31).

Achille Mbembe (2020), ao discutir a sociedade da inimizade, aponta as democracias como comunidades de semelhantes, produzindo círculos de separação, que distinguem quem pertence ao círculo de semelhantes e quem é considerado como população excedente, corpos

indesejáveis que materializam um objeto perturbador a ser exterminado. Portanto, partindo desse pensamento, podemos pensar as pessoas que vivem nessas áreas em que há o descarte de lixos, que são colocadas para viver e habitar locais insalubres, por essa lógica de segregação, que operam a partir de uma governamentalidade de processos de violência voltados para vidas que são descartáveis e matáveis.

Ao observamos o que está disposto nos documentos que organizam a Política de Assistência Social, identifica-se que é uma política voltada para vidas que estão em situação de acesso precário ou nulo às necessidades humanas básicas. Isso é evidenciado pela NOB/SUAS (2005, p. 92) que destaca que a PSB “destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social”.

No entanto, na prática cotidiana das unidades que executam a política, como o CRAS por exemplo, encontram-se limitações e fragilidades no processo de permitir e promover o acesso, bem como de possibilitar condição para que a população saia da situação que a leva a necessitar da política. Para exemplificar essa afirmação e abordar os aspectos estruturantes aos quais nos referimos, é relevante mencionar como os serviços do CRAS e da UNEI operavam no dia a dia.

Na sequência, traremos elementos do cotidiano dessas políticas para discuti-los a partir da interseccionalidade e dos domínios de poder que sustentam as desigualdades sociais e mantêm o privilégio de grupos dominantes de classes, gênero, raça, etnia, escolaridade e nacionalidade.

2.3.1. Domínio estrutural do poder

No cotidiano, quando as pessoas chegavam em alguma das unidades de CRAS, eram inicialmente atendidas por um(a) servidor(a) que estava na Recepção da unidade, o(a) qual escutava inicialmente a demanda da pessoa que buscava os serviços do CRAS e, posteriormente, encaminhava para o SCFV que a pessoas participavam, ou para a equipe de Cadastradores(as) em casos de demandas relacionadas à dúvida, orientação, inserção ou atualização do CadÚnico, ou para a equipe técnica de assistentes sociais e psicólogos(as), caso a demanda estivesse relacionada a outros assuntos que não fossem relacionados ao CadÚnico.

Durante a minha atuação como psicóloga no CRAS, diferentes demandas eram apresentadas à equipe técnica, tais como solicitação de benefícios eventuais de segurança alimentar, auxílio natalidade, auxílio documento e/ou auxílio funeral, orientação, suporte em relação ao BPC e/ou à Previdência, para cadastro na Rede Municipal de Ensino, para acesso à rede de saúde, de trabalho e renda, habitação, justiça, bem como para resoluções de conflitos e assuntos familiares e/ou comunitários, entre diferentes outras demandas.

Também, realizávamos visitas domiciliares, por meio das quais percorríamos o território e as casas das pessoas que acessavam o CRAS, o que permitia que conhecêssemos as condições de vida dos sujeitos. No entanto, também operava como uma forma de controle dessas vidas, as quais poderiam ter maior ou menor acesso aos serviços da Rede.

Sobre esse aspecto, destacamos a concessão dos benefícios eventuais⁸, na qual era necessário constatar a situação, mediante vista domiciliar e parecer técnico, tal como se observa no art. 3º da Deliberação n.42/CMAS/2020, sobre a concessão de benefícios eventuais no âmbito da política de assistência social no município de Campo Grande:

⁸A concessão de benefícios eventuais é um direito garantido pela LOAS e a Deliberação n.42/CMAS/2020 determina que os benefícios eventuais, que podem ser concedidos no âmbito da Política de Assistência Social no município de Campo Grande (MS), são Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Auxílio Segurança Alimentar, Auxílio viagem e Auxílio documento.

3º - A concessão do benefício eventual, excluindo a modalidade auxílio-funeral, será feita mediante parecer técnico da situação apresentada pelo requisitante, observadas todas as particularidades e, apontando as providências para superação. Parágrafo Único: O parecer técnico poderá ser elaborado sem visita domiciliar, nos casos em que o técnico considere já conhecer suficientemente a realidade do solicitante.

Em relação à concessão de benefícios eventuais, podemos encontrar algumas fragilidades estruturantes apresentadas pela própria política, como por exemplo a escassez de benefício para atender todas as famílias que dele necessitavam, ou até mesmo a falta de recurso para o transporte dos produtos.

Lembro-me de uma situação em que uma mulher de 55 anos foi até o CRAS e informou que há dias não se alimentava por dificuldade financeira em comprar alimentos. Ela já havia recebido algumas doações de alimentos de sua vizinhança, mas que, em suas últimas refeições, havia comido apenas algumas frutas das árvores frutíferas próximas à sua casa. No CRAS, estávamos há algumas semanas sem o veículo com o qual realizávamos as visitas necessárias para a concessão dos benefícios, assim como não havia benefício eventual de segurança alimentar na unidade. Foi necessário entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, conversar com diversas pessoas de diferentes departamentos que faziam parte da Superintendência de PSB até que se conseguisse viabilizar uma cesta básica e um veículo para que o benefício fosse concedido à usuária.

Nessa situação, também foi realizado o encaminhamento para as políticas públicas municipais e estaduais de trabalho, emprego e renda. Porém, mesmo nesses órgãos, não havia vaga disponível para essa usuária. Durante os acompanhamentos realizados a ela, recordo-me de que esta afirmava que a dificuldade de ser incluída no mercado de trabalho era por sua idade e por não ter concluído seus estudos, uma vez que não terminou o ensino fundamental

pois tinha que se responsabilizar pelo cuidado da casa e de seus irmãos mais novos, assim como havia também a dificuldade de acesso à escola.

Mesmo que, algum tempo depois, essa usuária passou a ser beneficiária do Programa de transferência de renda PBF, ainda estava em situação de vulnerabilidade. Ela morava sozinha, em uma casa de madeira em um local em que era considerado pela prefeitura como área de ocupação irregular, e que, mesmo que vivesse neste local há um ano, estava constantemente sob ameaça de ter sua casa destruída caso houvesse a reintegração de posse da área. Ainda que nós, da equipe técnica do CRAS, tivéssemos realizado a inscrição desta usuária na política de habitação, ela não havia sido contemplada com uma unidade habitacional.

Casos como esse, que ocorrem no cotidiano da política, demonstram um dos domínios de poder que Collins e Bilge (2021) apontam para definir as práticas organizacionais que sustentam a desigualdade social, o “*domínio estrutural do poder*” (Collins & Bilge, 2021, p. 20, grifos das autoras). As autoras apontam que este “refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercado de trabalho, moradia, habitação, educação e saúde” (p. 20).

No caso apresentado, enfatizam-se distintas e complexas situações que colocam a usuária em situação de vulnerabilidade, tais como idade, condição de moradia em local que está sob constante iminência de desapossamento, escassez de recursos financeiros, baixa escolaridade, gênero e outros. E esta não encontra suporte para superar as iniquidades, mesmo recorrendo a uma política que visa à proteção social e que opera a partir de uma Rede socioassistencial, ou seja, “um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social” (NOB/SUAS, 2005, p. 94).

A interseccionalidade, como apontam Collins e Bilge (2021, p. 29), “lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber”. Assim, ressalta-se que

idade, escolaridade, gênero e classe são categorias que compõem o domínio estrutural do poder nas relações que mantêm essa usuária em situação de vulnerabilidade.

2.3.2. Domínio cultural do poder

O segundo domínio, para analisar nas relações interseccionais de poder, é o “*domínio cultural do poder* [que] enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder” (Collins & Bilge, 2021, p. 23, grifos das autoras). Para analisar como esse domínio opera no âmbito das políticas sociais, pensemos a UNEI como campo em que é possível observar, a partir da interseccionalidade, como as desigualdades das divisões sociais de classe, de raça e de gênero, somadas às complexas condições do domínio estrutural do poder, levam jovens em privação e restrição de liberdade a condições de submissão e pouco contribuem para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de jovens que são inseridos em um sistema que visa responsabilizá-los por suas práticas de atos infracionais.

Antes de discutirmos as ideias que são constituídas sobre aqueles(as) que estão nas UNEIs, é importante mencionar como funcionava o dia a dia em uma UNEI. Vale salientar que estamos considerando esse cotidiano a partir da experiência enquanto profissional da equipe de analista de medidas socioeducativas e que, ainda, aqui vamos nos delimitar nas unidades de internação masculina e de internação provisória também masculina, pois foram nessas unidades que tive maior inserção como psicóloga. Assim, serão utilizados, linguisticamente, artigos masculinos para nos referirmos ao contexto das MSE.

Considerando que os programas para a execução das MSE de privação e restrição de liberdade é de competência estadual (Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012), em MS existem nove unidades educacionais, as quais estão organizadas a partir de cinco regiões (Resolução

SEJUSP/MS/Nº645, de 16 de maio de 2013), de modo que o jovem deve ser encaminhado para a unidade mais próxima de seu local de residência.

Em Campo Grande (MS), há quatro unidades, sendo uma de internação provisória masculina, uma de internação masculina, uma de semiliberdade masculina e uma de internação e internação provisória feminina. Nesse contexto, havia jovens de diferentes municípios nas UNEIs.

Quando algum jovem chegava na unidade de internação provisória, ele era recepcionado pela equipe da unidade, a qual o identificava e criava uma pasta de atendimento que reunia documentos pessoais e precedentes à execução da medida socioeducativa. Esse jovem passava a ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar com profissionais da área de saúde, psicologia, serviço social, pedagogia e de agentes socioeducativos responsáveis pela avaliação disciplinar desse jovem. Iniciava-se uma série de entrevistas, acompanhamentos e estudos técnicos que formavam a Avaliação Inicial a qual era enviada ao juízo competente a audiência de instrução (Resolução SEJUSP/MS/nº 926 – de 10 de novembro de 2021). Essa pasta era preenchida com todas as ações que fossem realizadas com e pelo jovem que estava na unidade de internação provisória, o qual poderia ficar no máximo até 45 dias em internação provisória.

Quando esses jovens eram sentenciados à internação de privação de liberdade, eram transferidos para outra unidade e passavam a ser acompanhados por uma nova equipe multidisciplinar, a qual, junto com o jovem e seus familiares, construíam o Plano de Atendimento Individual (PIA), “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente” (art. 52, Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012).

No cotidiano, dentro das UNEIs, os jovens que eram conduzidos à internação e/ou internação provisória eram associados a um discurso de delinquências, de periculosidade. Tal associação representava-se a partir de seus corpos algemados, dispostos em alojamentos

construídos inteiramente com concreto e grades de ferro trancadas com cadeados. Na Figura 6, é possível ver os jovens dentro dos alojamentos na unidade de internação provisória. Era dessa forma, dentro dos alojamentos e conversando entre si separados por grades, que estes passavam a maior parte do tempo.

Figura 6

Jovens em alojamentos UNEI Internação Provisória



Nota. Adaptado de Conselho Nacional de Justiça, 2012. <https://www.cnj.jus.br/adolescentes-infratores-de-campo-grande-sobrevivem-em-mas-condicoes>

Outra ação que marcava os jovens que estavam nas MSE como perigosos era o constante ato de revista ao qual estes estavam submetidos. Os procedimentos de revistas eram realizados nos adolescentes, em seus familiares e nos alojamentos, e ocorriam, conforme indicado no art. 60º da Resolução SEJUSP/MS/nº 926, de 10 de novembro de 2021, no ato da admissão do adolescente na Unidade; no desligamento do adolescente da Unidade; no retorno de qualquer situação em que o adolescente tenha saído da Unidade; nas saídas e retornos dos adolescentes para as atividades e atendimentos.

Assim, o modo de circulação dos corpos e a arquitetura do espaço da unidade de internação e de internação provisória das MSE nos aponta, a todo instante, que os jovens que ali estavam eram perigosos: a equipe de agentes de segurança socioeducativos utilizava um equipamento que se assemelha ao cassete, conhecido como tonfa, a qual era descrita pelos agentes socioeducativos como *uma arma menos letal*⁹ quando comparada a uma arma de fogo, mas ainda letal; há portões e janelas com grades de ferro que separam e isolam os corpos dos jovens; estes, ao circularem na unidade, precisam andar olhando para o chão e com as mãos para trás, e, quando precisam sair da unidade para ir a alguma consulta médica, por exemplo, são algemados e são mantidos assim mesmo enquanto esperam pela consulta; existem horários que precisam ser cumpridos para sair do alojamento, para comer, para dormir e acordar; os documentos e relatórios produzidos pelas equipes que atuam nas medidas socioeducativas e que são utilizados para subsidiar as decisões judiciais sobre as medidas aplicadas aos jovens também configuram o modo como esses jovens passam a ser lidos social e institucionalmente.

Entendemos que essas submissões, às quais os jovens que estão nas MSE são expostos, demonstram uma das categorias de poder que são importantes para entender essas desigualdades a partir da interseccionalidade: o *domínio cultural do poder* (Collins & Bilge, 2021, p. 23, grifos das autoras), na medida em que apontam como o poder das imagens que são formadas sobre aqueles que estão no SINASE “[...] normalizam atitudes e expectativas culturais em relação às desigualdades sociais” (Collins & Bilge, 2021, p. 23).

Podemos rastrear essa normalização de atitudes e os arranjos culturais, que são forjados para a manutenção das desigualdades sociais, a partir de falas cotidianas que eram

⁹Destacamos a expressão “uma arma menos letal” por ser a forma como a tonfa era descrita por agentes socioeducativos, porém, ressaltamos que entendemos que tal acessório se manifesta como um artigo de controle, repressão, violência e letalidade.

escutadas nas unidades. Para trazermos a materialidade dessas falas, observemos a seguinte notícia que foi veiculada em um jornal de grande acesso no Estado de MS, na qual é apresentado um áudio em que a matéria aponta ser a fala da diretora de uma UNEI localizada no estado de MS, em Corumbá, uma cidade localizada cerca de 425 km de Campo Grande, na qual a diretora aponta saber de agressões em jovens que estão na unidade cumprindo MSE e ainda afirma formas de agredir que não deixam marcas. Na Figura 7, é possível ver um trecho da matéria.

Figura 7

Notícia sobre agressões em jovens da UNEI

The screenshot shows a news article from the website midiamax.uol.com.br. The title of the article is "'Bate no pé pra não deixar marca': Diretora de Unei é investigada por agressões a internos; ouça'. Below the title, there is a subtitle: 'Sindicância foi aberta para investigar caso e já está em fase de relatório final'. The author is listed as 'Thatiana Melo | 29/03/2023 - 10:58'. The main text discusses a teacher at a UNEI (Pantanal) in Corumbá who hit students during meetings, leaving no marks. It includes an audio clip and a transcription of the teacher's words. To the right of the article, there is a sidebar titled 'Últimas Notícias' with several thumbnail images and titles of other news stories.

Nota. Fonte: Jornal Midiamax, 2023. https://midiamax.uol.com.br/policia/2023/bate-no-pe-pra-nao-deixar-marca-diretora-de-unei-e-investigada-por-agressoes-a-internos-ouca/?_goc_wbp_=264430002VYQJDJrXhZH-HybyxmnCY2H-Ujg

Estudos (Monteiro, 2019), Relatórios (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, 2016), veículos de notícias já apontaram práticas de violência e tortura contra

jovens nas UNEIs em MS, e tais práticas são corroboradas por parte da população, tal como podemos observar na Figura 8, em que aparecem alguns comentários realizados na rede social *facebook* a respeito da notícia representada na figura anterior.

Figura 8

Comentários relacionados a notícia sobre agressões em jovens da UNEI

Publicação de Jornal Midiamax

Eder
Por mim virava tudo estrelinha ou anjo #sentaodedo#
43 sem Curtir Responder

Jeferson
Nem tudo se resolve no diálogo, por sorte tem a violência.
43 sem Curtir Responder

Ana
Eles fazem bem pior nas uneis bem pior
43 sem Curtir Responder

Daniel
Investiguem.....! Se for realidade essa situação , é digno de condecorar a Diretora e os agentes 🎉🎉
43 sem Curtir Responder

Nogueira
País não educaram a diretora educa!! Tudo bichinho de criar em casa!!!
43 sem Curtir Responder

Nota. Adaptado de comentários em publicação de Jornal Midiamax no Facebook, 2023.

https://web.facebook.com/profile/100064477730774/search/?q=diretora%20unei&locale=pt_BR

Quando observamos os comentários que são realizados em notícias que envolvem jovens que estão inseridos nas MSE, identifica-se que há a difusão de comentários que aprovam a violência e a punição contra esses jovens, como no comentário em que afirma que “nem tudo se resolve no diálogo, por sorte tem a violência”; apoiam a conduta da diretora, como nos comentários que afirmam “é digno de condecorar a diretora e os agentes” e “pais não educam a diretora educa”; ou até mesmo expressam o desejo pela morte dos jovens nas MSE, como no comentário “por mim virava tudo estrelinha ou anjo”.

Entendemos que o *domínio cultural do poder* é um dos elementos que autoriza e produz a prática de violência contra os jovens que estão nas MSE, na medida em que a lente que é utilizada para enxergar esses jovens lança luz somente sobre o ato infracional ao qual são julgados, de modo que se desconsidera o contexto no qual esse jovem está inserido e os outros domínios de poder que influem sobre suas subjetividades.

Collins e Bilge (2021, p. 24) apontam que esse domínio de poder permite criar e difundir a narrativa de que “[...] cada um de nós tem acesso igual às oportunidades nas instituições sociais”, desconsiderando as desigualdades que raça, classe e gênero estão implicadas nessas relações, uma vez que a maior quantidade de jovens que estão em MSE são negros/pardos e pertencentes a famílias que recebem de um a dois salários mínimos.

Assim, trazendo a análise para o campo das MSE, esse domínio de poder leva à naturalização da ideia de que o ato infracional é cometido apenas pela má índole do sujeito e/ou por sua escolha em seguir caminhos ligados ao crime. Tal análise é encontrada em estudos realizados por Andrea Scisleski, Bruna Bruno, Giovana Galeano, Suyanne Santos e Jhon Lennon da Silva, quando analisam os relatórios psicossociais produzidos por profissionais da psicologia e assistência social que atuam em uma UNEI:

Vemos aqui a produção da naturalização de um discurso que entende esses jovens como indivíduos de má índole e personalidade voltada para o crime. É esse discurso que encontramos em alguns processos, que ignoram que os referidos jovens também são vítimas e estão em risco em decorrência de uma sociedade violenta e que seus problemas não são isolados de um contexto social maior e injusto. (Scisleski *et al.*, 2015, p. 509)

Da naturalização de ações violentas contra jovens acusados de ato infracionais depreende-se outro domínio de poder presente na prática organizacional no âmbito das políticas de proteção, que é o domínio disciplinar do poder.

2.3.3. Domínio disciplinar do poder

Para pensarmos sobre esse domínio de poder, vamos considerar os jovens no âmbito da PSB, em um momento em que ainda não foram capturados pelas MSE. Collins e Bilge (2021) salientam que:

O domínio disciplinar do poder refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes. Basicamente, como indivíduos e grupos, somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o status quo, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes (Collins & Bilge, 2021, p. 26, grifo das autoras).

Quando olhamos para os jovens que vão para as MSE, vemos que esses são, em sua maioria, meninos pretos/pardos, pertencentes a famílias que recebem até dois salários mínimos, muitas vezes, fora da escola ou com defasagem escolar, como é possível observar pela quantidade de meninos sem matrícula escolar que chegam na unidade de internação provisória – primeiro espaço da inserção nas MSE – em que, dos 11 jovens na unidade, cinco estavam sem matrícula escolar, de acordo com os dados fornecidos pela Superintendência de Assistência Socioeducativa (ANEXO).

Assim, com base nesses dados, mas também considerando a experiência que tive no CRAS e na UNEI, é possível perceber que muitos dos jovens que vão para unidades de MSE de privação e restrição de liberdade, estão nos territórios de abrangência do CRAS e podem estar – ou deveriam estar – sendo acompanhados pela PSB.

Podemos compreender como o domínio disciplinar opera, ao considerarmos o contexto em que esses meninos (sobre)vivem. Collins e Bilge (2021, p. 26) salientam que “em essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por

exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos”.

É possível evidenciar tal afirmação em alguns casos que eram acompanhados no CRAS. Por exemplo, em alguns atendimentos, recebíamos solicitações de famílias em descumprimento das condicionalidades de educação do PBF, ou até mesmo pedido de relatório de órgão governamentais como Conselho Tutelar, Tribunal de Justiça, Ministério Público e outros para acompanharmos situações nas quais crianças e adolescentes encontravam-se em evasão ou defasagem escola. Nessas situações, deparávamos com diferentes e complexas circunstâncias que faziam com que essas crianças e adolescentes estivessem fora da escola.

Algumas circunstâncias que nos eram relatadas apontavam para a dificuldade de acompanhar a frequência escolar dos(as) filhos(as), ao mesmo tempo em que precisavam ficar o dia inteiro no espaço de trabalho; ou, que os(as) filhos(as) estavam com dificuldade de aprender as matérias e que o(a) responsável não conseguia ensiná-lo(a) pois não tinha estudado e não conhecia o conteúdo que era ensinado na escola; ou a distância e a dificuldade de transporte público para o acesso à escola; situações de doenças na família; trabalho infantil; entre diferentes outras situações que afastavam esses(as) jovens da escola.

Aqui, como neste estudo estamos propondo a nos pensar para transformar eticamente as nossas práticas, quero traçar um paralelo entre essas situações com as quais eu me encontrava no âmbito do CRAS e da UNEI com a minha experiência escolar.

Eu pertenço a uma família de trabalhadores(as) de classe média, na qual meu pai, minha mãe, muitos tios, tias, primos, primas estão ou já estiveram na posição de professores(as) seja na educação básica ou na superior. Desse modo, eu sempre estive em um ambiente de privilégio e suporte para minha educação escolar. Estudei em escolas privadas, nas quais, no contraturno, os(as) professores(as) ficavam disponíveis para explicar qualquer

dúvida ou dificuldade que os(as) alunos(as) pudessem ter, fazíamos viagens e passeios que estavam relacionados aos assuntos abordados nas disciplinas, entre outros privilégios e oportunidades que contribuíam com o processo de aprendizagem.

Trago essa vivência pessoal para pensar nas desigualdades de privilégios, de acesso e suporte à educação, na qual, em minha formação, era possível estudar, com a confiança de que eu teria o que comer na próxima refeição, de que eu teria o apoio físico, psicológico e material para continuar os estudos.

No entanto, essa situação de vantagens não se reproduzia em diversas famílias com as quais eu me encontrava e me contavam sobre suas dificuldades, e de seus esforços em trabalhar para possibilitar algum alimento para seus(suas) filhos(as), de suas preocupações com as amizades e relacionamentos com os quais eles(elas) estavam envolvidos, da necessidade de que seus(suas) filhos(as) trabalhassem para auxiliar nas despesas do lar, como frequentemente era relatado em situações em que envolvia trabalho infantil, entre outros desafios que impediam que essas crianças e jovens de frequentar regularmente a escola.

Entendemos que situações desiguais, como essa, possibilitam oportunidades de acessar espaços distintos, de modo que enquanto algumas pessoas acessam universidades, outras vão acessar espaço prisionais, enquanto algumas ocuparão cargos em áreas de reconhecimento e valorização social, outras trabalharão em cargos de nos quais estarão mais expostas à posição de subordinação e em condições de precariedade e desproteção.

Essa temática de trabalho e profissionalização era frequentemente levantada no espaço da UNEI – muito mais que no âmbito do CRAS – na qual era questionado para os jovens em privação de liberdade sobre onde estes haviam trabalhado, com o que gostariam de trabalhar, quais cursos profissionalizantes gostariam ou já tinham realizados. E as opções que eram mencionadas nessas conversas relacionavam-se a trabalhos e profissões que não necessariamente exigiam ensino superior, como por exemplo, ajudante de obra, operador de

caixa de supermercado, pintor, barbeiro, mecânico. Chamava-me a atenção que a ênfase na temática de trabalho era maior do que o destaque para as possibilidades de estudo e de continuar estudando.

Aqui, não queremos dizer que a profissionalização não seja um eixo importante no processo de ressocialização, mas sim, destacar que, muitas vezes, apenas um único modo de profissionalização está sendo possibilitado para os jovens que estão nesses espaços. Modo esse que, muitas vezes, é distinto das oportunidades que são oferecidas a jovens pertencentes a classes econômicas mais altas.

Entendemos que tais diferenças nos modos pelos quais se produz um sujeito que ocupa funções que são lidas a partir de uma desqualificação ou uma valorização da relação profissional, responde a uma lógica da colonialidade. E, é interessante registrar o que Aníbal Quijano (2005, 2009) aponta sobre esse conceito.

Esse autor destaca que o conceito de colonialidade é distinto ao colonialismo, ainda que estejam vinculados. Colonialismo refere-se a “uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial” (Quijano, 2009, p. 74). Já o conceito de colonialidade é o fenômeno que mantém os efeitos das relações estabelecidas entre colonizadores e colonizados mesmo com o fim do colonialismo.

Quijano (2005) aponta que a colonialidade do poder constrói a ideia de raça como referência para a diferença às estruturas fenotípicas de conquistadores e conquistados no processo de colonização, estabelecendo uma conotação racial que configuram relações de dominação na medida em que as identidades sociais construídas historicamente são associadas “às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha” (Quijano, 2005, p. 117).

Quijano (2005) vai apontar, então, que, a parir dessa invenção da raça, reorganiza as relações a partir de uma raça dominante, de modo que se impôs o mesmo critério de classificação social a toda população mundial, produzindo-se novas identidades – América, Europa, brancos, mestiços, índios, negros – que passam a ser consideradas de modo hierarquizado como superiores ou inferiores.

Colonialidade, para Quijano (2005), não se limita à questão racial que cria a ideia de que os povos colonizados como inferiores e anteriores aos europeus, mas trata-se de um fenômeno mais amplo, e atravessa também o etnocentrismo, de modo que por essa perspectiva, modernidade e racionalidade passam a ser entendidas como produzidas exclusivamente pelos europeus.

Essa produção da colonialidade do poder também se associa à divisão do trabalho na medida em que aqueles que são construídos como raça dominante – os brancos/europeus – podiam receber salários e ser produtores de mercadorias, enquanto negros foram escravizados (Quijano, 2005).

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (Quijano, 2005, p. 120).

Esse apontamento de Quijano (2005) nos indicam que as relações profissionais, que eram discutidas e colocadas com as pessoas que estavam no âmbito do CRAS e da UNEI, são efeitos da colonialidade, na medida em que se mantém a ideia da produção da raça em uma relação de dominação que engendra desiguais possibilidades de acesso para a inserção no mercado de trabalho e para o acesso à escolarização.

Assim, se pensarmos nos jovens da UNEI, quando a equipe questionava quais cursos profissionalizantes eles já haviam realizado e em quais empregos já tinham trabalhado, materializa essa lógica de que existe uma raça e uma classe que podem exercer funções para as quais não se tem uma remuneração digna. Uma vez que, como vimos anteriormente, nesse espaço majoritariamente os jovens são negros e pertencentes à família com menor poder aquisitivo.

Essas são algumas situações que possibilitam reconhecer que o domínio disciplinar do poder está operando no âmbito do SINASE e do SUAS, uma vez que a intersecção de raça, classe e gênero e as complexas interconexões dessas categorias têm relevância em quais serão os espaços ocupados e quais serão as oportunidades que cada sujeito terá.

2.3.4. Domínio interpessoal do poder

Por fim, Collins e Bilge (2021, p. 28, grifo das autoras) destacam o “*domínio interpessoal do poder*”, o qual, “[...] refere-se ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais” (Collins & Bilge, 2021, p. 28).

Ao analisarmos criticamente as relações que acontecem, tanto no âmbito do CRAS quanto na UNEI, observamos que as pessoas que ocupam esses espaços, assim como qualquer sujeito, constituem suas subjetividades a partir das relações interseccionais de poder (Collins & Bilge, 2021).

As situações de insuficiência financeira, alimentar e de medicamentos, condições precárias de moradia, de empregos e serviços, de segurança, de mobilidade, entre outras dificuldades que são enfrentadas por quem necessita recorrer às políticas de proteção, passam a ter o que Cecília M. B Coimbra e Maria Lívia do Nascimento (2008) apontam sobre os

efeitos que associam a situação de pobreza à periculosidade, violência, criminalidade e condição de não humanidade.

Com isso vai se configurando para os filhos da pobreza duas classificações: a infância em perigo - aquela que ainda não delinquiou mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada - e a juventude perigosa – aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social (Coimbra & Nascimento, 2008, p. 2).

O domínio interpessoal do poder (Collins & Bilge, 2021), possibilita enxergar esse efeito que recai sobre os(as) jovens que estão na UNEI e no CRAS, de uma produção da percepção de um sujeito perigoso ou potencialmente perigoso.

Na UNEI, evidenciava-se que era esse o entendimento que se fazia dos jovens que estavam ali. Os elementos heterogêneos que compõem a prática no âmbito das medidas socioeducativas, o dito e o não dito, a arquitetura, os regimentos e as leis forjam o discurso de jovens delinquentes e perigosos. No dia a dia, havia rígido controle e fiscalização dos corpos, e o discurso que sempre estava presente entre profissionais da unidade era de que os jovens ali inseridos poderiam criar armas com qualquer objeto. Então, por exemplo, durante as refeições, eram distribuídas marmitas com colheres plásticas sem cabos, não podiam entrar nos alojamentos com lápis, caneta, clipes ou papel.

Simone Grisolia Monteiro (2019), em sua pesquisa com os jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação na UNEI Dom Bosco, situada em Campo Grande (MS), chama a atenção para o fato de que a captura dessas vidas pelas MSE tem como efeito a produção de corpos delinquentes, na medida em que os dados levantados em sua investigação apontam que há uma tendência de que os sujeitos, que passam pelas MSE, são aprisionadas pelo Sistema Penitenciário.

Assim, a pesquisadora aponta que a UNEI pode ser considerada uma “instituição parte de um dispositivo que produz delinquência, cumpre uma funcionalidade de regulação, que tem como efeito uma certa juventude com destinos preconizados” (Monteiro, 2019, p. 135).

Assim como apontamos anteriormente, a Rede oferece mais possibilidade para que esses jovens se insiram em empregos informais ou subempregos, do que alternativas para que que eles sigam estudando. Aqui também observamos que há um investimento em produzir caminhos para que se consolide uma vida delinquente.

Tal processo acontece pelo jogo da branquitude que cria uma supremacia branca e de dominação do grupo racializado como branco sobre o grupo produzido como o Outro e racializado como negro. Esse jogo estabelece o que Bento (2022) denomina de pacto da branquitude, um fenômeno que se consolida pelo acordo de cumplicidade entre pessoas brancas que mantêm seus privilégios e excluem e silenciam sistematicamente pessoas negras de possibilidades de ocupação de determinados espaços.

É o pacto da branquitude que opera quando se nega ou dificulta o acesso à escola, ao mesmo tempo em que produz caminhos para que jovens negros, pertencentes à classe sociais com menor poder aquisitivo, com defasagem escolar e com diversas experiências de violências sobre seus corpos sejam lidos como delinquentes e perigosos.

Os espaços que são criados para os acessos desses corpos, que são construídos como o Outro, também são marcados pela branquitude e pela colonialidade.

Tal situação é possível ser percebida pela disposição dos espaços em que os jovens na UNEI eram inseridos, como podemos ver na Figura 9 que apresenta a parte interna dos alojamentos. Estes eram espaços úmidos e escuros, uma vez que não havia muita iluminação e nem ventilação, as camas construídas com concreto. Além disso, um único banheiro equipado com um chuveiro sem energia elétrica, uma pia e uma bacia sanitária turca, era utilizado por todos os ocupantes.

Figura 9

Interior de alojamento UNEI Internação



Nota. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2022. <https://www.tjms.jus.br/noticia/61736>

Tal como a colonialidade estabelece a ideia de um corpo negro, a branquitude cria espaços para este corpo estar. Os alojamentos, caracterizados por escuridão, insalubridade e umidade denunciam que esses ambientes são destinados para corpos negros. A pesquisadora Sueli Carneiro (2023) aponta que a interdição de sujeitos negros é um operador e procedimento da exclusão destes enquanto sujeitos de direitos, moral, político e cognoscente, de modo que os inscreve no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e das desrazão, excluindo e interditando o sujeito negro da própria condição de humanidade.

Carneiro (2023), apoiando-se na ideia de Foucault (2002), assinala que o sujeito negro está inscrito no gabarito de inteligibilidade do monstro, negando-se a condição de plena humanidade e deslocando-o para um território intermediário entre humano e o animal. É nesse modelo de monstro que o corpo negro é construído como ameaça, perigo, como o Outro.

Tal autora, ainda, aponta que o gabarito da inteligibilidade do monstro se relaciona com a figura do indivíduo a ser corrigido, na qual, a condição de incorrigível passa a ser inerente ao sujeito negro “determinando as formas de controle e punição que sobre ele se exercerão, bem como o estado de suspeição permanente em que será socialmente apreendido, e as formas de normalização que lhe corresponderão a partir da atribuição de suspeição e incorrigibilidade” (Carneiro, 2023, p. 124).

Esses apontamentos de Carneiro (2023) contribuem para a compreensão de que a organização dos alojamentos, em que os jovens em privação e restrição de liberdade são inseridos, carrega marcas de como o corpo que ocupa esse espaço é percebido, ou seja, como esse ser Outro, ameaçador, perigoso e incorrigível.

Assim, a falta de energia elétrica, água gelada para higiene pessoal, o colchão fino nos blocos de concreto e o vaso sanitário que não se assemelha ao que é frequentemente utilizado no Brasil são justificados por operadores(as) da política e reafirmam a construção da ideia da condição não humana dos sujeitos que estão nesses espaços.

De modo que aqueles que executam a política dizem que não é possível ter energia elétrica, pois os jovens utilizam a energia para colocar fogo no alojamento ou para agredir outras pessoas, quebram vasos e equipamentos que estiverem dentro dos alojamentos, não limpam os espaços, entre diversas outras justificativas que ressaltam a percepção da brutalidade que desenvolvem acerca desses jovens.

Como resposta a essas hierarquias raciais e processos de disciplinares que escurecem corpos e seus espaços, entendemos que há movimentos de resistências desses jovens privados de liberdade e/ou em situações e vulnerabilidades e que tem seus corpos marcados por percepções que os desumanizam. Carneiro (2023) nos faz pensar sobre tais resistências ao discutir o dispositivo da racialidade, destacando que estas como efeitos de poder produzidos pelo dispositivo de racialidade:

É nesse contexto que se dá a resistência negra. Se, como afirma Foucault, a todo poder se opõe uma resistência, essa se dará, em primeiro lugar, nas estratégias de sobrevivência física, já que o anjo da morte do biopoder do racismo impõe, para a racialidade dominada, o manter-se vivo como o primeiro ato de resistência. Permanecendo vivo, o negro enfrentará os desafios de manutenção da sua saúde física, de preservação de sua capacidade cognitiva, para que compreenda e desenvolva a crítica aos processos de exclusão racial a que está submetido e encontre os caminhos de emancipação individual e coletivos (Carneiro, 2023, pp. 138-139).

Compreendemos tais colocações de Carneiro (2023), ao pensamos sobre as materialidades produzidas pelos jovens nas paredes internas dos alojamentos, nas quais externalizam diversos elementos que são marcados pelos jovens que estão no SINASE. Tais elementos estão limitados ao interior dos alojamentos, de modo que não eram inscritos nas paredes das áreas externas.

Na Figura 9, apresentada anteriormente, destaca-se o desenho de um palhaço. No contexto das MSE, era frequente o discurso de que tal imagem estaria associada à ideia de pessoas que matam policiais. A figura marca não apenas as paredes dos alojamentos, mas também tatuagens em corpos de muitos jovens com os quais me encontrei na MSE. Ainda é possível ver alguns números como “157”, o qual faz referência ao artigo do Código Penal para o crime de roubo, as letras “PJL” que costuma ser grafado para indicar “paz, justiça e liberdade” que constitui lema de coletivos criminais denominados como facção.

Essas marcas, registradas nas paredes dos alojamentos, também são apresentadas na dissertação de Monteiro (2019), e concordamos com esta pesquisadora quando aponta que as figuras expressam as forças que atuam sobre os corpos dos jovens, destacando que “considerando que não é permitido desenhar nas paredes dos alojamentos, as imagens

expressam subjetividades que circulam e que, constituindo-se de uma transgressão, consistem em um modo de resistência dos adolescentes” (Monteiro, 2019, p. 125).

Se olharmos a figura do palhaço como símbolo de resistência contra grupos que aniquilam e criminalizam o corpo desses jovens que estão nas MSE, ou a aproximação de jovens com coletivos criminais como meio criar relações dentro e fora dos espaços de privação de liberdade, entendemo-las como resistências aos processos de construção do Outro.

Essas materialidades são produzidas no contexto da inserção do jovem na privação de liberdade. Porém, entendemo-las, a partir da lente da interseccionalidade, como efeito das desigualdades sociais relacionadas à raça, gênero, classe, idade, sexualidade e que estas constituem as subjetividades daqueles que são capturados pelas MSE, mesmo fora desses espaços.

Ao observarmos esses movimentos de transgressão que se estabelecem nos territórios, podemos considerar a “natureza interligada da opressão” (Collins, 2016, p. 106) discutida pelo pensamento feminista negro, uma vez que esse ponto de vista permite um giro epistemológico que tem como objetivo não mais explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, mas compreender quais são as interações entre esses múltiplos sistemas (Collins, 2016; Davis, 2016; hooks, 2019; Gonzales, 2020).

Collins (2016), Angela Davis (2016), bell hooks (2019), Lélia Gonzales (2020) e tantas outras feministas e ativistas negras nos chamam a atenção para os diversos sistemas de dominação, os quais se apoiam em um pensamento dualístico, e reforçam a ideia estereotipada das diferenças. Collins (2016, p. 108) denomina esse processo como o “constructo da diferença dicotômica por oposição” e salienta que, por esse constructo, há a categorização de pessoas, coisas e ideias a partir das suas diferenças; que essa diferença não é complementar no sentido de que as metades da dicotomia não se realçam entre si; e ainda, que há uma relação

inerentemente instável que é resolvida pela subordinação de uma metade de cada par à outra, de modo que brancos dominam negros, homens dominam mulheres, razão é superior à emoção. Assim, “[...] a diferença de oposição dicotômica invariavelmente implica relações de superioridade e inferioridade, relações hierárquicas que se enredam com economias políticas de dominação e subordinação” (Collins, 2016, pp. 108-109).

Assim, até aqui, buscamos seguir as pistas de como as categorias de poder operam no SUAS e o SINASE, a partir da PSB e da UNEI. Pois consideramos que, utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica, é possível evidenciar como o racismo e a branquitude operam na Rede que se desenha nas políticas de garantia de direito, ao mesmo tempo em que a população-alvo dessas políticas – que sofre com os processos de exclusão e que é exposta a situações e condições que vulnerabilizam e precarizam a sua vida – busca meios de resistência e se organiza em redes comunitárias como alternativa para responder às suas necessidades.

Assim, cabe ainda analisarmos como os processos coloniais, de racismo e branquitude, operam nessa Rede e suas implicações na rede comunitária. Para tanto, no platô seguinte, serão discutidas as conexões e as desconexões que fazem emergir os processos de apagamento e silenciamento de pessoas que estão na Rede, para, posteriormente, discutir as resistências da rede comunitária.

Assim, ainda como um processo de deslocamento da Rede institucional para a rede comunitária, entendemos que é necessário entendermos como a Rede invisibiliza e silencia sujeitos, para então encontrarmos espaços e conexões que permitam que a rede comunitária apareça não como objeto, mas sim como constituída por sujeitos.

Figura 10

Crianças caminham por terreno em que há descarte de lixo



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

3. PLANO DE DESLOCAMENTO: DA REDE INSTITUCIONAL À rede COMUNITÁRIA

Ao olharmos para a Rede institucional, percebemos como a branquitude reproduz lógicas coloniais e racistas que incidem sobre os corpos das pessoas que estão nos espaços do CRAS e da UNEI.

Nesse plano de deslocamento, ainda discutiremos os processos de violências da Rede institucional sob os corpos daqueles(as) que acessam as políticas. Nele, buscamos evidenciar que as práticas, pautadas pela branquitude, têm como efeito o silenciamento e o apagamento das pessoas que são inseridas na Rede enquanto sujeitos e produtoras de suas próprias histórias, saberes, conhecimentos e de suas realidades.

Entendemos que este platô é necessário para propor um deslocamento da Rede institucional para a rede comunitária, na medida em que há um movimento de fazer emergirem as pessoas que compõem a rede enquanto sujeitos, e não mais como objetos silenciados e invisibilizados na Rede.

Para tal discussão, inspiramo-nos no conceito de escrevivência, da escritora Conceição Evaristo (2020), que nos permite uma ferramenta metodológica que questiona e tensiona o racismo e a branquitude, a qual nos auxiliará neste e no próximo platô.

Na sequência, apresentaremos este conceito para, a partir de como ele nos inspira, contarmos, por meio de uma carta, como o encontro com um jovem do sistema socioeducativo me convoca a repensar as práticas no SUAS e no SINASE.

3.1. Escrevivência como ferramenta metodológica: inspiração para outras produções textuais

A escrevivência parte de uma escrita coletiva a partir das experiências vividas. Essas experiências decorrem do pertencimento de um corpo a uma classe social, a uma raça/etnia, a um gênero e a outros marcadores sociais. Assim, são por essas experiências vivenciadas pelo autor ou pela autora do texto que se constroem as escritas da narrativa, de modo que não se desvincilham as vivências do corpo ao escrever (Evaristo, 2009).

[...] a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexism que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influiu e influí em minha subjetividade. E pergunto: será que o ponto de vista veiculado pelo texto se desvincila totalmente da subjetividade de seu criador ou criadora? (Evaristo, 2009, p. 18).

Conceição Evaristo (2009) apresenta o conceito de escrevivência, e salienta que é o texto que nasce marcado pela experiência da autora como mulher negra na sociedade brasileira, marcado pela coletividade e cotidiano da população negra. A autora o propõe como tese, como ferramenta metodológica antirracista, portanto, há que situá-lo como uma estratégia política de uma escritora negra para marcar outras formas de escrita sobre si. Nesse sentido, não se toma a escrevivência como mais um procedimento metodológico, ela é uma ferramenta de lutas de escritoras negras.

No caso desta tese, que se constitui pelos agenciamentos e privilégios da colonialidade e da branquitude, a escrevivência oferece inspirações na medida em que, necessariamente, aponta que uma escrita é sempre de um corpo e esse corpo é um corpo político.

As autoras Lissandra Soares e Paula Sandrine Machado (2017, p. 207) destacam que o conceito de escrevivência carrega “[...] uma dimensão ética ao propiciar que a autora assuma o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um ‘nós’ compartilhado”. E a partir de tal entendimento, essas autoras propõem utilizar a escrevivência como ferramenta metodológica para narrar histórias vividas por mulheres que utilizavam os serviços da proteção social básica da política de assistência social.

Vale ressaltar que, para utilizar o conceito da escrevivência, é importante compreendê-lo situado em uma epistemologia que precisa ser trabalhada em sua totalidade, ou seja, que se

trabalhe com o conceito, e não sobre ele, para não cair na armadilha de situá-lo como objeto de estudo.

Essas questões são indicadores de atenção quando se trata de percorrer cartograficamente um território, pois as epistemologias e os conceitos também serão parte dos processos de montagem e estabilização de objetos, subjetividades e formas de habitar espaços. Ou seja, também compõem os campos de formas e forças.

Considerar a escrevivência como inspiração, para uma metodologia que possibilita caminhar com as histórias que compõem o território com as experiências marcadas por uma coletividade, permite pensar como a rede se faz, ou seja, a processualidade da rede, ao tornar ela mesma um vetor de subjetivações da própria montagem da rede.

Assim, ter ocupado o espaço da política de assistência social e de medidas socioeducativas permite ser afetada pelas histórias e experiências que são vivenciadas e contadas pelas pessoas que acessam o dispositivo. Conhecer e narrar essas histórias e vivências inspirada pela escrevivência como forma de atenção da cartografia, possibilita caminhar com a rede e as diversas fronteiras que são constituídas na comunidade, no cotidiano e nas alianças de seus membros.

O meu encontro com as pessoas dos territórios, tanto no âmbito do CRAS quanto da UNEI, acontece a partir da posição de profissional da psicologia que atua na política. Meu corpo não sofre as mesmas violências que as pessoas que estão nas políticas de proteção social – não apanho, não sofro violência policial, não passo fome, não combino todo dia de não morrer.

Ou seja, meu corpo lido como branco, protegido pelos privilégios da branquitude e de uma classe econômica com renda domiciliar média, não está sujeito às mesmas desproteções que os corpos que são alvos dessas políticas, os quais estão sujeitos à exclusão social em

detrimento de uma constituição de uma supremacia racial branca, de classe média e/ou alta, masculino, heterossexual.

Assim, entendemos que a escrevivência caminha pelo lado da rede comunitária, enquanto eu caminho por um outro lado pela Rede institucional. O meu corpo nessa Rede, de determinada forma, está protegido. E, cabe destacar, que se protege na medida em que produz violência sob os corpos que estão na (r)ede.

Ainda que algumas vezes essa proteção não se concretiza e expõe meu corpo a violências do patriarcalismo pela interseccionalidade do gênero feminino, mesmo que cisgênero. Principalmente ao trabalhar em um equipamento como a UNEI marcado pelo tripé patriarcalismo, racismo e sexism.

No entanto, por caminhar na Rede institucional, eu tenho a minha experiência na rede comunitária delimitada apenas a alguns caminhos, de modo que eu não a vivencio em sua totalidade ou com a mesma intensidade que as pessoas que a habitam. Porém, por andar nessa fronteira entre a Rede institucional e a rede comunitária, é possível reconhecer a potencialidade de vida e a ressignificação dessa rede.

Assim, meu encontro com a rede comunitária me mobiliza a partir de outros lugares. Lugares estes que precisam reconhecer e reparar os processos de violência e precarização que produzem.

Porém, ao considerar a escrevivência como ferramenta metodológica, esta apresenta-se como força que se torna procedimento, não para fechar, mas para criar outras possibilidades de se inverter a ordem hegemônica.

Assim, inspirada pela escrevivência, escrevo uma carta a um jovem, com o qual me encontrei em uma unidade de privação de liberdade das MSE, para contar como é necessário romper com as violências produzidas na/pela da Rede, para então, emergir outras práticas com a rede. A escrevivência não é para tornar a história dele minha, como se fosse uma “escrita de

nós”, a escrevivência aqui me auxilia a escrever uma história que é ao mesmo tempo muitas histórias. Aquele para quem escrevo conta da conversa que poderia acontecer com vários meninos com os quais nos encontramos na rede e na Rede, é uma “escrita deles” que produzimos pelas diferentes estratégias da branquitude.

3.2. Encontros que silenciam: carta a jovem em unidade de privação de liberdade do sistema socioeducativo

Querido Luiz,

Escrevo essa carta para te contar como o nosso encontro me convoca a refletir sobre as violências que as políticas em que atuei produziram na sua vida e na de outras pessoas que se encontram com as políticas de garantia de direitos. A sua história me faz questionar as práticas que reproduzem as lógicas de violências e os processos de desumanização que são vivenciadas por determinados corpos, sobretudo corpos negros/pardos, pobres.

Luiz, escrevo esta carta endereçada a você, mas na sua pessoa cabem tantas outras vidas que encontrei quando atuei no CRAS e na UNEI. Assim, escrevo para mostrar como a sua história me mobiliza a pensar outras práticas, no sentido de uma convocação ética e epistemológica no campo das políticas sociais de proteção e garantia de direitos.

E esse repensar não se atribui à história narrada, mas sim sobre as minhas ações dentro dessa política colonial, de modo que o efeito dessa colonização, imbricado na organização institucional, também marca as minhas práticas nas relações.

O seu relato me faz questionar sobre como a PSB e as MSEs integram a sua vida e a das pessoas que sofrem constantemente os efeitos da branquitude e do racismo. Me provoca também a pensar que, mesmo como alvo de preconceito, violências, exclusão e desconfiança, você e as pessoas que estão nessas políticas encontram meios de resistirem aos processos de precarização da vida.

Ao trazer, nesta carta, algumas situações que você menciona no seu relato, eu somo a minha experiência com outras histórias de pessoas que também passaram pelo SUAS e pelo SINASE. E, para guiar nosso pensamento, com as relações que se estabelecem nesses campos, proponho caminharmos juntos com algumas autoras e alguns autores.

Assim, a partir de como essas autoras e esses autores operam nosso pensamento, podemos buscar as formas que a Rede institucional e as redes comunitárias assumem com os encontros entre os(as) operadores(as) da Rede e as pessoas que habitam as redes comunitárias.

Esses encontros se relacionam com os equipamentos da PSB e da privação de liberdade das MSEs, a partir de um compromisso ético-político com as pessoas que compõem esses territórios.

Luiz, desde o início, o nosso encontro evidenciou a violência institucional. Foi como se já anunciasse muitas das situações por você vivenciadas e relatadas. Você chegou à sala de atendimento com as mãos para trás, cabeça baixa, olhava para o chão e estava acompanhado pelo agente socioeducativo.

Nessa sala, eu e a assistente social lhe esperávamos sentadas às nossas mesas. Tal cena já evidencia que está posta uma distinção entre o seu corpo e o de quem atua na política. Essa diferença estava marcada por diversos elementos, como cor da pele, classe social, escolarização e oportunidades, de modo que os corpos de quem trabalha na política possuem mais proteção e privilégios produzidos pela branquitude, do que o corpo que é inserido como usuário(a) da política, o qual está mais exposto às violências.

O agente socioeducativo ficou do lado de fora da sala, mas atento e preparado para entrar caso algum comportamento agressivo viesse a ser praticado por você. Esse posicionamento de alerta e expectativa de que você, ou qualquer outro jovem da UNEI, realize alguma ação violenta era constante na unidade de privação de liberdade.

Luiz, essas esperas por um ato de agressividade efetivado por aqueles(as) que estão em unidade de privação de liberdade, podem ser entendidas pelo que Grada Kilomba (2020, p. 34, grifos da autora) aponta como a “*negação*”, a qual é usada no racismo para manter e legitimar as estruturas violentas de exclusão.

Trago essa autora para auxiliar-nos na compreensão sobre os efeitos dessas ações violentas sobre os corpos daqueles(as) que estão nas UNEIs, e da emergência de um discurso que inverte a posição de quem sofre as violências e inscreve estes corpos como produtores de violência e agressividade.

São vários os aspectos que inscrevem o seu corpo e de todos(as) que estão nas MSEs como ameaçadores e perigosos, tais como circular acompanhado e vigiado por um(a) agente socioeducativo, ser algemado e ser inserido em alojamentos com grades.

No entanto, ao entrar nos espaços da UNEI se evidencia a vigilância, o controle e a punição sob os quais os corpos que ali estão privados de liberdade estão submetidos. Estes apontam a agressividade não para o seu corpo, mas sim para a instituição. Quem revista o seu corpo, seus pertences, lhe ameaça constantemente ao caminhar com instrumentos de repressão alocado próximo ao corpo, algema suas mãos, aprisiona lhe em um alojamento com grades, ou lhe obriga a falar e contar coisas que talvez você não tenha vontade de dizer, somos nós, os(as) operadores(as) da política.

Kilomba (2020) aponta que, no processo da negação, “o sujeito afirma algo sobre a/o ‘outro/o’ que se recusa a reconhecer em si próprio” (p. 34, grifos da autora). Este processo, de acordo com essa autora, é utilizado no racismo para legitimação e manutenção das estruturas violentas de exclusão racial, de modo que,

o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado.

Enquanto o sujeito negro se transforma em um inimigo intrusivo, o branco torna-se a

vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano (Kilomba, 2020, p. 34, grifos da autora).

Kilomba (2020) ainda explica como, nesse processo, cria-se este “Outro”, sob o qual será projetado aquilo que o sujeito branco teme reconhecer em si mesmo. Na negação,

[...] partes *cindidas* da psique são projetadas para fora, criando o chamado ‘Outro’, sempre como antagonista do ‘eu’ (self). Essa cisão evoca o fato de que o *sujeito branco* de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte ‘boa’, acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como ‘eu’ e o resto – a parte ‘má’, rejeitada e malévola – é projetada sobre a/o ‘Outra/o’ como algo externo. (Kilomba, 2020, pp. 36-37).

Luiz, essa colocação da Kilomba (2020) – que relaciona a manutenção das estruturas de violências e exclusão contra pessoas negras a partir do processo de negação – nos possibilita pensar sobre essa constante inscrição de corpos jovens, negros e pobres como ameaçadores, desonestos, perigosos.

Esse processo, Luiz, que coloca o seu corpo, assim como os demais corpos negros e pobres, como violentos, e por isso como alvo, não está apenas na UNEI, mas também fora dela. E entendemos que são esses processos que colocam seus corpos tanto em privação de liberdade, como em privação e escassez de alimento, renda, moradia, trabalho, saúde e educação, que o coloca exposto às situações de violência e de precariedade.

Se olharmos os dados da violência no Brasil, os jovens entre 15 e 19 anos são os que mais são afetados pela violência letal, e mais de um terço das mortes desses jovens foram por homicídio, o que corresponde a 38,5% dos óbitos em 2021. Nesse mesmo ano, no *ranking* de mortes violentas, o homicídio de pessoas negras (soma de pretos e pardos, conforme a classificação do IBGE), foi o mais alto, com 36.922 vítimas, de modo que a população negra respondeu por 77,1% de mortes, com taxa de 31,0 homicídios para cada 100 mil habitantes

desse grupo populacional, enquanto para as pessoas não negras (soma de amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 10,8 (Cerqueira & Bueno, 2023).

Olhar para esses dados, Luiz, nos permite entender o que a Kilomba (2020, pp. 38-39) aponta como a “Outridade”, na qual o “*o sujeito negro* torna-se não apenas a/o ‘*Outra/o*’ – o diferente, em relação ao qual o ‘eu’ da pessoa *branca* é medido –, mas também ‘Outridade’ – a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do sujeito branco”.

Por processo de negação – que afirma no Outro aquilo que se recusa a reconhecer em si, e projeta para o exterior aquilo que rejeita – podemos entender o racismo e a branquitude das políticas de garantia de direitos as quais atuam a partir desses processos que inscrevem as pessoas negras e pobres, nessa posição de Outridade, como inimigas a serem combatidas, pois estas são vistas e lidas como a parte má, desonesta, perigosa, violenta, ameaçadora, enquanto quem opera essas políticas se relaciona com a branquitude e passa a ser lida como boa, honesta, confiável.

E aqui, Luiz, eu penso nessa relação entre quem atua na política a partir da branquitude, ao considerar os corpos das equipes de profissionais do CRAS e da UNEI, se formam a partir de diversas identidades, por corpos brancos, negros, indígenas, masculinos, femininos, de diferentes idades. É por esse motivo que entendemos a branquitude não como uma identidade, mas como o processo que agencia a política.

O que quero destacar aqui, Luiz, é que a lógica colonial da política recai também sob aqueles(as) que atuam nas unidades. São as pessoas que ocupam uma posição em uma política que opera a partir da branquitude.

Ou seja, a branquitude aqui não é tomada como identidade, apesar de constituir identitarismo, mas como processo, como jogo de poder que produz formas de governo e, nesse caso, de desigualdades sociais e produção de violências.

E são sobre esses aspectos que quero pensar nessa relação que me vincula àquilo que você me apresenta em seu relato e a essa política que responde à branquitude e a processos colonizadores.

Hoje, ao escrever esta carta para você, imagino como seria nossa conversa se estivéssemos em outro local: talvez embaixo de uma árvore ou fora desse contexto de privação de liberdade. Será que você pararia para conversar comigo? Será que você me contaria tudo que você contou? Posso me adiantar e responder que, muito provavelmente, não. Também não acredito que você estivesse com vontade de me contar tudo que me contou.

Quero retomar o início do nosso encontro, Luiz, pois me lembro de que quando você chegou na sala, eu lhe pedi para que ficasse à vontade na medida do possível. Hoje, reconheço a incoerência e a impossibilidade desse pedido. Essa minha fala reafirma a branquitude da política.

Era a primeira vez que você se envolvia com um ato infracional e estava em uma unidade de internação provisória de MSE. Você havia viajado por mais de três horas da sua cidade até a capital para aguardar a sentença judicial, privado de sua liberdade. Mesmo dentro da sala, era possível escutar os outros jovens baterem nas grades dos alojamentos e conversarem alto. Algumas vezes, o barulho das conversas e dos sons dos ferros era interrompido por gritos de algum agente que pedia silêncio.

E mesmo com todo esse cenário – que evidencia o aprisionamento e repressão de corpos – eu peço para que você se sinta confortável. É necessário reconhecer que a branquitude e o racismo se denunciam na frase “sinta-se à vontade”. Antes de lhe dizer tal frase, eu deveria ter me perguntado: “quem estaria à vontade e confortável ao estar privado de sua liberdade?” ou “por que eu suponho que seja possível você se sentir à vontade nesta situação?”.

Essa expressão “sinta-se à vontade”, dentro desse contexto, carrega o que Kilomba (2020) aponta que “[...] não é com o *sujeito negro* que estamos lidando, mas com a fantasia *branca* sobre o que a *negritude* deveria ser” (p. 38, grifos da autora). Ou seja, ela implica a construção de uma posição esperada e fantasiada – mas que acaba se tornando muito real – de que determinados lugares, sentimento e ações sejam ocupados e realizados pelas pessoas negras e/ou pobres.

Luiz, essa concepção apoiada na branquitude, sobre os espaços e situações a que sujeitos negros e/ou pobres estão submetidos, me fez lembrar de outras situações que eu presenciei enquanto ainda atuava no CRAS; nas quais, em todas as unidades que atuei da PSB da Política de Assistência Social – ao todo foram três unidades – entre as diversas e distintas experiências que eram forjadas na relação com o território, uma em comum que as aproximavam era o mau cheiro produzido por empresas e indústrias das áreas de tratamento de resíduos, tratamento de esgoto, frigoríficos e curtumes.

Trago essa lembrança para a nossa discussão, uma vez que ela também me faz questionar sobre uma afirmação que constantemente eu escutava de pessoas que trabalhavam comigo e que não residiam próximas aos territórios em que o CRAS estava localizado. Elas diziam que as pessoas que moravam no local já teriam se acostumado com os odores produzidos pelas empresas e indústrias e já não sentiam mais o incômodo do mau cheiro.

Mais uma vez, uma afirmação que evidencia a fantasia branca de que pessoas negras e pobres não se incomodam em estar em espaços desagradáveis. Tal situação é contraditória com as afirmações de moradores(as) dessas regiões, que apontavam que apesar de conviver tantos anos com os odores, nunca teriam se acostumado com o cheiro e que inclusive o cheiro causava náuseas, vômitos e impossibilidades de abrirem as portas e janelas de suas casas. Mas, a branquitude não permite que se escute o que as pessoas dizem.

Em uma reportagem, moradores(as) da região afirmam que, no bairro, há uma divisão entre “os ricos” – que são aqueles(as) que vivem na “área nobre” do bairro, que tem suas casas em ruas asfaltadas –, e a parte que tem suas casas em ruas de terras. E que o cheiro “é um fedor democrático, vai para todo mundo” (“NEM OS ‘ricos’ escapam do bairro ‘mais fedido’ de Campo Grande”, 2024)

Luiz, ainda que em tom descontraído, essa notícia apresenta uma demanda já antiga e importante da população que vive ali e traz alguns pontos importantes para a gente pensar sobre quem são essas pessoas que são vistas como aquelas que podem conviver com o odor ruim ou que são consideradas como quem não se incomoda com o cheiro desagradável.

Apesar de os territórios, onde essa demanda é colocada com mais ênfase, ser habitado por pessoas de diferentes classes, raças, etnias, idades e gênero, são regiões periféricas e que concentram principalmente a população negra e pobre, como aponta a investigação de Higor da Costa, Flávia Ikuta e Rafaela Delcol, sobre a distribuição de renda vinculadas às características étnico-raciais de Campo Grande (MS).

A população negra está mais concentrada nas periferias pobres da cidade, distantes do bairro Centro e da área de concentração de alta renda, onde alcançam até 78% da população, muito acima do valor médio para o conjunto da cidade, que é composta por 46,9% de pessoas negras. (Costa *et al.*, 2023, p. 241).

Então, Luiz, com essa provocação dessa entrevistada que diz que o “fedor é democrático” podemos nos perguntar: em quais territórios há a autorização para a instalação de empresas e indústrias que produzem esses odores? E, nesses territórios, será que todas as pessoas se relacionam com esse odor da mesma forma? A partir desses questionamentos é que entendo que precisamos enxergar a raça e a classe de forma interseccionalizada.

É necessário lembrarmos que tais questões, pensadas a partir da interseccionalidade de raça e de classe, se relacionam com os efeitos que o racismo e a branquitude produzem como

processos de precarização nas vidas dos sujeitos que se inserem nas políticas de assistência social e de MSE.

Para entendermos esse processo de intersecção entre negritude e territorialidade, podemos recorrer ao que Sueli Carneiro (2023) aponta sobre o racismo. Para ela,

[...] o racismo enquanto dispositivo de poder de sociedades multiraciais de passado escravocrata, nas quais o racismo opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais e nas quais se amalgamam as contradições de classe e raça. A pobreza se instituiu como condição crônica da existência negra, na medida em que a mobilidade de classe torna-se controlada pela racialidade (Carneiro, 2023, p. 58).

Assim, quero destacar, Luiz, que essa exposição a um odor ruim, tal como a habitação periférica das pessoas negras e pobres, não se dá “democraticamente” e não afeta pessoas e territórios da mesma forma. Ela se relaciona com raça e classe, a partir da distribuição desigual dos riscos ambientais e das condições de se relacionarem com esses riscos, de modo que se permite que sejam instaladas estruturas que produzem riscos e desproteção à determinadas populações.

Carneiro (2023) discute ainda o racismo, exercido direta ou indiretamente pela ação ou omissão do Estado, como aquele que legitima o direito de matar.

Assim, branquitude e negritude detêm condicionantes diferentes quanto ao viver e ao morrer. Foucault, ao inscrever o racismo no âmbito do biopoder, esclarece que este, enquanto tecnologia de poder voltada à preservação da vida de uns e ao abandono de outros para que morram, se presta à determinação sobre o deixar morrer e o deixar viver (Carneiro, 2023, p. 66).

A partir disso que Carneiro (2023) aponta, entendemos que a população que está em territórios que respondem às lógicas do racismo, tem suas vidas e seus corpos expostos a situações que as deixam morrer.

Luiz, ainda quero relatar mais uma experiência que se relaciona com essa discussão. Eu atuei um em CRAS, entre os anos de 2014 e 2016, que atendia a população que estava próxima ao lixão. Atualmente, o lixão já foi fechado e hoje os resíduos sólidos são tratados na usina de triagem de materiais recicláveis (UTR) da coleta seletiva de Campo Grande. Porém, as experiências que trago aqui são referentes à época em que funcionava uma área de transição em que se manteve o lixão, enquanto finalizava-se a construção da UTR.

O lixão era fonte de renda para muitas pessoas que atuavam como catadoras. Várias manifestações foram realizadas por esse grupo de trabalhadores(as) pela manutenção do lixão enquanto a UTR não funcionava, uma vez que este operava como subsistência para diversas famílias. As manifestações desse grupo, que lutava pela garantia de seu sustento, eram fortemente marcadas por conflitos e pela presença de “Policiais da Cavalaria, Tropa de Choque, Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (Cigcoe)” que era acionada para fazer a segurança, porém esses agentes utilizavam “bombas de efeito moral e balas de borracha para conter os manifestantes”, fato que levava à detenção e/ou a ferimentos das pessoas que lutavam pela sua fonte de renda (“Catadores são presos em protesto contra fechamento de lixão em MS”, 2012).

Atualmente, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis realizam um cadastro para atuarem na UTR. Mas, Luiz, o que quero destacar com esses acontecimentos é a violência que esses corpos negros e pobres sofrem diariamente, tanto pela exposição ao risco e à insalubridade como pela retirada violenta de seu meio de sustento e silenciamento de suas demandas.

Entendo que esses corpos, Luiz, que estão na mira dessas ações violentas, estão inscritos como sujos, abjetos, possíveis de matar e fazer morrer. A partir desse entendimento, podemos pensar junto com a autora Sofia Favero (2022), que propõe uma psicologia suja e possibilita-nos inverter nossos pensamentos e olhar a partir de outros lugares e nos dá pistas para compreendermos os processos de produção do sujo, do abjeto, daquilo que é repudiado, bem como nos convida a olhar o mundo a partir dessa sujeira sem, no entanto, querer limpá-la. Ao narrar suas experiências, Favero (2022) expõe como o seu corpo é inscrito pela sujeira e acrescenta que:

[...] o sujo a que me refiro aqui está impresso na língua. Existem línguas sujas. Só percebi isso quando, na graduação, notei que as pessoas falavam mais baixo quando iam perguntar se eu era trans. Em uma conversa com um tom de voz até então normal, notava que passavam a sussurrar quando iam me questionar algo em relação à minha identidade (Favero, 2022, p. 20).

Assim, compreendemos que o corpo se constitui a partir de um conjunto de experiências pelo qual os sujeitos passam a se perceber enquanto corpo. Favero (2022) salienta que:

A sujeira está inscrita em mim. Acredita agora? É nesse sentido que sujar passa a ser *agenciar*. Combater os efeitos nocivos da normatividade simbólica e material, que contribui para a manutenção de uma moral perversa. Essas pessoas não somente estão infringindo a cidadania de alguém, estão também fabricando um raciocínio sobre elas mesmas, em que são narradas como limpas, adequadas, consertadas, saudáveis (Favero, 2022, p. 27, grifos da autora).

A proposta de Favero (2022), de uma psicologia suja, inverte a ordem hegemônica e passa a escutar desde outros lugares, nos quais se produzem modalidades de subjetivação a

partir da sujeira, do lugar de abjeto. Concordamos com a autora quando esta pontua que “a psicologia suja fortalece um movimento de contracultura” (Favero, 2022, p. 25).

Entendemos que a sujeira que Favero (2022) apresenta e conceitua não significa necessariamente a sujeira como matéria, mas sobretudo aquilo que opera em diferentes dimensões sobre a constituição do ser, no sentido de se pensar os agenciamentos que são produzidos e que situam o corpo no mundo.

No entanto, ao pensar sobre a sujeira e as condições insalubres nos espaços habitados pelas pessoas que acessam os equipamentos das políticas de assistência social e de MSE, evidenciam-se os agenciamentos que incidem sob tais corpos e como estes são perpassados pela lógica do racismo, da branquitude e do sexism.

Para percorrermos pela questão que nos move – ou seja, como a Rede das políticas de assistência social e de medidas socioeducativas compõe as redes das pessoas que sofrem com os efeitos da branquitude e do racismo e resiste aos processos de precarização da vida? –, localizamos os corpos das pessoas que acessam a proteção social básica do SUAS e dos jovens que são privados de liberdade pelo SINASE, nessa posição de sujeira, nojo e abjeção. Tal localização é possível, uma vez que há um agenciamento que constitui estes corpos como diferentes e que podem viver em meio ao lixo e à violência produzidos por outros corpos.

Kilomba (2020, p. 121) aponta que “[...] uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como ‘normal’. [...] Ou seja, não se é diferente, torna-se diferente por meio de um processo de discriminação”, e ressalta ainda que “[...] a diferença é usada como uma marca para a invasão”.

Luiz, atuar na proteção social básica da política de assistência social, assim como na unidade de internação da medida socioeducativa, possibilitou a mim compreender como esse corpo, constituído Outridade – como o diferente, sob o qual se projeta aspectos repressores do

sujeito branco – pode ser marcado com a invasão pela política pública; a invasão da casa, da vida íntima e das escolhas das pessoas que são lidas como público da política, mas, principalmente, como corpos públicos para a política.

Tais colocações me remetem a essas situações vivenciadas no âmbito da assistência social e que nos permite discutir o modo como são situados esses determinados corpos que estão interseccionados com a raça e a classe.

Durante a minha atuação no CRAS, frequentemente eram colocadas em discussão, pela equipe de referência da unidade, as condições de higiene das famílias que eram atendidas, tanto de suas casas como de seus corpos, vestimentas e até mesmo de seus documentos pessoais.

Em um estudo realizado por Keli Lopes Santos e Ana Lucia Coelho Heckert (2017), discutem-se os processos de resistências e de regulamentação da vida a partir da atuação nos CRAS da região metropolitana de Vitória (ES). Elas destacam que a preocupação com a higienização da casa e do corpo de pessoas pobres é um dos fatores para se considerar a vulnerabilidade das famílias, e se apresenta como um imperativo de domesticação e integração à ordem e à moralidade vigente. Essas autoras ressalvam que,

[...] não se pode negar que historicamente certo modo de se relacionar com a higiene foi utilizado como forma de domesticar a população, principalmente a população pobre, com objetivos ligados à governamentalidade, enaltecedo determinados modos de vida e desqualificando outros. A máxima popular “sou pobre, mas sou limpinho” vigora ainda hoje e opera desqualificando os modos de vida principalmente da população pobre (Santos & Heckert, 2017, p. 94).

Luiz, esses apontamentos também estiveram presentes na minha experiência nos CRAS de Campo Grande (MS), eu observava que, durante as visitas domiciliares realizadas pela equipe de referência, as famílias eram orientadas sobre limpeza e higiene das casas e das

crianças. Em várias ocasiões, essas informações eram incluídas nos registros e relatórios dos atendimentos realizados às famílias e aos indivíduos, e estes eram enviados a outros órgãos governamentais.

E confesso, Luiz, que em muitas situações eu também me deixei ser conduzida pela branquitude que agencia essas políticas. De modo que operei como quem não considera as singularidades dos sujeitos e de seus contextos habitacionais ao reduzi-los aos aspectos físicos de suas residências, especialmente quando algum relatório solicitava o acompanhamento de criança.

Hoje, reconheço o ato racista de querer controlar o corpo de pessoas negras e periféricas pela sua inscrição na sujeira. Nos meus relatórios, em algumas situações, era relatado sobre a condição de limpeza das roupas das crianças. Lembro-me de que eu evidenciava quando havia a higiene e o cuidado com as crianças, mas deixava menos explícito quando tais aspectos não eram notados. Percebo que essa ação, mais uma vez, ressalta o imaginário branco da inscrição de pessoa negra e pobre na sujeira. Por que é necessário evidenciar a higiene e ocultar a falta dela? Tal ação faz reverberar a fantasia de que pessoas negras e pobres não têm higiene, na medida em que já se espera a pouca higiene e, quando esta aparece, é preciso explicitá-la.

Os documentos que as pessoas apresentavam às equipes do CRAS também eram avaliados sob essa perspectiva da higiene. Lembro-me de um atendimento em que um usuário entregou seus documentos para realizar a atualização de seu CadÚnico e seus documentos estavam danificados. O entrevistador que realizava o cadastro desse usuário afirmou que documentos danificados não tinham validade. O usuário então justificou que sua casa era feita com madeiras e que, na última chuva, o móvel em que ele guardava seus documentos molhou e os estragou. Nessa situação, foi concedido o auxílio da segunda via do documento de identidade ao usuário, mas nos chama a atenção o fato de se avaliar o documento a partir da

perspectiva do sujo/danificado e se naturalizar a condição de se viver em uma casa em que, a cada chuva, se danificam os pertences dos indivíduos que ali residem.

A partir das situações descritas, podemos entender que o que está em jogo é a inscrição dessas pessoas na sujeira, na abjeção. E, por isso, se naturaliza que essas pessoas vivam em condições de sujeira, de vulnerabilidade e precarização da vida.

Kilomba (2020) discute como a sujeira e a selvageria estão inscritas no modo de pensar e enxergar o corpo que é tornado Outro, o qual é construído por quem tem o poder de se definir como “normal” e afirmar que existe um Outro que é diferente.

Para essa autora, “[...] sujeira e selvageria estão ligadas de forma muito íntima, a aspectos que a sociedade *branca* reprimiu – sexualidade e agressão – e consequentemente projetou nas/os ‘*Outras/os*’” (Kilomba, 2020, p. 124, grifos da autora), e acrescenta que “[...] a preocupação das pessoas *brancas* com a higiene da mulher *negra* revela, por um lado, o desejo *branco* de controlar o corpo *negro*; e, por outro lado, o medo *branco* de ser sujado por aquele corpo” (Kilomba, 2020, p. 125, grifos da autora).

No entanto, vale considerar o que Favero (2022, p. 28) aponta, em que “[...] sujo, de acordo com os descriptivos, é aquele que se recusa a ser um receptáculo da cultura”, e o que acrescenta ainda dizendo que há pessoas que “[...] pela lente do nojo, sequer são vistas”.

No entanto, Luiz, ao entendermos o abjeto/sujo/diferente/Outro como quem nos possibilita deslocar o pensamento para além dos processos colonizadores, partimos agora para pensar com os sujeitos que estão nas MSEs e na PSB e como estes produzem agenciamentos a partir dessa posição da diferença em que são inscritos, pois, “pelas lentes dos nojos” (Favero, 2022, p. 28), são vistos apenas pelas sujeiras que a própria sociedade produz.

Luiz, como atribuições ao cargo de profissionais das MSEs, o SINASE aponta a necessidade de construir instrumento de registro sistemático das abordagens e acompanhamentos aos adolescentes, tais como o PIA, relatórios de acompanhamento,

controle e registro das atividades individuais, grupais e comunitárias, dados referentes ao perfil socioeconômico dos adolescentes e de sua família e outros (Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012).

Assim, Luiz, salienta-se que todas as suas ações no âmbito das MSEs precisam ser registradas. Esses relatórios, como a Avaliação Inicial e o PIA, são documento que são encaminhados ao judiciário com o objetivo de auxiliar a decisão de juízes(as). A Referência Técnica elaborada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) chama a atenção para o seguinte desafio:

De um modo geral, a atuação da Psicologia no sistema socioeducativo é marcada incessantemente enquanto uma prática de verificação da verdade, na busca de auxiliar a tomada de decisão dos juízes, sempre analisando os riscos do retorno ao cometimento do ato. Encontra-se aí um constante desafio aos profissionais psis que atuam na interface da socioeducação, de não reduzir a prática profissional a uma prática de elaboração de documentos para o Judiciário (CREPOP, 2021, p. 44).

Para não cairmos nessa armadilha de elaborar relatórios unicamente para subsidiar as decisões judiciais, acredito que seja necessário entendermos estes como instrumentos que respondem a estratégia colonizadora de silenciamento daquilo que você, Luiz, e outros sujeitos que estão tanto no SINASE e no SUAS têm a dizer.

Kilomba (2020), em seus estudos, discute sobre a “*máscara do silenciamento*” (p. 33, grifos da autora) utilizada como parte do projeto colonial europeu, a qual era um instrumento que inseria um pedaço de metal no interior da boca da pessoa escravizada, de modo que ficasse entre a língua e o maxilar. Essa máscara era fixada na parte de trás da cabeça por duas cordas, uma contornava o queixo e a outra o nariz e testa. A autora ainda aponta que,

Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores *brancos* para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura (Kilomba, 2020, p. 33, grifos da autora).

Kilomba (2020) nos instiga a pensar qual o medo do(a) colonizador(a) de escutar o que o sujeito negro tem a dizer.

Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá que ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredo (Kilomba, 2020, p. 41, grifos da autora).

Percebo, Luiz, que os relatórios, que profissionais do SUAS e do SINASE escrevem sobre o que você diz, são uma atualização dessa “*máscara do silenciamento*” (Kilomba, 2020). Entendo esses relatórios elaborados nas políticas como um filtro da branquitude que, violentamente, “limpa” a sujeira sob a qual o seu corpo está inscrito, ao mesmo tempo que silencia o que você diz.

O relatório passa a operar como instrumento branco pelo qual o sistema de justiça e as políticas públicas passam a lhe enxergar. E não pelo que você diz. Nesse sentido, você se torna o objeto para a política, e não o sujeito.

Trago essa noção de objeto e sujeito a partir do que Kilomba (2020) apresenta, referenciada em bell hooks, a qual aponta que sujeito é a categoria que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p 42, como citado em Kilomba, 2020, p. 28), enquanto que, para ser objeto, a “realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros” (Kilomba, 2020, p. 28).

Assim, Luiz, quando o relatório, a avaliação, os documentos e os instrumentos falam por você, retira-se a sua possibilidade de ser sujeito e atribui a você a posição de objeto, que é definido por outros por meio desses instrumentos.

No entanto, Luiz, o momento em que você aparece como sujeito dentro desse sistema violento é quando você fala. Para que eu realize o relatório ou a avaliação, eu preciso lhe escutar, você precisa contar a sua história. É necessário retirar a “*máscara do silenciamento*” (p. 33, grifos da autora), revelar a realidade encoberta, lhe mostrar como sujeito.

É nesse momento que os instrumentos da política racista operam lhe silenciando, lhe tornando objeto, e mantêm escondidas as violências e as sujeiras que lhe marcam. Porém, é nesse momento também que se pode construir uma política enredada, que possibilita estratégia de vida.

Assim, acredito que esse pequeno momento, em que você se faz sujeito, passa a ser uma estratégia de resistência aos processos de precarização da vida. É pelo seu relato sobre a sua história que você denuncia as violências sofridas. Ou, como diz Kilomba (2020), pelo qual você revela a verdade das quais o sujeito branco – ou aqui podemos pensar em um sujeito da Rede institucional – não quer se conhecer sobre a realidade do(a) Outro(a).

Quando você fala e se torna sujeito na Rede, é possível ver o racismo e o classismo da Rede. Porém, o ato de falar nem sempre evoca alguém que escute. E para que o(a) colonizado(a) seja escutado(a) por colonizadores(as) da política, de modo que estes(as) se enxerguem como produtores(as) de branquitude e racismo, Kilomba (2020) aponta para cinco mecanismos de defesa do ego que precisam ser transcorridos.

O primeiro refere-se à negação, no qual se recusa admitir a realidade externa, os sentimentos e os pensamentos que sejam desagradáveis. Essa etapa é seguida pela cisão e pela projeção, cuja discussão foi feita no início nesta carta, que implicam em reconhecer no sujeito

branco apenas o que considera bom e projetar no(a) Outro(a) aquilo que considera ruim (Kilomba, 2020).

A culpa também entra como processo para ouvir e enxergar a branquitude e o racismo, a partir da qual o sujeito entra em conflito por realizar uma ação que acredita que não deveria ter feito. Diferente da negação, o sujeito não atribui ao(a) Outro(a), mas se culpa pela própria ação ou omissão (Kilomba, 2020).

Após a culpa, a vergonha passa a ser um processo em que o sujeito se percebe e se coloca em questionamento sobre si mesmo(a), ao se relacionar a partir do olhar de outros(as). É o estágio em que “o sujeito branco se dá conta de que a percepção das pessoas negras sobre a branquitude pode ser diferente de sua percepção de si mesmo” (Kilomba, 2020, p. 45).

Depois da vergonha, o sujeito branco reconhece sua própria branquitude e seu racismo. E a partir do reconhecimento, negocia-se a realidade como ato de reparação os danos causados pelo racismo (Kilomba, 2020).

E assim, Luiz, numa tentativa de escutar a sua história, e a partir dela enxergar a branquitude e o racismo, é que proponho agora seguir com o que você me conta, e buscar as estratégias de resistências que você desenvolve em suas relações.

Luiz, precisei, até agora, mostrar como a branquitude promove violências sobre o seu corpo. Tudo que foi escrito, até o momento, torna-se parte de um processo de romper com o que Yasmin Maciane da Silva (2023, p. 23) denuncia como “Antirracismo cordial” que atua para a manutenção dos privilégios da branquitude, na qual sujeito branco não quer se pensar enquanto produtor de violências e desigualdades que o colocam em posições de poder. Um “[...] antirracismo cordial que coloniza pessoas negras e indígenas pelo afeto, amarrando-nos a ilusão de uma aliança – que se desfaz ao primeiro tensionamento racial” (Silva, 2023, p. 23).

Talvez eu tenha me demorado tanto ao falar pelo lado da branquitude, porque tentar falar com os seus relatos, Luiz, é um desafio ainda maior. Pois, pensar com as suas

experiências é o que Silva diz: “elas versam por lugares desconhecidos, seus arcabouços teóricos são artimanhas e mandingas, e tentar capturá-las, a fim de classificá-las, é falhar miseravelmente, visto que é impossível aprisionar saberes coletivos” (Silva, 2023, p. 17).

Com a certeza de falhar miseravelmente, Luiz, quero lhe contar como eu sou afetada pelas experiências que você me conta sobre um contexto fora das MSEs. Escrevo a próxima carta para lhe mostrar como eu percebo acontecer um enredamento comunitário a partir da rede que se forma na comunidade.

Com carinho,

Gabriela.

Figura 11

Movimentos da vida: mulheres e crianças circulam pelo território



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023

4. PLANO II: rede COMUNITÁRIA

[...] Num tempo onde a única que ainda corre livre aqui
 são nossas lágrimas
Eu voltei pra matar tipo infarto
Depois fazer renascer, estilo um parto
Eu me refaço, farto, descarto
De pé no chão, homem comum
Se a benção vem a mim, reparto
Invado cela, sala, quarto
Rodei o globo, hoje tô certo de que
Todo mundo é um
Tudo, tudo, tudo, tudo
Que nóiz tem é nóiz
Cale o cansaço
Refaça o laço
Ofereça um abraço quente
A música é só uma semente
Um sorriso ainda é a única língua que todos entendem

(Principia, Emicida, 2019)

Ao conversarmos com as pessoas, durante os atendimentos, quando estas chegam aos serviços das políticas, escutamos em seus relatos diferentes estratégias de sobrevivência, de modo que até mesmo a busca pelos serviços já é parte das alternativas para a garantia de condições para viver.

Entendemos essas estratégias cotidianas de sobrevivências como formas de resistências aos processos de branquitudes e às práticas coloniais e racistas das políticas. Assim, neste Plano II, buscamos seguir as pistas de como a rede comunitária acontece e se organiza de modo a romper com as lógicas da branquitude e da colonialidade que tem como efeito o racismo sobre os corpos daqueles(as) que compõem essa rede.

A música intitulada *Principia*, do *rapper*, cantor e compositor brasileiro Emicida (2019), inserida na epígrafe deste platô, evidencia a existência da força e da resistência coletiva dessa rede comunitária, que se forma a partir de lógicas diferentes das que operam na Rede institucional.

Talvez, o presente platô seja o mais desafiador a ser desenvolvido neste relatório de tese, uma vez que ele exige que, de fato, nos desloquemos do lugar da branquitude – ou ao menos o reconheçamos a fim de repará-lo – para pensar como as práticas que se fazem nas redes comunitárias.

O desafio, em pensar o cotidiano comunitário como estratégia de resistência aos agenciamentos da branquitude que permeiam os corpos e as vidas de sujeitos que estão no SUAS e no SINASE, se torna ainda mais complexo quando o desenvolvemos não a partir da posição de quem pertence às relações que se estabelecem entre aqueles(as) da comunidade, mas sim da perspectiva de quem chega à rede comunitária, justamente pelo lugar de uma Rede institucional marcada pela branquitude.

Torna-se necessário, então, desenvolver esse plano da rede que se constitui a partir de movimentos que partem por outras linhas que potencializem as resistências aos processos de violência e precarização.

Nesse sentido, ainda continuo a escrever uma carta para Luiz, que representa muitas vidas com as quais me encontrei e me mostraram a força da rede comunitária. A carta surge como proposta de nos colocarmos de outros modos nesse espaço de escrita, mas também de um diálogo sobre como a rede nos mobiliza para modificar as relações.

4.1. Enredamento comunitário: as resistências da rede

Querido Luiz,

Escrevo-lhe novamente. Na outra carta que lhe escrevi, irrompia meus pensamentos o espaço da UNEI, um espaço de violações e repressões sobre o seu corpo. Mas, para dialogar sobre as redes de apoio e as estratégias de resistências que eu percebo acontecerem cotidianamente na rede comunitária, não cabe continuarmos pensando pelo território da UNEI.

Assim, a partir de agora, trago as lembranças dos territórios comunitários, compartilhados, com pessoas circulando. Para isso, insiro algumas imagens dos territórios em que circulei enquanto estava no CRAS. Diversas vezes, pude ver adultos(as), idosos(as), jovens, crianças, plantas e animais ocupando esses espaços.

É por esse espaço, que pode ser compartilhado, que quero começar a dialogar com você, Luiz, sobre como percebo as experiências que acontecem na rede e que tensionam as formas coloniais da Rede. Trazer essas imagens (Figura 12) nos ajudam a visualizar parte desses territórios. Não se trata de um único território, mas daqueles que anunciam o cotidiano das periferias de Campo Grande (MS). Sei que cada território possui suas características próprias, mas, essas imagens são representativas desses espaços: as crianças nas ruas, os animais, as ruas de terra vermelha, o *tereré*.

Figura 12

Cotidiano nas redes comunitárias



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

Caminhar pelo território possibilita sentir a vida acontecer. Nesse espaço, há risos e vozes de crianças, latidos de cachorros, as pessoas que proseiam em frente às casas e nos comércios, sentadas em roda, tomando um *tereré* para refrescar o calor – para mim, as melhores conversas são as que acontecem em uma roda de *tereré*. No final da tarde, sempre cruzam o céu algumas araras, que me fazem lembrar dos versos de Manoel de Barros: “Araras cruzavam por cima dos ranchos conversando em ararês. Ninguém de nós sabia conversar em ararês” (Barros, 2010, p. 427).

Eu não sei conversar em “ararês” (Barros, 2010, p. 427), assim como não sei falar a língua das redes – dessa rede com ‘r’ menor. Por não pertencer a essa rede comunitária, reconheço que a minha leitura sobre esta é fragmentada. E, não tenho a pretensão de que seja completa. Caminho por essa rede apenas pelas vias que me permitem percorrer, somente pelos recortes que me contam. E entendo que o ato dos(as) integrantes destas me mostrarem apenas uma parte já se apresenta como um movimento de resistência.

Lembro-me de que, quando eu estava na UNEI, alguns jovens me perguntavam se tinha sobrado algum “cascudo” para saber se tinha alguma marmita a mais; ou pediam para que nós, da equipe de analista das medidas socioeducativas, solicitássemos que seus(suas) responsáveis lhes trouxessem uma “coruja” e um “pisante”, quando estavam precisando de cuecas e chinelo; ou, quando estavam contando alguma informação, soltavam expressões como “bagulho mó da hora”, para se referir a um acontecimento/objeto legal; ou o contrário, quando diziam “mó fita errada”, para indicar que alguma situação não era certa; “tô suave” quando estavam bem.

Além desses termos, havia vários outros, alguns vocês me contavam, de modo que era permitido aparecer na Rede, outros, não podíamos saber do que se tratava, eram ditos apenas para quem e por quem estava na rede. Tal movimento me faz pensar a partir do que Gloria Anzaldúa (2009, pp. 307-308) diz da experiência dela sobre uma linguagem que nasce em um

espaço de fronteira: “o espanhol chicano surgiu da necessidade de os chicanos se identificarem como um povo distinto. Nós precisávamos de uma língua com a qual pudéssemos nos comunicar uns com os outros, uma língua secreta”.

Entendo essa linguagem que se constitui no sistema socioeducativo como essa língua secreta, ou também, como diz Anzaldúa (2009, p. 309), “uma língua rebelião”, na qual nem todas as pessoas podem entendê-la e/ou conhecê-la.

Essas expressões tensionam a Rede, uma vez que o que é dito desafia a branquitude e diz das próprias formas de viver da comunidade, seus modos de vida próprios, de conhecer, de ser, de existir, o próprio agenciamento comunitário. Lembro-me da sensação de estranheza quando escutei “cascudo”, “coruja”, “pisante”. Ao trazer para a Rede tais termos, entendo-os como um movimento de resistência na medida em que não se fala a língua da branquitude, mas sim a inquieta e a deslegítima nesse contexto.

Tenho esse entendimento a partir do que Anzaldúa (2009, p. 312) diz ao colocar que: “enquanto eu tiver que me acomodar aos falantes de inglês ao invés de eles se acomodarem a mim, minha língua será ilegítima”. Assim, ao dizer a língua do alojamento da UNEI para a Rede, ela é legitimada. Obviamente, a Rede usa ferramentas para a deslegitimação dessa língua – e assim o faz. Mas quando se utiliza essa língua rebelião, faz-se a resistência.

O que percebo acontecer, nesse espaço que se forma entre a Rede institucional e a rede comunitária, é a potencialidade de um arranjo da rede, sobre como quer aparecer e estar na Rede. E esse movimento é realizado a todo instante. Há um potente jogo de atravessamento de uma rede para a outra, bem como de se fazer presente em alguns momentos e, em outros, estrategicamente, de se fazer invisível.

Anzaldúa (2005) traz uma discussão que nos permite pensar esse espaço rede-Rede. A autora aponta para um espaço de fronteira que constitui uma “consciência *mestiza*”¹⁰. O fato de estar posicionado entre duas culturas – no nosso contexto, entre a Rede e a rede – percebem-se múltiplas versões sobre as estruturas de ambos os espaços.

Ao perceber informações e pontos de vista conflitantes, ela passa por uma submersão de suas fronteiras psicológicas. Descobre que não pode manter conceitos ou ideias dentro de limites rígidos. As fronteiras e os muros que devem manter ideias indesejáveis do lado de fora são hábitos e padrões de comportamento arraigados; esses hábitos e padrões são os inimigos internos. Rigidez significa morte. Apenas mantendo-se flexível é que ela consegue estender a psique horizontal e verticalmente. La *mestiza* tem que se mover constantemente para fora das formações cristalizadas (Anzaldúa, 2005, p. 706).

Com esse conceito de *mestiza*, Luiz, consigo perceber que o atravessamento da fronteira rede-Rede faz parte do jogo de se manter flexível para garantir que a Rede não destrua a rede. Ou seja, constitui-se como uma estratégia de resistência.

A partir desse arranjo de visibilidade ou invisibilidade da rede na Rede, Luiz, você me conta a sua história. E a conta por um pedido (que podemos entender como uma exigência da Rede) que eu lhe faço para que você me conte sobre você e os caminhos que lhe aprisionaram nas MSEs. O seu relato vai passar por aquele processo que, na carta anterior, chamamos de “filtro da branquitude” para compor o relatório de avaliação da equipe de medida socioeducativa que é encaminhado ao juizado. Assim, o que você relata já se constitui a partir de arranjos que resistem à lógica de silenciamento e objetificação, ao ser invisibilizado enquanto sujeito para a Rede. Você me conta sobre os caminhos que sustentam a vida e a

¹⁰A autora utiliza o termo *mestiza* em espanhol como forma de legitimar a sua língua e de permutar entre idiomas (Anzaldúa, 2009). Portanto, neste estudo, manteremos o termo na língua espanhola, por entender que o traduzir, é violar o próprio conceito.

sobrevivência, que permite manter as costumes e tradições das comunidades, da vida em comum, da vida comunitária, das redes de aliança e solidariedade.

Luiz, você me fala que nasceu em Campo Grande, capital de MS, cidade na qual ficou até completar seis anos de idade. Você me diz que esses foram os melhores anos da sua vida, pois era uma época que você, sua irmã, seu pai e sua mãe moravam juntos e vocês sempre saiam para passear.

Aqui Luiz, eu entendo que a estratégia de resistência que você utiliza é de me mostrar, ou seja, de aparecer para a Rede, como um sujeito que já esteve em uma composição familiar que é referência para a branquitude.

Parece-me que, com essa estratégia, você cria uma possibilidade de ser escutado, como quem diz: “por favor, me escute, eu já estive em uma organização familiar de um modelo branco, será que isso é suficiente para negociar a sua escuta ao que eu digo?”. Tornase resistência também, na medida em que evidencia que, mesmo lido como um menino negro que responde a um ato infracional, você sai do lugar que é fantasiado para que você ocupe, ou seja, como não pertencente a uma família que se organiza a partir de um modelo da branquitude.

E eu entendo, Luiz, que essa seja uma estratégia de resistência, pois percebo que a Rede sempre busca algo da branquitude para se vincular. Seja no campo da PSB da política de assistência social, ou nas unidades de internação das MSEs, essa organização branca e burguesa de família é tomada como modelo de “normal”, e tudo que se distancia é considerado “problemático”, ou como costumamos escutar cotidianamente: “família desestruturada”.

Essa noção de “família desestruturada” não é uma problemática nova no campo das políticas sociais e principalmente para a assistência social, que tem a matrionalidade

sociofamiliar como diretriz estruturante, porém, ainda hoje, se configura como um desafio que persiste nesse campo.

Numa tentativa de entender a exclusão e a discriminação a grupos familiares que não atendem a esse modelo familiar da branquitude, recorro ao que Bento (2002) aponta como uma dimensão importante da exclusão:

a moral, que ocorre quando indivíduos ou grupos são vistos e colocados fora do limite em que estão vigendo regras e valores morais. Os agentes da exclusão moral compartilham de características fundamentais, como a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos (Bento, 2002, p. 5).

Desse processo de exclusão moral decorre a desvalorização e o descompromisso político com Outro(a). É nesse sentido, Luiz, que entendo você apresentar esse modelo branco de família como uma forma de resistência, para que você apareça na Rede como sujeito. No entanto, para que você apareça como sujeito, é necessário que você se perca de sua identidade.

Você segue me contando que seu pai é um homem de origem indígena, nascido na cidade onde você vive hoje. Seu pai veio para Campo Grande em busca de emprego e logo começou a trabalhar como servente de obras. Conseguiu alugar uma casa pequena e confortável. E que, pouco tempo depois que chegou na Capital, conheceu sua mãe, uma mulher negra, e passaram a morar juntos.

Nesse ponto, Luiz, você ainda resiste à Rede, de modo que ainda caminha pelo fio da branquitude, mas, você já começa a apontar algumas precariedades vivenciadas por sua família. A dificuldade de conseguir emprego, na cidade onde vivia, fez com que seu pai se mudasse para conseguir um trabalho.

Você relata que, quando a sua mãe engravidou de você, seu pai trabalhava na construção civil e ela cuidava das crianças da vizinhança enquanto as(os) responsáveis estivessem fora.

Ao trazer essas informações para a sua história, você evidencia que o cuidado recai sob a responsabilidade principalmente de mulheres. Na minha experiência de caminhar pelas comunidades – ainda que pela Rede institucional – eu frequentemente me deparava com mulheres que cuidavam dos(as) filhos(as) de outras mulheres.

Aqui, Luiz, você aponta a rede comunitária desde os territórios, mostrando outro modo de viver e compreender a família e o cuidado. Na rede comunitária, costumávamos encontrar crianças, jovens e pessoas idosas sendo cuidadas por distintas pessoas da comunidade, por um(a) vizinho(a), ou por parentes que residiam próximos.

Quando você conta que a sua mãe cuidava de outras crianças, podemos perceber que é o cuidado que opera nas relações que se dão no território. Karina Batthyány (2021), estudiosa desse conceito, aponta que:

É, talvez, um dos conceitos mais potentes e questionadores deste século. Podemos dizer, sem pretensão de oferecer uma definição exaustiva, que o cuidado designa a ação de ajudar uma criança ou uma pessoa dependente no desenvolvimento e bem-estar da sua vida quotidiana. Implica se encarregar dos *cuidados materiais*. É um trabalho. Mas também representa um *cuidado econômico* que, ao mesmo tempo, tem um custo nesse sentido. Abrange também um *cuidado psicológico* que carrega um ‘vínculo afetivo, emotivo, sentimental’¹¹ (Batthyány, 2021, p. 55, grifos da autora, tradução nossa).

¹¹“Es, quizá, uno de los conceptos más potentes y cuestionadores de este siglo. Podemos decir, sin pretensión de ofrecer una definición exhaustiva, que el cuidado designa la acción de ayudar a un niño, niña o a una persona dependiente en el desarrollo y el bienestar de su vida cotidiana. Implica hacerse cargo del cuidado material. Es un trabajo. Pero también representa un cuidado económico que, a la vez, tiene un costo en ese sentido. Abarca, además, un cuidado sicológico que acarrea un ‘vínculo afectivo, emotivo, sentimental’”. Transcrição do trecho original.

Ao acompanhar a sua história, Luiz, bem como as dos múltiplos modos de vida que se tecem e se enredam entre os membros do território, nos deparamos com distintas narrativas que remetem a uma resistência aos modos de organização social hierarquizados e excludentes, e criam possibilidades de vida por meio da atenção e do cuidado. E sobre estes, Batthyány (2021, p. 56, tradução nossa) aponta que “[...] o pensamento feminista tem mostrado que as tarefas de atenção e cuidado com a vida das pessoas são um trabalho imprescindível para a reprodução social e o bem-estar cotidiano das pessoas”.¹²

As histórias que me são contadas pelos jovens e suas famílias na UNEI e nos CRAS revelam um enredamento comunitário, que se forma pela construção de rede entre vizinhos, vizinhas e familiares que estão pautadas pelas práticas de cuidado e atenção que produzem uma política de vida, que vão na contramão da branquitude e do racismo.

Sobre essa noção que Batthyány (2021) aponta de cuidado, quero trazer uma experiência com a qual me deparei em um site de notícias (“Catadores vão trabalhar em horário especial em lixão de Campo Grande”, 2013). O que é apresentado na reportagem nos aproxima da realidade de outras pessoas que habitam o território, principalmente as que se localizam perto do aterro sanitário do município. A situação se relaciona com o cuidado e as produções de uma política de vida e nos auxilia na compreensão da implicação da dimensão material, econômica e psicológica no cuidado.

A notícia publicada informa que o deferimento do pedido feito pela Defensoria Pública de MS estabelece que o novo horário para a coleta de materiais recicláveis na área de transição do antigo lixão para a UTR será entre as 8h e 18h. Tal decisão é conflituosa com o melhor horário para atender às demandas das pessoas que trabalham na área. A notícia apresenta uma mulher que trabalha como catadora e afirma que prefere recolher o lixo à noite,

¹²“[...] el pensamiento feminista ha demostrado que las tareas de atención y cuidado de la vida de las personas son un trabajo imprescindible para la reproducción social y el bienestar cotidiano de las personas”. Transcripción do trecho original.

pois precisa cuidar de seus filhos durante o dia (“Catadores vão trabalhar em horário especial em lixão de Campo Grande”, 2013).

Aqui, Luiz, é outra situação que podemos observar a estratégia do cuidado e suas dimensões materiais, econômicas e psicológicas. Além de trabalhar durante o dia no cuidado dos(as) filhos(as), essa catadora ainda precisa acessar a área de depósito de resíduos à noite – com todos os riscos implicados – para garantir o recurso econômico e de sustento de seus(suas) dependentes.

Assim, entendo que a sua mãe e essas outras mulheres resistem, por meio do cuidado, aos processos de precarização da vida, ou ainda encontram no cuidado uma alternativa para diminuir as precariedades.

No entanto, essa atribuição do cuidado recai principalmente sobre as mulheres, por isso precisamos pensar nas multiplicidades que se interseccionam nessas relações de cuidado a partir da raça, da classe e do gênero, pois, este se configura como uma cadeia de delegação de atividades que reflete uma hierarquia na sociedade.

Como um exemplo dessa relação hierárquica, podemos pensar nas relações em que há a delegação dos cuidados domésticos às trabalhadoras domésticas remuneradas, e essa relação permite que a classe média ocupe posições de trabalhos mais vantajosos, enquanto quem realiza o trabalho doméstico remunerado, são principalmente mulheres negras, empobrecidas e com baixa escolaridade – 93% das trabalhadoras domésticas são mulheres e dentre estas, 61% são mulheres negras (MDS, 2023).

Há, nesse trabalho doméstico, desvalorização e desproteção. E essas trabalhadoras domésticas delegam o cuidado de seus filhos a familiares ou a vizinhos(as). E podemos entender essas redes de cuidado como uma rede de solidariedade nas comunidades.

Luiz, você ainda conta que, com o nascimento de sua irmã, as dificuldades financeiras começaram a aumentar. A escassez de comida e a dificuldade de conseguir emprego fizeram

com que seu pai aceitasse transportar uma quantidade de droga. Fato que levou à detenção dele por tráfico de drogas.

Aqui precisamos estar muito atentos(as), pois, facilmente, no âmbito das políticas de assistência social e de MSE, responsabilizam-se as famílias pela quantidade de filhos(as) que estas têm, atribuindo isto à condição precária da vida.

Luiz, você me contou que, com a detenção do seu pai, sua mãe precisou se mudar, junto com você e sua irmã, para a cidade em que seu pai nascera e passou a morar em uma casa pequena que ficava no mesmo terreno que a casa de sua avó paterna.

Você me diz que a sua mãe não tinha muitos(as) amigos(as) na cidade e nem uma boa relação com a sua avó. Fato que levou sua mãe a começar a consumir álcool e droga excessivamente. Para você, era frequente ver a sua mãe usando drogas e que, quando ela estava sob efeito das substâncias, você ficava do lado de fora da casa, junto com a sua irmã, numa tentativa de evitar presenciar a condição de sua mãe.

Com essa sua informação, eu passo a refletir sobre as conversas que eu tive com você e com outros jovens na UNEI. Nos relatos, sempre emergiam discursos sobre as mães. No entanto, estes variavam entre duas percepções dos jovens sobre elas: a primeira, diz de uma mãe guerreira, forte, que sempre batalhou e fez de tudo por seus filhos; e o outro discurso aponta para uma mãe que não estava presente como se esperava que estivesse, seja pelo consumo excessivo de álcool e droga ou pelo abandono dos(as) filhos(as).

De fato, o primeiro discurso era o que mais prevalecia, juntamente com o arrependimento do jovem de ter decepcionado sua mãe. Porém, ambos os discursos apresentam uma questão importante sobre a intersecção de gênero e raça.

Yarlenis Malfrán (2022) chama a atenção para o racismo que está implicado na ideia de que mulheres negras não podem ocupar o lugar de uma pessoa frágil ou que também

precisa de atenção e cuidado; pelo contrário, o imaginário racista supõe que mulheres negras são fortes e aguentam qualquer situação.

Essa posição de mulheres que podem em algum momento necessitar de cuidado e serem cuidadas é privilégio apenas para a branquitude (Malfrán, 2022). A sua mãe, Luiz, desafia a branquitude ao abdicar dessa imagem de que mulheres negras estão sempre disponíveis para cuidar e servir.

Kilomba (2020, p. 188) aponta que “o racismo força o sujeito negro a existir como Outra/o, privando-o de um eu próprio”. Essa autora, ainda, aponta que para a mulher negra recai uma dupla ausência quando se intersecciona gênero e raça, de modo que lhe cai uma dupla Outridade, na medida em que ela não é nem branca e nem homem, mas é sempre a Outra. Essa imagem da mulher negra forte e guerreira é discutida por Kilomba, em que

[...] pode, por um lado, ser vista como uma estratégia política para superar as representações negativas das mulheres negras no mundo *branco*. Mas, por outro lado, aprisiona as mulheres *negras* numa imagem idealizada que não nos permite manifestar as profundas feridas do racismo (Kilomba, 2020, p. 192, grifos da autora).

Assim, Luiz, quando você traz a questão do isolamento de sua mãe e o uso excessivo de álcool e de drogas, penso que seja um ato que se relaciona pela contramão de um discurso estereotipado de que a mulher negra precisa ser forte, e aponta para a complexidade do sujeito, como quem reivindica seu direito de poder ter conflitos, medos, desejos, alegrias, de precisar de cuidado, ao invés de sempre cuidar e precisar ser forte todo tempo.

Durante a sua passagem na UNEI, Luiz, eu percebi diferentes momentos nos quais as suas ações apontavam para a constituição de um enredamento comunitário que se articula com a Rede institucional. Aqui quero destacar duas situações: a primeira se relaciona com esse uso abusivo de álcool e de droga pela sua mãe, relato no qual você me conta que buscou o Conselho Tutelar da cidade para relatar à Rede que sua mãe precisava de proteção, mas,

conforme você me enfatiza, conselheiros(as) do órgão nunca foram até sua casa e nem falaram com a sua mãe.

O segundo momento ocorreu em uma atividade promovida pela Superintendência de Assistência Socioeducativa, uma ação referente à campanha ‘setembro amarelo’ que convidou um palestrante para falar sobre a prevenção ao suicídio, por uma hora, com os jovens que estavam nas unidades de privação de liberdade. Nessa ocasião, havia na unidade um jovem em um quadro depressivo com ideações suicidas. A equipe da unidade já tinha conhecimento sobre o caso e realizava as medidas necessárias para acompanhamento, tratamento e informação da situação às partes que competiam ter conhecimento sobre o caso.

Porém, Luiz, quero destacar aqui que me lembro de que, durante essa palestra, você estava inquieto e buscava, de forma discreta, com um certo receio de ser repreendido pela equipe socioeducativa, meios de alertar que esse jovem precisava conversar com o palestrante. Ao final da palestra, de modo muito rápido, enquanto se formava a fila para voltar aos alojamentos, você pede ao palestrante que converse com esse jovem que dividia o alojamento com você.

Nessas duas situações, eu percebo que em suas ações há um movimento de articulação entre a rede e a Rede. Que você busca maneiras de forjar alianças estratégicas entre a Rede e a rede, para lutar “na precariedade, a partir dela e contra ela” (Butler, 2018, p. 110).

Outras situações, que pude acompanhar enquanto ainda estava atuando na PSB, também apontam que é o cuidado coletivo e o trabalho pelo comum que garante o sustento de uma comunidade. Recordo-me de uma situação que envolve o conflito entre o enredamento comunitário e a violência do Estado em desarticolá-lo.

Contarei aqui, brevemente, a história de uma família que era acompanhada pela equipe do CRAS e teve seus filhos capturados pela Rede da PSE de alta complexidade da assistência social. Era uma mulher que vivia em Campo Grande (MS) com seus quatro filhos. Ela não

tinha familiares na cidade e mantinha como rede de apoio seus(suas) vizinhos(as), que eram para quem ela recorria quando precisava de algum apoio.

Em um determinado momento de sua vida, essa mulher realizou uma tentativa de suicídio e foi levada por sua vizinha e amiga para a Unidade Básica de Saúde (UBS). Durante o atendimento na UBS, ela foi encaminhada para internação em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Com a internação, a sua amiga, que era a pessoa que mais tinha vínculos com os seus filhos, colocou-se à disposição para ficar com as crianças enquanto a mãe estivesse no CAPS. Porém, a equipe da UBS acionou o Conselho Tutelar – órgão público municipal encarregado de proteger crianças e adolescentes e cumprir os direitos da criança e do adolescente, fato que desencadeou os procedimentos previstos nas normativas, especialmente no ECA, inserindo as crianças em uma Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, inclusive separando os irmãos em diferentes unidades, de acordo com suas idades.

O Estado, nessa situação, retirou as crianças de um ambiente onde havia vínculos afetivos e comunitários, que seriam mantidos com a permanência dos filhos na rede comunitária de apoio. Demorou cerca de três meses até que se finalizasse o processo que devolveria a guarda para a mãe, uma vez que já havia iniciado o procedimento de acolhimento institucional das crianças. Os filhos ficaram institucionalizados por mais tempo que a mãe.

Neste caso, podemos observar que havia um vínculo comunitário fortalecido, e que a rede se articulou para que se predominasse o sustento da vida pelo cuidado comunitário, tanto no apoio em levar a mãe ao atendimento médico, como no movimento e insistência em manter as crianças com a rede onde havia vínculos afetivos.

Nessa situação, tanto a mãe como a amiga, solicitaram ao CRAS que se articulasse para reverter a institucionalização das crianças. Hoje, entendo esse pedido como uma convocação para que a Rede se enredasse com a rede comunitária. Tal situação evidencia a

dificuldade do Estado em estabelecer o fortalecimento dos vínculos comunitários, que é um dos objetivos da política de assistência social. Esse acontecimento aponta para a fragilidade da Rede institucional em considerar as demandas dos sujeitos, enquanto estes encontram o vínculo nas redes que se produzem a partir dos afetos. Assim, verifica-se a potência da rede comunitária na construção de relações que desafiam a branquitude e o individualismo que operam na Rede.

No mais, Luiz, durante a nossa conversa, você me conta de uma vida de um jovem de 16 anos, que viveu com uma avó que o cuidava e que você cuidava dela e da sua irmã. Que tinha um bom relacionamento com as pessoas que viviam no mesmo território e que construiu com estas uma rede de apoio; que quando precisava ir ao médico, pedia carona para seu Oswaldo; às vezes, algumas pessoas da vizinhança faziam um pouco a mais de comida e levavam para você e sua avó.

Você me conta que, no final da tarde, sempre jogava bola no campinho em frente à escola e, depois do futebol, você e alguns amigos ficavam conversando e tomando alguma bebida escondidos. Aos finais de semana, você e seus amigos passavam a tarde toda tomando banho em um córrego que ficava atrás das ruínas da antiga estação de trem.

O que eu quero dizer com essa carta e com essas reflexões que faço, a partir do nosso encontro, é que é possível resistir à branquitude e ao racismo da Rede institucional, com práticas que identificam e que enfrentam o racismo que se coloca no dia a dia da política e, principalmente, na atuação de profissionais que a executam, para que seja possível criar uma política enredada que produz alianças com corpos que nelas se inserem.

Assim, Luiz, me despeço de você e lhe agradeço por me mobilizar a repensar as minhas práticas.

Faço aqui também um convite para que leia o próximo platô deste relatório de tese, no qual será discutido como podemos caminhar por um espaço fronteiriço, para pensarmos outras práticas nas políticas de assistência social e de MSE.

Com carinho, Gabriela.

Figura 13

Casa no território



Nota. Fonte: Registro pessoal, junho 2023.

5. PLANO III: FRONTEIRA rede-REDE

Nos platôs anteriores, discutimos a Rede institucional e a rede comunitária. A primeira configura-se, no contexto em que estamos discutindo, no SGD, a partir da articulação entre o SUAS e o SINASE, com a integração de instituições e instâncias do poder público e da sociedade civil para a promoção, defesa e controle da efetivação da proteção integral da criança e do adolescente. A Rede institucional, formada a partir dessas políticas que tomamos como foco neste estudo, destina-se, principalmente, a uma população que se encontra com precário ou nulo acesso à moradia, alimentação, segurança, saúde, educação, emprego, renda, entre outras condições justas para garantia e manutenção da vida.

A segunda, a rede comunitária, tal como discutimos no platô anterior, forma-se a partir da condição precária da população, a qual constitui arranjos para garantir meios de negociar a diminuição das desigualdades sociais. Na rede, essas estratégias para a manutenção da vida são tecidas tanto na relação entre as pessoas que habitam o território e vivenciam os efeitos da desigualdade social, como também com uma articulação com a Rede institucional, por meio de acesso aos serviços executados nas políticas públicas.

A Rede e a rede têm, deste modo, um caráter relacional. E é sobre este que queremos discutir neste último platô. Entendemos que, nessa relação rede-Rede, há uma fronteira que possibilita o encontro com corpos diversos que deslocam o pensamento e encontram novos caminhos para pensar outras possibilidades de tessituras de redes, pontes e de outras práticas que problematizam os instrumentos de produção de violências que são forjados na Rede.

A fronteira torna-se, então, um conceito importante para pensarmos a relação que se estabelece entre quem está nos serviços da PSB e os(as) que são mantidos nas unidades de MSE e aqueles(as) que executam esses serviços.

Entendemos essa fronteira como um território entre dois contextos constituídos pela fragmentação social. Na carta que escrevemos anteriormente para Luiz, o personagem que retrata os encontros com as vidas que estão nas políticas de assistência social e MSE,

demarcamos essa divisão social. Aqui, queremos apresentá-la a partir do campo literário. Para tanto, consideramos que o conto *A gente combinamos de não morrer*, de Conceição Evaristo (2016), permite-nos entender como se configura a fronteira pela qual queremos percorrer.

Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. Vivo implicando com as novelas de minha mãe. Entretanto, sei que ela separa e separa com violência os dois mundos. Ela sabe que a verdade da telinha é a da ficção. Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro [...] (Evaristo, 2016, pp. 108-109).

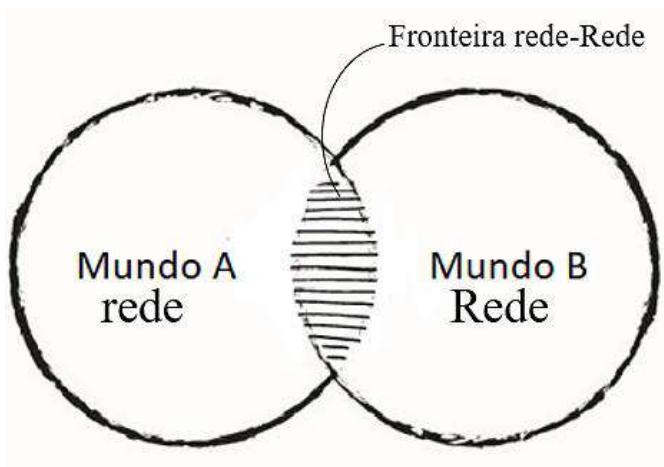
As histórias narradas pelas pessoas que estão nos serviços da assistência social e/ou nas unidades de MSE nos mostram como a vida é costurada “com fios de ferro” (Evaristo, 2016, p. 109) e denunciam as violências que operam no cotidiano. Assim, as histórias apontam que é preciso criar estratégias para romper com práticas que produzem as exposições às situações violentas, bem como combinados para “não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel” (Evaristo, 2016, p. 108).

Compreendemos que, na relação que se estabelece no âmbito das políticas de assistência social e de MSE, está em jogo o encontro de duas realidades distintas, dois mundos: um em que se combina de não morrer; e outro, em que se deve a todo instante combinar de não matar.

No encontro entre esses dois mundos, entendemos que existe uma fronteira (Figura 14). E, aqui, pensamos esta fronteira a partir do que Anzaldúa (2019) aponta sobre uma consciência das fronteiras, no sentido de existir no entre-lugar. Na Figura 14, é apresentada uma imagem que possibilita entender a fronteira que se constitui no encontro entre o mundo sob o qual incidem os efeitos dos processos de colonização, da branquitude e do racismo e outro que produz esses processos de violência e brutalidade.

Figura 14

Fronteira



Nota. Fonte: elaborada pela autora.

É nesse espaço fronteiriço que propomos pensar as políticas de assistência social e de MSE, uma vez que, ao estar nos espaços em que as políticas estão situadas, cria-se a possibilidade de encontro dos corpos que constituem os dois mundos. É na fronteira em que se coabita um território, considerando esta como espaços que potencializam práticas que existem nesse território, formando assim um terceiro campo, manchado por todas as práticas, conhecimentos e modos de ser. Assim, nesse entre-lugar, emergem outras práticas que rompem com as lógicas coloniais e em que se constitui uma atuação na Rede comprometida com a rede.

Essa fronteira coabitada é o que estamos denominando de fronteira rede-Rede, a qual discutiremos na sessão a seguir.

5.1. Fronteira rede-Rede como lugar para deixar emergir o enredamento comunitário

A articulação que acontece na rede opera como um enredamento comunitário, ou seja, com relações de apoio constituídas na comunidade que se fazem na direção da união, da criatividade para garantia da vida, e na contramão dos padrões segregadores. O movimento que acontece, quando algum membro da comunidade ou quando o próprio território precisa de

respaldo, é a organização coletiva das pessoas como meio para que seja garantido o que for necessário.

A articulação com a Rede institucional é um dos diversos movimentos que a rede faz para mitigar as precariedades e as violências que recaem sob os corpos que a compõem. Porém, nessa articulação com instituições que operam por uma lógica colonial e racista, existem armadilhas que podem levar a um abismo ético de produção de violências, subalternizações e silenciamentos de saberes.

Quando atuamos nas políticas sociais, corremos o risco de cair na armadilha de se criar uma história única – para parafrasear Chimamanda Ngozi Adichie (2019) – para a população que acessa os serviços de tais políticas, de modo a vitimizar e tutelar os sujeitos a partir da universalização das experiências.

É importante ressaltarmos que os modos de organização comunitária são anteriores à entrada da Rede institucional nesses territórios. Porém, quando olhamos a partir da Rede para o território, entendemos que ocorre um processo que Liliana Parra-Valencia (2022, p. 5, grifos da autora, tradução nossa) aponta como “*silenciamento epistêmico* de saberes *outros*”.¹³

Essa autora (Parra-Valencia, 2022) explica esse processo de como expressão da racionalidade da ciência moderna/colonial, de modo que a ciência moderna hegemônica leva ao silenciamento epistêmico de saberes e práticas outras, salientando que “em relação ao desprezo por saberes *outros*, as lógicas coloniais declararam a superioridade europeia não só étnica mas também intelectual e exerceram uma violenta inferiorização epistêmica” (p. 7, grifos da autora, tradução nossa).¹⁴

Esses apontamentos de Parra-Valencia (2022) nos auxiliam na compreensão das lógicas que constituem as relações hierárquicas que são operacionalizadas no contexto das

¹³“*silenciamiento epistêmico* de saberes *outros*” Transcrição do trecho original.

¹⁴“*En relación con el desprecio de los saberes otros, las lógicas coloniales declararon la superioridad europea no sólo étnica sino también intelectual y ejercieron una violenta inferiorización epistémica*” Transcrição do trecho original.

políticas de assistência social e de MSE, de modo que as práticas e conhecimentos dos(as) operadores(as) da política são considerados superiores em relação aos saber, às vontades e às necessidades daqueles(as) que estão nela inseridos(as).

Diante do que já foi exposto, evidencia-se que há um discurso hegemônico que coloca aqueles(as) que acessam as políticas sociais como oprimidos(as), bem como subjugam-se seus conhecimentos, saberes e relações. Contudo, como já discutimos anteriormente, as formas de organização das comunidades desafiam a colonialidade da Rede. Os movimentos que se estabelecem nos territórios – ditos vulnerabilizados – resistem às diretrizes hegemônicas da lógica neoliberal (excludente, individualista, hierarquizante e colonizadora das relações sociais).

Assim, pensar a partir dos saberes da rede torna-se uma possibilidade de romper com a perspectiva colonial – um giro decolonial em relação à colonialidade do saber (Quijano, 2005) – a fim de deslocar nossos pensamentos, permeados pela branquitude. Dessa forma, com os saberes comunitários, encontramos meios éticos e comprometidos de coabitar a fronteira rede-Rede.

A fronteira rede-Rede emerge, então, como uma possibilidade de romper com a hierarquização que coloca a Rede, e aqueles(as) que a executam, como superiores, e permite operar a partir de formações de alianças de relações horizontalizadas. É por meio de arranjos comunitários, coletivos e éticos que a política de assistência social e as medidas – que efetivamente possibilitam uma socioeducação – passam a compor a rede comunitária, criando outras e novas pontes para atravessar as fronteiras (Anzaldúa, 2019).

María Lugones (2018, p. 76, grifos da autora, tradução nossa) aponta para “*epistemologias de fronteira*, que sirvam para cruzar mundos”, a qual entendemos que acontecem em espaços que a autora chama de “comunidades de camaradas solidárias, comunidades onde a solidariedade horizontal está acompanhada pelo compromisso de

aprendermos umas com as outras”. Essa autora acrescenta ainda que “a teoria nestas redes de movimentos sempre foi prática, comunitária, com base no diálogo e elaborada desde a afirmação da vida dentro de um nós heterogêneo e comprometido”.¹⁵

Tais colocações de Lugones (2018) contribuem para pensarmos esse espaço fronteiriço composto e habitado por diferentes vozes, saberes e culturas que ecoam tanto da comunidade, quanto de agentes da política.

Para ilustrar essa multiplicidade de conexões que se formam na fronteira, trago aqui uma imagem (Figura 15) registrada durante uma visita domiciliar pela equipe técnica de referência do CRAS, na qual, trabalhadores(as) da política, ao avistarem um cajueiro, param para coletar os frutos e levar para as demais pessoas que estavam na unidade da PSB. Na imagem, também aparecem algumas mangas sobre a mesa de atendimento do CRAS.

Figura 15

Profissionais da política colhem frutos no território



Nota. Fonte: elaborada pela autora.

¹⁵“epistemologías de frontera, que sirvan para cruzar mundos”; “comunidades donde la solidaridad horizontal está acompañada por un compromiso de aprendernos las unas a las otras”; “La teoría en estas redes de movimientos ha sido siempre práctica, comunal, con base en el diálogo y elaborada desde la afirmación de la vida dentro de un nosotros heterogéneo y comprometido” Transcripción do trecho original..

Tal cena era frequente no âmbito das políticas de assistência social. Diversas vezes, saímos para colher caju, manga, ciriguela, mas também recebíamos frutas de algumas pessoas que chegavam até a unidade. No CRAS, também havia árvores frutíferas como goiabeira, mangueira, cajueiro, amoreira, e sempre havia pessoas colhendo algumas frutas.

Lembro-me de uma ocasião em que eu estava no CRAS, porém um pouco resfriada. Durante o atendimento a uma usuária, ela percebeu o meu mal-estar causado pelo resfriado e comentou que havia capim-cidreira em sua casa, destacando que essa erva era ótima para aliviar os sintomas de gripe. Ela retornou à unidade alguns minutos depois, trazendo consigo o capim-cidreira e me deu para que eu fizesse um chá, pois me ajudaria a curar o resfriado. Agradeci, aceitei a erva e entendi, por essa ação, como são construídas as alianças de cuidado que se formam na rede.

São essas situações evidenciam que é possível coabitar um espaço, no sentido de ser afetado por ele, de consumir tanto os alimentos, quanto também as experiências e os saberes que são produzidos pelo território.

Simone Maria Hüning, Liliana Parra-Valênciа e Saulo Luders Fernandes (2021) pontuam questões importantes para se pensar a forma como nos situamos nesses territórios a partir do exercício do coabitar, de estar junto das pessoas e de se modificar com o território.

A produção da aliança e a capacidade de coabitar territórios não se faz por meio de uma prática instrumental. Ao contrário, ela se realiza pelo exercício ético do encontro com a alteridade. Encontros em que nossas experiências de vida sejam possíveis de serem partilhadas, não mais como informações, dados, materiais objetificados, mas como narrativas, memórias, afetos que dispõem outras possibilidades de narrar a nós mesmos, nossos interlocutores e o lugar de destino que habitamos em comum (Hüning *et al.*, 2021, p. 36).

Entendemos que o coabitar, nesse sentido, torna-se condição para a emergência da fronteira rede-Rede, uma vez que a fronteira se constitui a partir do encontro de distintos e diversos corpos, culturas, conhecimentos, modos de se viver. Um encontro que pode ser definido como uma disponibilidade para a alteração e para a troca de saberes e experiências, como coloca Luiz Antônio Simas (2019).

Judith Butler (2018) aponta para uma ética de coabitacão para constituição de alianças coletivas em espaços públicos, destacando o entrelaçamento de todas as vidas. Para ela, a vida do outro, a vida que não é a nossa, também é nossa, uma vez que, qualquer sentido que a “nossa vida” tenha, deriva precisamente dessa sociabilidade e já é, desde o início, dependente de um mundo de outras vidas, constituídas em – e por – um mundo social (Butler, 2018, p. 122).

Nesse sentido, entendemos essa ética da coabitacão (Butler, 2018) como condição importante para entendermos a fronteira rede-Rede, pela relação ética que se estabelece a partir da precariedade, uma vez que a condição precária da vida social está posta para todos, a partir das relações corporais que são desiguais, portanto “não podemos entender a convivência sem entender que uma condição precária generalizada nos obriga a nos opor ao genocídio e a defender a vida em termos igualitários” (p. 131).

Assim, para nos auxiliar na definição dessa fronteira rede-Rede, recorremos à autora Parra-Valencia (2022, p. 14, grifos da autora, tradução nossa) que desenvolve o conceito de “*grupalidad curadora*”, ao estudar os saberes e práticas cotidianas de cura comunitária em contextos de guerra e reparação, e o define como “a capacidade de certos grupos e comunidades que emergem em contextos de guerra de processar a sua experiência emocional, frente a diferentes situações familiares, sócio-políticas, históricas e espirituais-ancestrais”.¹⁶

¹⁶“la capacidad de ciertos grupos y comunidades que emerge en contextos de guerra para tramitar su experiencia emocional, frente a diferentes situaciones familiares, socio-políticas, históricas y espiritual-ancestrales.” Transcrição do trecho original.

Tal conceito é importante no contexto da fronteira rede-Rede, pois é um processo que se expressa em práticas comunitárias e cotidianas que permitem que os saberes coexistam em uma epistemologia *ch'ixi* (Parra-Valencia, 2022).

Essa epistemologia *ch'ixi* é pensada por Silvia Rivera Cusicanqui (2015) e se constitui “em abrir e em ampliar esse terceiro espaço, entrelaçando os dois mundos opostos em uma trama dinâmica e contenciosa, na qual ambos se interpenetram sem jamais se fundirem ou se hibridizarem” (Rivera Cusicanqui, 2015, p. 302).¹⁷ As diferenças coabitam, mas em tensão.

Considerando tais conceitos – coabitar; grupalidade curadora, epistemologia *ch'ixi*, consciência *mestiza* –, a fronteira rede-Rede pode ser entendida como esse espaço que se forma no encontro entre as pessoas que executam as políticas de assistência social e de MSE e aquelas que constituem a rede comunitária. Porém, esse encontro emerge de relações éticas e heterogêneas que se complementam, sem que seja subjugado um conhecimento sob o outro; que estejam visíveis e presentes os diversos elementos humanos e não humanos, saberes e conhecimentos que coabitam nessa fronteira; bem como que se tenham a flexibilidade e a tolerância às contradições e às ambiguidades.

Sobre tolerância às contradições e ambiguidades, recordamos que Anzaldúa (2005) aponta que a *mestiza* opera na pluralidade:

Aprende a equilibrar as culturas. Tem uma personalidade plural, opera em um modo pluralístico – nada é posto de lado, o bom, o ruim e o feio, nada é rejeitado, nada abandonado. Não apenas sustenta contradições como também transforma a ambivalência em uma outra coisa (Anzaldúa, 2005, p. 706).

Assim, acrescentamos mais um ponto a esse espaço fronteiriço rede-Rede. Por operar a partir dessa lógica de pluralidade e de visibilidade dos múltiplos elementos que coabitam a

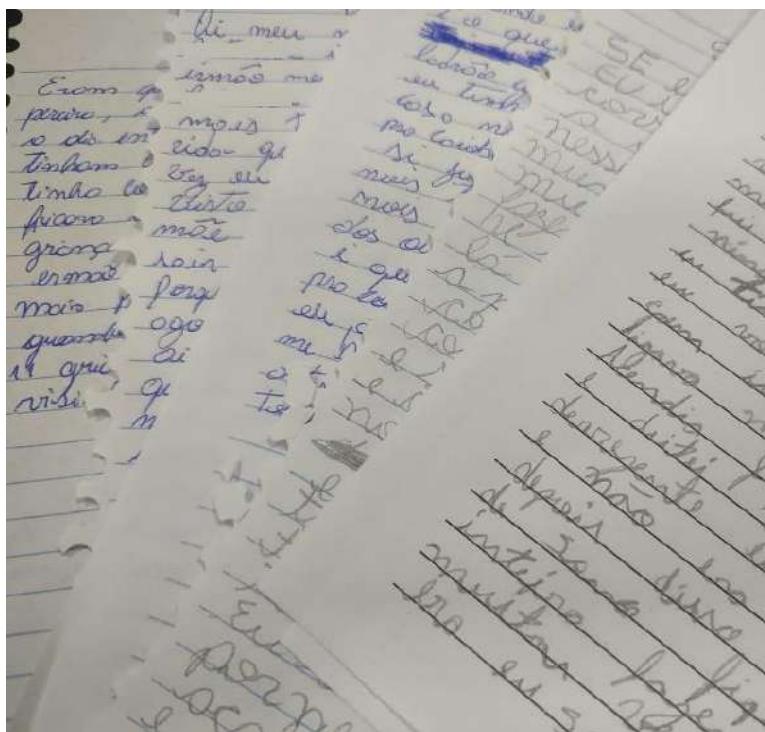
¹⁷ “La epistemología *ch'ixi* consistiría en abrir y en ensanchar ese tercer espacio, entretejiendo a los dos mundos opuestos en una trama dinámica y contenciosa, en la que ambos se interpenetran sin fusionarse ni hibridizarse nunca” Transcrição do trecho original.

fronteira, é possível emergir o que estamos chamando de enredamento comunitário. No sentido de entrelaçar a coletividade que se articula para garantir que a vida aconteça.

Para materializar essa discussão de coabitar uma fronteira rede-Rede a partir do enredamento comunitário, quero trazer dois acontecimentos que ocorreram no espaço da UNEI, durante algumas das atividades realizadas coletivamente (Figura 16).

Figura 16

Oficina de narrativa fantástica e textos produzidos por jovens inseridos em Unidade Educacional de Internação



Nota. Fonte: elaborada pela autora.

A primeira se relaciona com a realização de duas oficinas de narrativa fantástica que organizei junto com a escritora e pesquisadora Adrianna Alberti, na qual foi proposto que os jovens que estavam na unidade socioeducacional elaborassem um conto a partir de elementos insólitos e/ou fantásticos (Alberti *et al.*, 2022).

Durante a oficina, inicialmente conceituaram-se os elementos que constituem a estrutura de uma narrativa, tais como: tipos de texto literário; estruturação do enredo; caracterização dos personagens; tempo e espaço narrativo; tipos de narrador(a); bem como a caracterização e exemplificação da narrativa fantástica. A partir dessa explanação, foi solicitado que os jovens que participaram, escrevessem um conto com o enredo que trouxesse uma experiência de sua vida, com a inclusão de algum elemento insólito/fantástico (Alberti *et al.*, 2022).

A produção de uma escrita, ainda que ficcional, possibilitou que os jovens trouxessem, para o texto, elementos de suas vidas. Tal movimento rompe com o silenciamento que objetificam seus corpos, de modo que lhes é possibilitado trazer suas realidades para suas próprias histórias e narrativas.

Ainda que não tivéssemos como objetivo apresentar tais textos para as famílias desses jovens, essa foi uma solicitação de alguns deles. Assim, quando alguns familiares compareciam na unidade, os próprios jovens pediam para ler seus contos para suas mães. Uma delas, chegou a se emocionar e dizer que estava orgulhosa por seu filho escrever uma história tão interessante, e pediu para que fizéssemos várias cópias para que ela entregasse aos outros familiares.

No início desse projeto de criação de contos, a partir da narrativa fantástica, tínhamos em mente elaborar uma coletânea com os contos dos jovens da UNEI. Porém, o projeto foi suspenso quando fui transferida de unidade, fato que impossibilitou que eu pudesse permanecer atuando nas MSEs.

Contar suas histórias por meio de texto, ou até mesmo outros modos de narrar suas vidas, com desenhos ou com letras das músicas que gostavam, passou a fazer parte não apenas dentro das oficinas de narrativas fantásticas, como também em outras atividades de grupos

que realizávamos com os jovens. Pelas produções deles, emergia na Rede uma vida para além do ato infracional, uma vida enredada comunitariamente.

Em uma dessas atividades em grupo, quando eles pediram para escrever, um jovem diz em tom jocoso: “hoje a psicóloga vai escrever sobre ela também”. Com esse chamado, esses jovens denunciam como a ciência psicológica, a partir de uma lógica de hierarquização, se relaciona com a racionalidade da ciência moderna/colonial.

Parra-Valencia (2022) aponta como a perspectiva psicológica do ‘eu’ é marcadamente eurocentrada, fazendo uma separação sujeito-objeto e universalizando sujeitos e conhecimentos, de modo a reproduzir o silenciamento epistêmico moderno/colonial de saberes *outros*.

No atual contexto da reparação coletiva na Colômbia, identifico a presença deste silenciamento de saberes *outros* em três expressões da “intervenção” psicosocial: a banalização do poder comunitário e a potencia grupal; a instrumentalização das comunidades; e a preeminência da/do especialista. (Parra-Valencia, 2022, pp. 5-6)¹⁸

Quando esse jovem da UNEI me convoca a escrever junto, ele aponta que a minha ação – de não colocar a minha vida na roda – responde a essa lógica de separação entre mim e eles. Lógica essa que não me coloca a me enredar comunitariamente.

A partir desse dia, eu passei a escrever junto com eles em todos os encontros, até o momento em que não foi possível mais continuar atuando na UNEI, devido à transferência de unidade.

Estar nesta fronteira rede-Rede, enredada com a política e com a comunidade nos permite conhecer o território a partir das rupturas e fissuras. Desse modo, as unidades das

¹⁸“En el actual contexto de la reparación colectiva en Colombia identifico la presencia de este silenciamiento de saberes otros en tres expresiones de la “intervención” psicosocial: la banalización de lo comunitario y la potencia grupal; la instrumentalización de las comunidades; y la preeminencia de la/el experto” Transcrição do trecho original.

políticas que estão localizadas no território – principalmente da política de assistência social, que tem como base de organização o território (Lei nº12.435, de 6 de julho de 2011) – permitem repensar a realidade pelos múltiplos elementos que compõem o território, considerando as contradições e ligações que estão nele atreladas.

Assim, é a partir das experiências que se encontram na fronteira rede-Rede é que podemos dialogar com o comunitário, a fim de pensar práticas com os conhecimentos ali produzidos. O convite do jovem que me chama para escrever junto, assim como a usuária que me leva um pouco de capim-cidreira para que eu melhorasse do resfriado, são ações da rede comunitária que nos colocam nesse enredamento comunitário.

Nos textos dos jovens da UNEI, assim como no cotidiano da comunidade em que o CRAS se localizava, são marcados pelos modos de circulação e ocupação dos espaços, das práticas de cuidado, de cooperação e solidariedade, bem como de denúncias das violências e meios de resistências.

Esta tese também é um meio de continuar uma escrita enredada comunitariamente, desafiando, a todo instante, a branquitude que insiste em se colocar e permanecer. É a partir do enredamento comunitário e pelo tensionamento e resistência à branquitude que podemos pensar em uma política enredada com a rede.

5.2. Recomendações à Rede para uma política enredada

Ao percorrer a fronteira rede-Rede, a partir do enredamento da política com a comunidade, é possível que a Rede institucional se volte para as práticas e oralidades que estão presentes na rede comunitária. Considerar as dimensões éticas da prática que propomos para a política, nesse espaço fronteiriço, é conduzir a Rede institucional a olhar para a tradição oral que está presente na rede, sem que se tente apagá-lo ou silenciá-lo.

Mariléa de Almeida (2021, p. 297) aponta que “as condições materiais colocam em risco a continuidade dos modos de vida”. É com a preocupação de traçarmos alguns apontamentos éticos para a coabitAÇÃO do espaço fronteiriço que discutiremos algumas recomendações à Rede institucional, de modo que esta não coloque em risco e nem silencie os modos de vida da rede comunitária.

Sobunfu Somé (2007) nos dá pistas para romper com a branquitude da Rede e não silenciar e apagar com os modos de vida da rede. Assim, caminhamos com ela, para buscarmos formas de conexão. Somé (2007, p. 9) aponta que em Dagara – uma das etnias de Burkina Fasso – há uma palavra que pode ser traduzida como “a coisa que o conhecimento não pode comer”, tal como essa palavra, entendemos que há coisas na rede que a Rede não pode se apropriar. Mas, nos cabe caminhar pela fronteira a partir das relações e conexões que se estabelecem ao coabitar um território marcado pela presença do tensionamento entre instituição e comunidade.

Trazemos também Almeida (2021) para essa discussão, uma vez que esta autora discute o “território dos afetos” (p. 297, grifos da autora), nos quais se estabelecem relações com lugar e com as pessoas que o habitam, de modo a privilegiar os saberes para ampliar espaços de subjetivação, “constituídos por meio dos deslocamentos de sentidos que essas mulheres [quilombolas] realizam em relação aos efeitos das exclusões de raça, de classe ou de gênero que afetam seus corpos e os territórios de suas comunidades” (p. 298).

Queremos, aqui, traçar alguns paralelos entre o que Somé (2007) aponta sobre o povo de Dagara, assim como o que Almeida (2021) discute com as relações que se estabelecem no território do quilombo, e com o que percebemos sobre as comunidades que estão nos territórios das políticas sociais que estamos discutindo neste estudo, de modo que, a partir das relações comunitárias, possamos enfatizar e trazer algumas recomendações às políticas públicas que habitam a fronteira rede-Rede.

Somé (2007) aponta que “os habitantes das diferentes aldeias se conhecem, tendo familiares e amigos em muitas dessas outras pequenas comunidades” (p. 16). Essa relação de proximidade também pode ser percebida nos territórios das políticas. Isso ficava evidente principalmente quando eu trabalhava em grupo com os jovens da UNEI, os quais, mesmo quando residiam em bairros e comunidades distintas, pelas conversas, encontravam conhecidos em comum.

Assim como em Dano – a maior aldeia do povo dagara de Burkina Fasso (Somé, 2007), nos territórios que percorremos, a maioria das ruas não tem nome, assim como não tem números nas casas. Essa característica torna-se uma complicação para que os(as) agentes da política localizem as pessoas e as residências no território. No entanto, a comunidade nos ensina que, para encontrar uma pessoa, é necessário humanizá-la. Ou seja, por mais que a Rede tende a desumanizar os sujeitos, buscando encontrar as pessoas pelo endereço exato – com nome de rua e número – não é essa lógica da branquitude que está posta nos territórios.

As pessoas, nesses espaços, se conhecem. Então, a localização ocorre conhecendo os sujeitos, de modo que será mais rápido encontrar alguém sabendo que, por exemplo, a Maria mora na rua do mercado do seu Geraldo.

Assim, uma prática que utilizávamos, para encontrar alguém, era perguntar para as pessoas que estavam na rua, nas calçadas, onde morava a pessoa que procurávamos. No entanto, ao preencher os documentos e responder as burocracias da Rede, essa lógica que humaniza os sujeitos, ao invés de desumanizá-los, não se aplicava. Nossa recomendação à Rede, nesse sentido, é encontrar meios para manter esse cuidado comunitário que se relaciona com pessoas, e não somente com nomes de ruas ou números de casa.

Almeida (2021), em seu estudo, apresenta que nos territórios em que desenvolveu sua investigação, ela se deparou com contadores(as) de histórias. Nos territórios do SUAS e do SINASE também há diversas pessoas que conhecem e transmitem as histórias que compõem o

território. São pessoas que vivem nesses espaços e acompanharam diversos movimentos políticos e de modificações do território.

Há um movimento importante na ação de contar histórias, de modo que Almeida (2021, p. 300) aponta que as narrativas contadas marcam tanto o território como os corpos que recontam as histórias: “foi construindo novos significados para as histórias contadas por seu pai, conferindo-lhes a potencialidade política de criar laços entre as pessoas e o espaço onde vivem, além de concebê-las como algo fortalecedor da autoestima para aqueles que moram no Bracuí”.

Assim, entendemos que escutar as histórias contadas por aqueles(as) que habitam o território é tornar possível que a Rede conheça as particularidades dos espaços onde está localizada. Porém, muitas vezes, durante os atendimentos, não há o interesse de se escutar tais histórias, de modo que se perdem as particularidades e potencialidades de cada território e dos modos de vida e viver, assim como coloca em risco a oralidade e os saberes da rede.

Somé (2007) nos aponta também sobre como os relacionamentos se constituem pela comunidade, definindo que “a comunidade é o espírito, a luz guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seus propósitos e para cuidar umas das outras” (p. 35). Essa autora discute que a comunidade tem como objetivo assegurar que cada membro seja escutado, de modo que “as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dádivas dos outros” (p. 35); assim, entendemos que a autora chama a atenção para o fato de que as relações na comunidade não são do âmbito privado, mas do tipo que recebem influência de diferentes pessoas para sustentar e fortalecer o relacionamento.

Tal colocação de Somé (2007) permite-nos pensar sobre as comunidades que estão nos territórios do CRAS e da UNEI, de modo a pensar essas políticas de forma enredada com a comunidade. A rede comunitária que discutimos nesse estudo aponta para essa relação que tensiona com uma lógica privada de relacionamento. O cuidado entre as pessoas da vizinhança e

entre familiares e amigos pode ser aproximado dessa colocação da autora sobre como a comunidade passa a ser meio de apoio e necessária para o fortalecimento dos relacionamentos.

Uma política enredada, tal como estamos pensando nesta tese, constitui-se como parte dessa comunidade à qual se pode recorrer. Os grupos que são desenvolvidos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no CRAS, são espaços para que essas trocas e aberturas da intimidade sejam colocadas e compartilhadas com os demais membros da comunidade.

Assim, propomos que os grupos, tanto do SCFV como também das atividades nos espaços das MSE de privação de liberdade, sejam espaços nos quais se fortalecem os vínculos da comunidade a partir do que Somé (2007, p. 118) aponta como uma oportunidade para cada indivíduo ser visto e aceito pelo grupo comunitário e, “rituais no quais seus membros pudessem expressar seu apoio contínuo uns aos outros ao trabalhar para vencer as diferenças”.

Somé (2007) chama a atenção ao apontar que na comunidade sobre a qual ela discorre – e para a qual também estamos propondo o desenvolvimento de uma política enredada – há um mútuo cuidado, no qual cada pessoa contribui para o bem-estar de todos os outros elementos que estão naquele espaço.

Nos bairros onde eu trabalhava, quando estava no CRAS, eu vi algumas crianças brincarem, andarem pelo bairro ou fazerem o trajeto de casa à escola sozinhas. No entanto, o que a minha branquitude me impedia de ver é que essas crianças eram cuidadas pela comunidade como um todo; havia adultos ou jovens mais velhos que vigiavam todas essas crianças. Nesse sentido, a Rede institucional precisa estar atenta para preservar essas relações comunitárias, as quais constituem um sentido de comunidade. “Dar às crianças um sentido maior de comunidade ajuda-a a não depender de apenas um adulto. Assim, a criança pode procurar uma pessoa de sua escolha. Se essa pessoa não resolver seu problema, ela procura

outra” (Somé, 2007, p. 43). A Rede institucional, compondo parte da comunidade, torna-se meio para o qual os membros da rede comunitária podem recorrer se necessário.

5.3. Fronteira rede-Rede como tensionamento do retorno à branquitude

O desenvolvimento deste estudo evidencia um permanente retorno à branquitude. Nos platôs que compõem esta tese, percebemos que há um constante esforço em nos deslocarmos desse lugar da branquitude, porém acabamos voltando para esse espaço que fala de um Outro ao invés de se pensar como produtor desse Outro.

A branquitude se repete e insiste em se manter mesmo quando nos propomos a pensar desde outros lugares. No texto, a repetição da discussão sobre os efeitos da branquitude nos corpos e na política diz de um permanente movimento de nos deslocarmos desse lugar. Mas, até que ponto conseguimos sair desse lugar da branquitude? Qual o limite do corpo que está na Rede ao falar sobre as resistências que esta faz contra as violências provocadas por ela?

A zona fronteiriça rede-Rede, denuncia os limites por onde conseguimos nos conduzir, pensar, olhar, nos relacionar nessa fronteira resistindo e tensionando o referente da branquitude. Pois essa – a branquitude – torna-se um plano de captura para o qual constantemente se volta e repetidamente temos que enfrentá-lo para que seja possível um certo deslocamento desse lugar.

E esse confrontamento só é possível quando nos movimentamos para olhar para a branquitude, ao invés de insistirmos em continuar a olhar para a negritude que ela produz. Ou seja, tomar o racismo como um problema da branquitude, e não como um problema da população negra.

A repetição que observamos nos platôs, sobre as violências da Rede, aponta para um movimento de permanentemente retornar à branquitude para entendê-la como um

agenciamento colonial sobre corpos negros e pobres, uma vez que a pobreza também se relaciona com a racialização que hierarquiza os corpos.

A construção desta tese é o tensionamento do constante retorno da branquitude quando esta se encontra com o racismo, ou seja, do encontro da Rede com a rede; de modo que o espaço da fronteira passa a ser uma dimensão de resistência e tensionamento para romper com o pacto da branquitude (Bento, 2022).

Esses espaços que estão fora desse lugar da branquitude é onde são produzidas as resistências, os tensionamentos e os enfrentamentos e vêm produzindo mudanças, as quais culminam inclusive com criações de políticas públicas que contribuem para a diminuição das desigualdades raciais; maiores discussões que evidenciam o mito da democracia racial; ações que mostram os séculos de apagamento e silenciamento de produções da população negra e indígena, assim como de diversas identidades.

A partir dessas colocações, queremos ressaltar a necessidade do Estado na construção de políticas públicas, dentro de uma perspectiva de uma política social, para a organização no âmbito da saúde, educação, economia, trabalho e renda, do planejamento urbano, defesa civil, segurança, seguridade social, entre outros setores. De modo que o Estado responda a essas necessidades sociais. Assim, não queremos abdicar da política pública, mas lembrar que ela opera pela branquitude que rapidamente nos captura.

A dimensão ética da prática na política pública está em reconhecer e se deslocar do lugar da branquitude que agencia o trabalho na política. O espaço fronteiriço composto por esses dois planos, rede e Rede, possibilita essa prática a partir do entendimento que coabitar a fronteira, a qual envolve uma questão epistemológica da forma como pensamos, refletimos, nos relacionamos, bem como, o modo como operamos com a política.

Ao considerar que a branquitude insiste e se repete, é possível fazer composições no sentido de resistir a esse agenciamento da branquitude, rompendo assim, com o pacto

narcísico da branquitude (Bento, 2022) que insiste em retornar e permanecer. É a reflexão ética desse lugar que ocupamos que possibilita do enredamento comunitário, bem como uma política enredada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar um relatório de pesquisa, olhar para o que foi produzido e perceber as mudanças na trajetória da investigação. Essas transformações ocorrem não só na pesquisa, mas também enquanto um processo que altera a mim mesma, de modo que este é um fim que não se encerra em si mesmo, mas permite novas aberturas.

Quando iniciamos o percurso da pesquisa, tinha como campo de investigação a proteção social básica da política de assistência social, voltada para as práticas da psicologia no âmbito do CRAS. No entanto, foi em disciplinas, que estudávamos com autoras e autores que partem de epistemologias afrodiáspóricas e decoloniais, que eu começo a mudar o foco da investigação e passo a olhar para os saberes silenciados e apagados daqueles(as) que estavam nas comunidades, das pessoas que eu me encontrava diariamente ao atuar, inicialmente, no CRAS.

É nesse momento que passamos a caminhar com duas redes: a Rede institucional e a rede comunitária, com o objetivo de investigar as lógicas da branquitude e do racismo que compõem a Rede que se estabelece nos campos da Proteção Social Básica e das Medidas Socioeducativas de privação de liberdade e as estratégias de resistências para a proteção da vida a partir das redes comunitárias que se formam no território.

O processo de investigação acompanha a minha trajetória na política, de modo que os espaços pelos quais eu percorro e me afetam passam a compor o processo de investigação. Pesquisar também é o que fazemos no nosso cotidiano.

Quando eu saio do CRAS e passo a atuar em uma UNEI, me encontro com jovens que, fora do contexto de privação de liberdade, também acessavam o CRAS. A partir desse momento, em que eu vou para outro ponto dessa mesma Rede institucional e me encontro novamente com a rede comunitária, é que passamos a nos interrogar: como a Rede das políticas de assistência social e de medidas socioeducativas compõe as redes das pessoas que

sofrem com os efeitos da branquitude e do racismo e resistem aos processos de precarização da vida?

Tal questão situa um deslocamento do modo de ver a política pública, de forma a pensá-la pela branquitude e como ela tem produzido violências e perpetuado o racismo. Ao mesmo tempo coloca luz sobre a resistência e insistência da rede comunitária sobretudo na luta pela vida.

Fica posta, então, uma tensão entre essas duas redes; de um lado, a Rede institucional que a partir de uma lógica da branquitude e da colonialidade produz violências e perpetua o racismo, e de outro, a rede comunitária que resiste à essas violências, que insiste na vida e, por esses movimentos, produz mudanças no sentido de compor com práticas que diminuam as desigualdades e iniquidades.

A todo instante, buscava caminhar por esse processo investigativo muito mais próxima dessa rede comunitária. Minha orientadora e coorientadora, assim como a banca de qualificação, me apontavam para trazer para o texto as resistências e as formas de vida que se articulam na rede comunitária. No entanto, o que eu não esperava, o que escapa nessa tentativa de caminhar pela e com a rede comunitária, é quão facilmente eu seria capturada novamente pela branquitude e voltaria falar desde a Rede institucional e pela lógica da branquitude.

Não quero vir aqui pedir desculpas e lidar superficialmente em uma luta antirracista, de modo que convém apenas para a branquitude. É necessário apontar como a branquitude nos capture constantemente, porque trata-se de nossos privilégios, de modo que é necessário um movimento de resistência constante de desmontar e demonstrar essa branquitude que insiste em permanecer.

É nesse sentido que precisamos, neste estudo, passar por diversos planos de deslocamentos, de nos repetir inúmeras vezes pois, ao tentarmos falar das resistências da rede comunitária, fomos capturadas outra vez, e outra vez, e de novo, pela branquitude.

Angela Davis (2018) aponta que a liberdade é uma luta constante. Assim também penso que esta tese percorreu por essa luta constante de se deslocar da branquitude para conseguir enxergar as resistências da rede comunitária.

Quando colocamos nossos agenciamentos em análise – branquitude, racismo e colonialidades, criamos um terceiro lugar, que se localiza no entre a Rede e a rede, um espaço fronteiriço que nos lembra do limite que conseguimos nos deslocar de uma rede à outra. Nessa fronteira rede-Rede, que opera nesse constante processo de deslocamento da branquitude, é que encontramos possibilidades de construir enredamentos comunitários.

São por esses enredamentos comunitários, que constituem tramas, rede, pontes entre os múltiplos saberes, corpos e vidas que ali circulam, que são possíveis a criação de novas práticas e outros modos de habitar o mundo.

A política pública que defendemos se constitui como meio de fazer emergir essa fronteira rede-Rede e criar os enredamentos comunitários.

REFERÊNCIAS

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Adolescentes infratores de Campo Grande sobrevivem em más condições. (2012, 10 de agosto).
- CNJ. <https://www.cnj.jus.br/adolescentes-infratores-de-campo-grande-sobrevivem-em-mas-condicoes/>
- Alberti, A., Aquino, G. L., & Lopes, Z. A. (2022). *Oficina de literatura fantástica em contexto de medida socioeducativa de internação. Interdisciplinar*. (37), pp. 63-77.
<https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/17806>.
- Almeida, M. (2021). Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. *História Oral*, 24(2), 293–309.
<https://doi.org/10.51880/ho.v24i2.1209>
- Andrade, L. F. de, & Romagnolis, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 30(3), 604–619.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300012>
- Anzaldúa, G. (2009). Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, (39), 297-309. https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/26/2019/10/15-anzaldua%C2%A6%C3%BC_como-domar-uma-lingua-selvagem.pdf
- Anzaldúa, G. (2019). La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. (pp. 323-339). Bazar do Tempo.
- Barros, M. de. (2010) *Poesia completa*. Leya.
- Bate no pé pra não deixar marca: Diretora de Unei é investigada por agressões a internos. (2023, 29 de março). Midiamax. https://midiamax.uol.com.br/policia/2023/bate-no-pe-pra-nao-deixar-marca-diretora-de-unei-e-investigada-por-agressoes-a-internos-ouca/?__goc_wbp__=264430002VYQJDJrXhZH-HybyxmCY2H-Ujg

- Battyány, K. (2021). *Políticas del cuidado*. Casa Abierta al Tiempo.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 25-58). Vozes.
- Bernardes, A. G. (2006). *Políticas da Existência no Campo da Saúde: O Público como Dispositivo*. [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Bezerra, W. C. (2023). *O fetiche sobre a equipe multiprofissional no sistema único de assistência social no brasil: análise a partir do trabalho de terapeutas ocupacionais, psicólogos/as e assistentes sociais*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Alagoas.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa da assembleia*. Civilização Brasileira.
- Carlson, A. C. R., & Pinheiro, L. de S. (2013). Práticas intersetoriais: novos desafios postos aos psicólogos na atual política de assistência social. In L. R. Cruz, L. Rodrigues & N. M. F. Guareschi (Orgs.), *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social* (pp. 103-117). EDUNISC.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Catadores são presos em protesto contra fechamento de lixão em MS. (2012, 18 de dezembro). G1. <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/12/catadores-sao-presos-em-protesto-contra-fechamento-de-lixao-em-ms.html>

Catadores vão trabalhar em horário especial em lixão de Campo Grande. (2013, 15 de janeiro). G1. <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/01/catadores-vao-trabalhar-em-horario-especial-em-lixao-de-campo-grande.html>

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT. (2024). Relatório MUDE com Elas: Análise dos Dados PNAD 2023. Ação Educativa, Brasil. <https://acaooducativa.org.br/wp-content/uploads/2024/05/2023Relat%C3%B3rioMudecomElas.pdf>

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. (2021). Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no âmbito das medidas socioeducativas. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia. <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/029-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologas-em-Medidas-Socioeducativas.pdf>

Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coord.). (2023). Atlas da violência 2023. Ipea; FBSP. <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>

Coimbra, C., & Nascimento, M. L. do. (2008). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In: *Direitos Humanos não tem idade*. CEDECA <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>

Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within. *Sociedade E Estado*, 31(1), 99–127. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). **Presidência da República.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Costa, H. C. da, Ikuta, F. A., & Delcol, R. F. R. (2023). Desigualdades socioespaciais no acesso a oportunidades em Campo Grande-MS. *Caminhos de Geografia*, 24(96), 234–253. <https://doi.org/10.14393/RCG249668724>

- Couto, B. R. (2015). Assistência social: direito social ou benesse?. *Serviço Social & Sociedade*, (124), 665–677. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.045>
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. de F. (2014). A Constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In L. R. Cruz & N. M. de F Guareschi. (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (5a ed. pp. 13-40). Vozes.
- Davis, A. (2016). *Mulher, raça e classe*. Boitempo.
- Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs*. Editora 34.
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Deliberação n.42/CMAS/2020. (2020, 5 de outubro). Aprova a atualização da concessão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social no município de campo grande.
https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI1MzAzIn0%3D.pdf
- Emicida (2019). Principia. AmarElo. Laboratório Fantasma
- Evaristo, C. (2009). Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, 13(25), 17-31. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>
- Evaristo, C. (2016). *Olhos d'água*. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional.
- Evaristo, C. (2020). A Escrevivência e seus subtextos. In C. L. Duarte & I. R. Nunes (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (1 ed., pp. 27-46). Mina Comunicação e Arte.
- Favero, S. (2022). *Psicologia Suja*. Devires.
- Ferreira, S, da S. (2011). *NOB-RH: Anotada e Comentada – Brasília: MDS*. Secretaria Nacional de Assistência Social.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

Foucault, M. (2002) *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. (7a ed.). Forense Universitária.

Gomes, C. A. R., Silva, L. S. A. da, & Hüning, S. M. (2021). O racismo como organizador e analisador de territórios urbanos. In: J. P. P. Barros, J. S. Rodrigues & L. F. de S. Benício (Orgs.). *Violências, desigualdades e (RE)existências: cartografias psicossociais* (Fortaleza. pp. 25-39). Expressão Gráfica e Editora.

Gonzales, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.

hooks, bell. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. Perspectiva.

Huning, S. M., Parra-Valencia, L., & Fernandes, S. (2021) Territórios, políticas e pesquisa psicossocial: reflexões sobre o pisar e sentipensar em terra alheia. In L. R. Cruz, B. Hillesheim & L. M. Eichher (Orgs.), *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar* (1a ed., pp 33-54). Abrapso.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, 2 de dezembro). *Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012*. Agência IBGE Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>

Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.

Lasta, L. L. (2015). *Políticas de Assistência Social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012, 18 de janeiro). Institui o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Presidência da República.*

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. (2011, 6 de julho). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Presidência da República.* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm

Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. (2023, 19 de junho). Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Presidência da República.*

- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
- Lugones, M. (2018). Hacia metodologías de la decolonialidad. En X. Leyva, J. Alonso, A. Hernández, A. Escobar, A. Köhler, A. Cumes, R. Sandoval, S. Speed, M. Blaser, E. Krotz, S. Piñacué, H. Nahuelpan, M. Macleod, J. López Intzín, J. Lucrecia García, M. Báez, G. Bolaños, E. Restrepo, M. Bertely, A. Ramos, S. Mendizábal... (Eds.), *Prácticas otras de conocimiento(s). Entre crisis, entre guerras*. Tomo III (pp. 75–92). Clacso.
- Maia, S. F., Bernardes, A. G., & Palmiere, J. A. da F. (2018). Problematizando a Política de Assistência Social Brasileira. *Revista Polis e Psique*, 8(3), 7-27.
<https://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.85797>
- Malfrán, Y. M. (2022, 29 de março). *Jada Smith, Will Smith y Chris Rock: un breve análisis feminista negro*. alasTensas. <https://alastensas.com/opinion/jada-smith-will-smith-y-chris-rock-un-breve-analisis-feminista-negro>
- Mbembe, A. (2020). *Políticas da inimizade*. (S. Nascimento Trad.). n-1 edições.
- Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. (2016). *Relatório Anual 2016-2017: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura*. Brasília.
<https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/relmnpct201617.pdf>
- Ministério da Cidadania. (2022). *Manual do Sistema de Cadastro Único*. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. https://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/Manual_Cadastro_Uncio.pdf
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2023). *Nota Informativa nº 1/2023: As mulheres negras no trabalho de cuidado*. Secretaria Nacional de Cuidados e Família.
https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_1.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de*

Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Secretaria Nacional de Assistência Social.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.* Secretaria Nacional de Assistência Social.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2024). *Relatório de Programas e Ações do MDS.* Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=500270&aM=0>

Monteiro, S. G. (2019). *Ditos e interditos no dispositivo socioeducativo.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul].

Nem os “ricos” escapam do bairro “mais fedido” de Campo Grande. (2024, 28 de fevereiro).

Campo Grande News. <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/nem-os-ricos-escapam-do-bairro-mais-fedido-de-campo-grande#>

Parra-Valencia, Liliana (2022). Grupalidad curadora: descolonialidad en prácticas cotidianas campesinasafroindígenas. *Athenea Digital*, 22(3), e2992.

<https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2992>

Pereira, V. T., & Guareschi, P. A. (2017). A psicologia no CRAS: um estudo de Representações Sociais. *Psicologia & Sociedade*, 29, e119584.

<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29119584>

Prefeitura Municipal de Campo Grande. (2021). *Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025.* Secretaria Municipal de Assistência Social, Campo Grande, MS, Brasil.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In E. Lander

(Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas.* (pp. 107-130). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Quijano, A. (2009). Colonialidade do Poder e Classificação Social. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do sul.* (pp. 73-117). Edições ALMEDINA.

Reforma de Unei utilizará mão de obra de presos do semiaberto. (2022, 13 de junho). Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. <https://www.tjms.jus.br/noticia/61736>

Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009. (2009, 11 de novembro). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Conselho nacional de assistência social.* https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006. (2006, 11 de dezembro). Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. *Conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente.*

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf

Resolução n.º 130, de 15 de julho de 2005. (2005, 15 de julho).

Resolução SEJUSP/MS/nº 926, de 10 de novembro de 2021. (2021, 10 de novembro). Aprova o Regimento Interno das Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. <https://www.sejusp.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/RESOLUCAO-926.pdf>

Resolução SEJUSP/MS/Nº645, de 16 de maio de 2013. (2013, 16 de maio). Dispõe sobre a Regionalização do cumprimento das Medidas Socioeducativas de Internação, Internação Provisória e de Semiliberdade em Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. https://www.sejusp.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/RESOLU%C3%87%C3%83O_SEJUSP_MS_N%C2%B0645_-regionaliza%C3%A7%C3%A3o_de_medidas_socioeducativas.pdf

- Rivera Cusicanqui, S. (2015). *Sociología de la imagen: Miradas Ch'ixi desde la historia andina*. CABA: Tinta Limón.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151–161. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p151>
- Santos, K. L., & Heckert, A. L. C. (2017). Problematizando a produção da vulnerabilidade e da pobreza higienizada na Assistência Social. *Psicologia: teoria e prática*, 19(2), 86-97. <https://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n2p86-97>
- Scisleski, A. C. C., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S. N. dos, & Silva, J. L. C. da (2015). Medida Socioeducativa de Internação: Estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505–515. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>
- Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único (2023). Pessoas Inscritas no Cadastro Único. <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>
- Silva, Y. M. (2023). Antirracismo cordial: o modismo de acadêmicas/os brancas/os no movimento antirracista. In. Y. M. Silva, M. R. Mesquita, S. Hüning. (Orgs.). *Antirracismo cordial: das dinâmicas institucionais às alianças político-afetivas*. EDUFAL.
- Simas, L. A. (2019). *O corpo encantado das ruas*. Civilização Brasileira.
- Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 203-219. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&tlang=pt
- Somé, S. (2007). *O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. Odysseus.

Teixeira, J. M. (2022). Masculinidade e pentecostalismo como tecnologia neoliberal.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, 12(3), 743-767.

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1182>

ANEXO

COMUNICAÇÃO INTERNA - CI

SIGLA DO ÓRGÃO	NÚMERO	DATA
SAS/SEJUSP	1156	27/11/2023
DE: Superintendência de Assistência Socioeducativa		
MUNICÍPIO: Campo Grande		
PARA: Superintendência de Inteligência		
MUNICÍPIO: Campo Grande		
ASSUNTO: REPOSTA PEDIDO DE INFORMAÇÃO FALABR Nº 03537-2023.000104-59		
Esta CI possui anexo(s)		

Senhor Superintendente,

Com os cordiais cumprimentos, em resposta ao **Pedido de Informação FALABR nº 03537-2023.000104-59**, encaminhado por essa Superintendência de Inteligência através de mensagem de e-mail em 24/11/2023, enviamos os dados solicitados.

Atenciosamente,

TATIANA REZENDE NASSAR
 Superintendente de Assistência Socioeducativa
Assinado através de login e senha - Decreto n. 14.841 de 26/09/2017

*D
 ão cedendo para informar.
 C.G. 27.11.23.
 Antônio Carlos Costa Mayer
 Matr. 115919030
 Superintendente de Inteligência*



COORDENADORIA DE GESTÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

DADOS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE MATO GROSSO DO SUL

Fonte: SIGO/MS no dia 27/11/2023

Programa de Semiliberdade

Total Geral: 10

Total Gênero Masculino: 10

Unidade Semiliberdade	Pretos/ Pardos	Brancos/Amarelos	Indígenas	Não Declarado	Total
UESL-TUIUIÚ	10	00	00	00	10

Unidade Semiliberdade	12 Anos	13 a 15 Anos	16 a 18 Anos	19 a 21 Anos	Total
UESL-TUIUIÚ	0	01	09	0	10

Unidade Semiliberdade	Até 1 Salário Mínimo	Até 2 Salários Mínimos	Até 3 Salários Mínimos	Mais de 4 Salários Mínimos	Total
UESL-TUIUIÚ	10	00	00	00	10

Programas de Internação

Total Geral: 132

Total Gênero Masculino: 126

Total Gênero Feminino: 06

Unidade Internação	Pretos/ Pardos	Brancos/Amarelos	Indígenas	Não Declarado	Total
DOM BOSCO	49	07	00	00	56
MITAÍ	10	03	05	00	18
LARANJA DOCE	16	05	11	00	32
PANTANAL	07	01	00	00	08
ESTRELA DO AMANHÃ	04	00	00	00	04
ESPERANÇA	01	00	01	00	02
TIA AURORA	09	03	00	00	12
TOTAL	96	19	17	00	132

Unidade Internação	12 Anos	13 a 15 Anos	16 a 18 Anos	19 a 21 Anos	Total
DOM BOSCO	00	13	43	0	56
MITAÍ	00	01	15	02	18
LARANJA DOCE	00	03	25	04	32
PANTANAL	00	01	05	02	08
ESTRELA DO AMANHÃ	00	03	01	00	04
ESPERANÇA	00	00	02	00	02
TIA AURORA	00	00	10	02	12
TOTAL	00	21	101	10	132

Unidade Internação	Até 1 Salário Mínimo	Até 2 Salários Mínimos	Até 3 Salários Mínimos	Mais de 4 Salários Mínimos	Total
DOM BOSCO	08	37	11	00	56
MITAÍ	05	10	03	00	18
LARANJA DOCE	18	12	02	00	32



PANTANAL	05	03	00	00	08
ESTRELA DO AMANHÃ	03	01	00	00	04
ESPERANÇA	02	00	00	00	02
TIA AURORA	06	04	01	01	12
TOTAL	47	67	17	1	132

Programas de Internação Provisória

Total Geral: 20

Total Gênero Masculino: 20

Total Gênero Feminino: 00

Unidade Inter. Prov.	Pretos/ Pardos	Brancos/Amarelos	Indígenas	Não Declarado	Total
NOVO CAMINHO	09	02	00	00	11
MITAÍ	04	00	00	00	04
LARANJA DOCE	02	01	01	00	04
PANTANAL	01	00	00	00	01
ESTRELA DO AMANHA	00	00	00	00	00
ESPERANÇA	00	00	00	00	00
TIA AURORA	00	00	00	00	00
TOTAL	16	03	01	00	20

Unidade Inter. Prov.	12 Anos	13 a 15 Anos	16 a 18 Anos	19 a 21 Anos	Total
NOVO CAMINHO	00	02	09	00	11
MITAÍ	00	00	04	00	04
LARANJA DOCE	00	01	02	01	04
PANTANAL	00	00	01	00	01
ESTRELA DO AMANHA	00	00	00	00	00
ESPERANÇA	00	00	00	00	00
TIA AURORA	00	00	00	00	00
TOTAL	00	03	16	1	20

Unidade Inter. Prov.	Até 1 Salário Mínimo	Até 2 Salários Mínimos	Até 3 Salários Mínimos	Mais de 4 Salários Mínimos	Total
NOVO CAMINHO	05	03	03	00	11
MITAÍ	04	00	00	00	04
LARANJA DOCE	04	00	00	00	04
PANTANAL	01	00	00	00	01
ESTRELA DO AMANHA	00	00	00	00	00
ESPERANÇA	00	00	00	00	00
TIA AURORA	00	00	00	00	00
TOTAL	14	03	03	00	20

PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-AJA/MS

UNEI TIA AURORA

ESCOLARIDADE	INTERNAL
Bloco Inicial I (1º e 3º ano) - ensino fundamental	2



Bloco Inicial II (4º e 5º ano) - ensino fundamental	2
Bloco Intermediário (6º e 7º ano) - ensino fundamental	4
Bloco Final (8º e 9º ano) - ensino fundamental	2
Bloco Avançado I - 1º ano ensino médio	2
Bloco Avançado II - 1º/2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado III - 2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado IV - 3º ano ensino fundamental	0
Ensino Médio Concluído	0
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	0
TOTAL	12

PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-AJA/MS

UNEI DOM BOSCO

ESCOLARIDADE	INTERNOS
Bloco Inicial I (1º e 3º ano) - ensino fundamental	0
Bloco Inicial II (4º e 5º ano) - ensino fundamental	9
Bloco Intermediário (6º e 7º ano) - ensino fundamental	10
Bloco Final (8º e 9º ano) - ensino fundamental	15
Bloco Avançado I - 1º ano ensino médio	5
Bloco Avançado II - 1º/2º ano ensino médio	7
Bloco Avançado III - 2º ano ensino médio	1
Bloco Avançado IV - 3º ano ensino fundamental	3
Ensino Médio Concluído	0
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	6
TOTAL	56

PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-AJA/MS

UNEI ESPERANÇA

ESCOLARIDADE	INTERNAS
Bloco Inicial I (1º e 3º ano) - ensino fundamental	0
Bloco Inicial II (4º e 5º ano) - ensino fundamental	1
Bloco Intermediário (6º e 7º ano) - ensino fundamental	0
Bloco Final (8º e 9º ano) - ensino fundamental	1
Bloco Avançado I - 1º ano ensino médio	0
Bloco Avançado II - 1º/2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado III - 2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado IV - 3º ano ensino fundamental	0



Ensino Médio Concluído	0
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	0
TOTAL	2

PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-AJA/MS

UNEI ESTRELA DO AMANHÃ	
ESCOLARIDADE	INTERNAS
Bloco Inicial I (1º e 3º ano) - ensino fundamental	0
Bloco Inicial II (4º e 5º ano) - ensino fundamental	1
Bloco Intermediário (6º e 7º ano) - ensino fundamental	1
Bloco Final (8º e 9º ano) - ensino fundamental	1
Bloco Avançado I - 1º ano ensino médio	0
Bloco Avançado II - 1º/2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado III - 2º ano ensino médio	1
Bloco Avançado IV - 3º ano ensino fundamental	0
Ensino Médio Concluído	0
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	0
TOTAL	4

PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-AJA/MS

UNEI LARANJA DOCE	
ESCOLARIDADE	INTERNOS
Bloco Inicial I (1º e 3º ano) - ensino fundamental	2
Bloco Inicial II (4º e 5º ano) - ensino fundamental	8
Bloco Intermediário (6º e 7º ano) - ensino fundamental	8
Bloco Final (8º e 9º ano) - ensino fundamental	9
Bloco Avançado I - 1º ano ensino médio	1
Bloco Avançado II - 1º/2º ano ensino médio	6
Bloco Avançado III - 2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado IV - 3º ano ensino fundamental	2
Ensino Médio Concluído	0
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	0
TOTAL	36



**PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-
AJA/MS**

UNEI MITAÍ	
ESCOLARIDADE	INTERNOS
Bloco Inicial I (1º e 3º ano) - ensino fundamental	2
Bloco Inicial II (4º e 5º ano) - ensino fundamental	1
Bloco Intermediário (6º e 7º ano) - ensino fundamental	2
Bloco Final (8º e 9º ano) - ensino fundamental	10
Bloco Avançado I - 1º ano ensino médio	0
Bloco Avançado II - 1º/2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado III - 2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado IV - 3º ano ensino fundamental	2
Ensino Médio Concluído	1
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	4
TOTAL	22

**PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-
AJA/MS**

UNEI PANTANAL	
ESCOLARIDADE	INTERNOS
Bloco Inicial I (1º e 3º ano) - ensino fundamental	0
Bloco Inicial II (4º e 5º ano) - ensino fundamental	1
Bloco Intermediário (6º e 7º ano) - ensino fundamental	2
Bloco Final (8º e 9º ano) - ensino fundamental	3
Bloco Avançado I - 1º ano ensino médio	0
Bloco Avançado II - 1º/2º ano ensino médio	3
Bloco Avançado III - 2º ano ensino médio	0
Bloco Avançado IV - 3º ano ensino fundamental	0
Ensino Médio Concluído	0
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	0
TOTAL	9

**PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-
AJA/MS**

UESL TUIUIÚ	
ESCOLARIDADE	INTERNOS
1º ao 5º ano - ensino fundamental	0
6º ao 7º ano - ensino fundamental	3
1º ao 3º ano - ensino médio	4



Ensino Médio Concluído	0
Aguardando os trâmites da matrícula escolar	3
TOTAL	10

PLANILHA ESCOLARIDADE 2023 - AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO DO SUL-AJA/MS

UNEI PROVISÓRIA NOVO CAMINHO	
ESCOLARIDADE	INTERNALOS
1º ao 5º ano - ensino fundamental	0
6º ao 9º ano - ensino fundamental	6
1º ao 3º ano - ensino médio	0
Ensino Médio Concluído	0
Sem matrícula escolar	5
TOTAL	11

UNIDADES EDUCACIONAIS DO ESTADO

CAMPO GRANDE – REGIÃO CENTRAL

UNEI DOM BOSCO – INTERNAÇÃO MASCULINA
 UNEI NOVO CAMINHO – INTERNAÇÃO PROVISÓRIA MASCULINA
 UNEI ESTRELA DO AMANHÃ – INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO FEMININA
 UESL TUIUIÚ – SEMILIBERDADE MASCULINA

DOURADOS – REGIÃO GRANDE DOURADOS

UNEI LARANJA DOCE – INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO MASCULINA
 UNEI ESPERANÇA – INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO FEMININA

PONTA PORÃ – REGIÃO SUL-FRONTEIRA

UNEI MITAÍ – INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO MASCULINA

CORUMBÁ – REGIÃO ALTO-PANTANAL

UNEI PANTANAL - INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO MASCULINA

TRÊS LAGOAS – REGIÃO BOLSÃO

UNEI TIA AURORA (AURORA COIMBRA) - INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E INTERNAÇÃO MASCULINA